

**Praça do Patriarca**  
**A permanência dos espaços públicos centrais na cidade de São Paulo**

Jordana Alca Barbosa Zola

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, na área de concentração Projeto, Espaço e Cultura.

Orientadora: Prof. Dra. Fernanda Fernandes da Silva

**São Paulo, fevereiro de 2007.**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL  
OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO  
CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO  
E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

JORDANA ALCA BARBOSA ZOLA

Para meu pai



## Agradecimentos

a minha orientadora Fernanda pela dedicação,  
aos professores Luís Antonio Jorge e José Geraldo Simões Júnior pelos comentários na Banca de Qualificação,  
aos meus pais e a Juliana pela paciência,  
ao ZEBRA arquitetos,  
ao Paulo Emílio pela ajuda e pelas contribuições  
e aos amigos de sempre Mariana, Leila, Felix e Luana por toda a ajuda e por toda a festa.



## Resumo

Este trabalho discute a permanência dos espaços públicos centrais frente às sucessivas transformações metropolitanas e seu papel na construção da cidade.

A partir de uma praça significativa da ocupação territorial de São Paulo, a Praça do Patriarca, procuramos apontar, no espaço construído, as imposições e as possibilidades definidas ao longo do processo histórico e dos diversos ideais urbanos responsáveis pela sua configuração.

A Praça e seu entorno foram observados quanto à conformação espacial, ao desenho formal de seus edifícios e às possibilidades de uso e apropriação que permitia em cada período estudado. A esse levantamento, foram sobrepostas referências históricas sobre a construção da cidade e seus distintos propósitos, procurando esclarecer as relações entre a conjuntura sócio-política e a consequente construção do espaço.

## Abstract

*This work discusses the permanence of central public spaces in between the successive urban transformations and their role in the construction of the city.*

*As off the “Praça do Patriarca”, an important square for the territorial occupation of São Paulo, we will show the impositions and possibilities defined during historic process in the constructed space and the various urban concepts responsible for its configuration.*

*The relation of the square and its environment was researched concerning their spatial configuration, the formal design of their buildings and the possibilities of use and appropriation permitted during each of the observed periods. Added to this survey were historic references about the city construction and their distinct purposes, with the idea to show the relationship between a current social-politic situation and the resulting spatial construction.*





	<b>Introdução</b>	<b>5</b>
	<b>Capítulo 1</b>	
	<b>O Espaço Público Central em São Paulo no século XX</b>	<b>9</b>
	1.1 - Espaço público urbano	
	1.2 - O papel do espaço público na configuração da área central em três momentos da cidade de São Paulo	
	1.3- O papel do espaço público na configuração da área central na década de 1990	
	<b>Capítulo 2</b>	
	<b>A Praça do Patriarca no século XX – Histórico e Análise Urbana</b>	<b>53</b>
	2.1- A Praça do Patriarca até 1930 - A Praça do Patriarca como síntese da nova cidade de São Paulo em construção	
	2.2 - A Praça do Patriarca nas décadas de 1930 a 1950 - Os efeitos da expansão urbana e da verticalização da área central no espaço público	
	2.3 - A Praça do Patriarca nas décadas de 1960 a 1990 - O surgimento de novas centralidades e a decadência das atividades e dos espaços urbanos centrais	
	<b>Capítulo 3</b>	
	<b>A Nova Praça do Patriarca</b>	<b>135</b>
	3.1 - A revitalização do centro histórico de São Paulo – Intervenções recentes e a reforma na Praça do Patriarca	
	3.2 - A nova Praça do Patriarca	
	3.3 - A relevância da nova Praça do Patriarca como espaço público no centro de São Paulo	
	<b>Considerações Finais</b>	<b>171</b>
	<b>Referências Iconográficas e Bibliográficas</b>	<b>175</b>



## **Introdução**

Não se discorda que as cidades são estruturas em constante mutação. As atividades nela realizadas e as sociedades que determinam seu crescimento ou estagnação são responsáveis pela construção de seu espaço que pode assumir as formas mais diversas. Ao longo desse processo, encontramos algumas estruturas que permanecem por tempo indeterminado no espaço urbano assistindo às sucessivas transformações da cidade. É o caso da maioria dos espaços públicos centrais, dos edifícios históricos e dos bens que constituem o patrimônio local.

Apesar de, muitas vezes, a forma original dessas estruturas persistir, as mudanças nas práticas sociais e nas relações urbanas interferem no modo como são apropriadas, percebidas e utilizadas pela sociedade.

Este trabalho analisa o percurso histórico de um espaço público central, a Praça do Patriarca, a partir das imposições e possibilidades definidas ao longo do processo de construção da cidade de São Paulo no século XX.

No centro histórico de São Paulo estão concentrados os usos de comércio e serviços mais variados, os fluxos metropolitanos, a articulação dos sistemas de transporte, os poderes representativos, instituições, logradouros e edifícios históricos e significativos e a diversidade de pessoas e atividades que percebem no centro uma síntese da metrópole. No espaço público central assistimos ao encontro e à sobreposição desses elementos que definem complexas relações urbanas a cada etapa do desenvolvimento da cidade ou de suas estruturas.

Estudar o espaço público central significa avaliar, em cada período apontado, os efeitos de suas transformações físicas e das alterações das relações urbanas decorrentes do processo histórico. O trabalho pretende, a partir da análise dos diversos aspectos que definem a construção do espaço urbano – reduzido à Praça do Patriarca, compreender o lugar do espaço público na construção da cidade.

Subordinada às oscilações do processo histórico de produção da cidade, a importância conferida ao espaço público pode variar de acordo com as mudanças nas relações urbanas e nas práticas sociais. É o que podemos observar no percurso do espaço público central em São Paulo.

Após inúmeras transformações nas estruturas metropolitanas e da degradação generalizada da área central e seus espaços públicos nas décadas finais do século XX, assistimos a um movimento pela iniciativa de sua recuperação. Defendendo a revitalização dos logradouros e edifícios históricos e a promoção dos aspectos culturais do centro tradicional, esse movimento resgata o espaço público central como elemento essencial na reprodução do espaço urbano, creditando à sua divulgação e ao seu fortalecimento a melhoria no cotidiano e na vida metropolitanos.

No entanto, esse “ressurgimento” dos espaços públicos centrais está ligado a uma nova visão de cidade na qual os conceitos anteriores sobre suas estruturas e elementos são revistos e na qual, conseqüentemente, o espaço público também adquire novas funções e características.

Para melhor compreensão desse processo, o trabalho apoiou-se em uma conceituação inicial que define o espaço público urbano como possível abrigo ao desenvolvimento da esfera pública social, de acordo com o trabalho de alguns autores – Hannah Arendt, Jürgen Habermas, Richard Sennet e Marilena Chauí que apresentaram alguns aspectos indissociáveis a sua constituição – diversidade, sobreposição, visibilidade, acessibilidade, permanência e experimentação foram definidos como elementos fundamentais para sua criação ou manutenção.

Através da fundamentação teórica sobre o espaço público e da elaboração de seu percurso histórico em São Paulo, procuramos destacar suas principais características e seu papel no espaço urbano nas recorrentes transformações metropolitanas.

É na escala local que a sua construção e a sua apropriação acontecem, desenhando o tecido urbano e estabelecendo relações espaciais e de uso. Como núcleo central da pesquisa, foi elaborado o percurso histórico da Praça do Patriarca ao longo do século XX, que analisa os impactos das transformações metropolitanas no espaço construído, definindo sua relevância no processo de produção da cidade em cada período estudado.

A seguir, o espaço da Praça do Patriarca foi analisado a partir dessa nova visão sobre a cidade, que determinou sua reforma, concluída em 2.002, como parte de uma série de intervenções sobre a área central. Nessa análise, procuramos identificar no espaço construído as novas premissas do novo modo de ação sobre o espaço urbano, considerando os aspectos históricos e as consolidadas relações urbanas locais.

O trabalho foi realizado a partir da análise histórica do espaço urbano construído e das relações que mantêm com a cidade e com as atividades nele realizadas, procurando avaliar qual o seu papel na vida e no cotidiano urbanos, quais os mecanismos utilizados na sua construção ou manutenção e procurando, também, identificar nos projetos realizados os princípios que determinaram sua execução e as intenções dos diversos agentes envolvidos nos respectivos processos.

## **Capítulo 1**

# **O Espaço Público Central em São Paulo no século XX**

## 1.1 - Espaço Público Urbano

Apesar de o espaço público, sob seus múltiplos desdobramentos, ser tema recorrente para diversos autores das mais variadas áreas do conhecimento, há consenso em se afirmar que na sua construção ou manutenção está colocada a organização social em questão. Neste trabalho, o espaço público e o espaço urbano são tratados como o local onde se estabelecem e se desenvolvem as relações sociais e políticas do determinado contexto histórico; ao mesmo tempo em que são o resultado construído de tais processos, servem como apoio a sua própria reprodução ou desenvolvimento.

Restringindo a observação do espaço urbano ao espaço urbano público, temos como objeto de estudo a extensão material construída da esfera pública social e política no determinado contexto histórico. Sobre a esfera pública e, portanto, sobre seu prolongamento no espaço urbano, podemos ressaltar alguns aspectos cuja presença ou intensidade determinam seu papel nas relações sociais de produção que abriga. Entendendo, portanto, o espaço público urbano como um objeto complexo que atravessa diferentes disciplinas, procuramos nos aproximar de alguns autores cujas observações sobre a esfera e o espaço públicos mostraram-se pertinentes para a análise proposta; detendo-nos, a princípio, na compreensão da esfera pública e de seu papel político-social, deparamo-nos com o espaço público como o espaço onde as relações sociais tornam-se visíveis, são construídas, mantidas ou

transformadas sob uma estrutura que vai sendo alterada ao longo do processo histórico.

No Brasil, os recentes estudos de Marilena Chauí<sup>1</sup> têm se apoiado na indissociabilidade entre a existência e a manutenção do espaço público e o sucesso do regime democrático; somente no espaço público, os conflitos sociais, sob as suas mais diversas formas, podem tornar-se nítidos o bastante para serem assimilados e superados na marcha de desenvolvimento da sociedade. Assim, apesar da presença do espaço público remontar às sociedades gregas e romanas e ter percorrido diversas formas de organização social e política, é, segundo a autora, um dos elementos fundamentais que permitem o exercício da democracia como palco para a apresentação de seus conflitos intrínsecos. A instituição da igualdade entre os indivíduos e da legitimação da reivindicação por direitos determina a democracia como a forma de organização social que opera a partir da existência de conflitos que devem ser expostos à toda sociedade; a exposição, a observação e o trato desses conflitos devem acontecer num espaço determinado: a esfera pública e seus prolongamentos; a supressão ou deficiência do espaço público determinaria a corrupção do regime democrático e de suas premissas de igualdade e visibilidade.

Anterior aos escritos de Chauí, o trabalho de Hannah Arendt, em especial *A Condição Humana*, de 1958<sup>2</sup>, procurava esclarecer as relações entre a esfera e o espaço públicos na vida urbana desde as cidades gregas. Para a autora, a esfera pública é definida a partir de

1- Ver principalmente CHAUI, Marilena. *O Espaço Público e Democracia*. mimeo, Seminário Espaços Urbanos e Exclusão Social. São Paulo, 1998.

2- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.



dois aspectos fundamentais possíveis apenas na vida nas cidades. Em primeiro lugar, pela possibilidade de divulgação e aparência dos fatos e coisas a toda a sociedade, construindo a realidade por todos percebida; qualquer fato só pode se tornar parte da realidade a partir do momento em que é apresentado a toda a sociedade, permitindo as mais diversas percepções, opiniões e excluindo a possibilidade de análise sob um único ponto de vista. Nas palavras da autora:

*“Ser visto e ouvido por outros é importante pelo fato de que todos vêem e ouvem de ângulos diferentes. É este o significado da vida pública, em comparação com a qual até mesmo a mais fecunda e satisfatória vida familiar pode oferecer somente o prolongamento ou a multiplicação de cada indivíduo, com seus respectivos aspectos e perspectivas. A subjetividade da privacidade pode prolongar-se e multiplicar-se na família; pode até tornar-se tão forte que o seu peso é sentido na esfera pública; mas esse ‘mundo’ familiar jamais pode substituir a realidade resultante da soma total de aspectos apresentados por um objeto a uma multidão de espectadores. Somente quando as coisas podem ser vistas por muitas pessoas numa variedade de aspectos, sem mudar de identidade, de sorte que os que estão à sua volta sabem que vêem o mesmo na mais completa diversidade, pode a realidade do mundo manifestar-se de maneira real e fidedigna.”*<sup>3</sup>

A esfera pública é completada pela reunião dos elementos ou fatos que são comuns a todos em uma sociedade. Esses elementos comuns referem-se ao conjunto da produção social apontada e têm como objetivo manter o convívio entre os indivíduos da sociedade de forma que todos trabalhem para seu desenvolvimento ou manutenção.

À idéia deste comum está ligada, ainda, a idéia da permanência;

apenas aquilo que transcende uma ou mais gerações, segundo a autora, pode ser considerado comum, portanto, público:

*“O mundo comum é aquilo que adentramos ao nascer e que deixamos para trás quando morremos. Transcende a duração de nossa vida tanto no passado quanto no futuro: preexistia à nossa chegada e sobreviverá à nossa breve permanência. É isto o que temos em comum não só com aqueles que vivem conosco, mas também com aqueles que virão depois de nós. Mas esse mundo comum só pode sobreviver ao advento e à partida das gerações na medida em que tem uma presença pública. É o caráter público da esfera pública que é capaz de absorver e dar brilho através dos séculos a tudo o que os homens venham a preservar da ruína natural do tempo.”*<sup>4</sup>

Seguindo um outro raciocínio, Habermas<sup>5</sup> propõe o desenho da esfera pública a partir do aparato estatal moderno. A esfera pública seria definida pelo conjunto de acordos, regulamentações e normatizações construídos desde a instituição do Estado Moderno burguês, no qual os indivíduos sob tal tutela constituem o público. A esfera pública, então, apresenta-se à sociedade, por um lado, como o equipamento de posse estatal que permite o desenrolar da vida privada e, por outro, como o espaço da construção dos acordos que possibilitam sua própria manutenção ao longo do processo histórico. Neste caso, Habermas trata a esfera pública a partir de sua definição de esfera pública burguesa, excluindo, por princípio, da esfera pública, a parcela da sociedade que não teve chance de garantir seu acesso à burguesia a partir do conjunto de aquisições propriedade privada e formação educacional.

Apesar da existência de diversos olhares sobre o espaço público,

3- ARENDT, Hannah. *Op. Cit.* p. 67.

4- *ibidem.* p. 65.

5- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

há sempre um ponto em comum entre tais autores. A oposição entre a esfera pública e a esfera privada, apesar de observada de maneiras distintas, é sempre presente, tanto nas análises sobre a esfera pública, quanto na sua própria definição; muitas vezes, propõe-se determinar a esfera pública através da sua confrontação com a esfera privada.

Em linhas gerais, há um acordo sobre o universo circunscrito pela esfera privada; a família, a propriedade, as particularidades e a subjetividade conformam o universo privado no qual nenhuma norma jurídica intervém.<sup>6</sup>

Richard Sennet<sup>7</sup> definiu as esferas pública e privada a partir de antagonismos; o universo privado como o espaço de ação do homem natural e passional, condicionado por sentimentos e instintos que revelam a *condição* natural humana e onde a família se apresenta como uma organização natural necessária à sobrevivência. Em oposição, o mundo público e artificial, construído racionalmente como saldo da *criação* humana, no qual o homem deve comportar-se de maneira ponderada contendo a espontaneidade a ser exposta apenas no espaço privado.

Arendt busca na origem do termo privado - *privação* - sua definição. Uma vida verdadeiramente privada significa a ausência de coisas essenciais à vida humana; ser privado da realidade que advém de ser visto e ouvido por todos. Qualquer ação realizada na esfera privada, portanto sem o conhecimento dos outros, não tem interesse ou importância para os demais e é como se não existisse<sup>8</sup>. O indivíduo deveria, então, transitar pelas duas esferas, ora resguardando-se do mundo exterior, ora apresentando-se e

construindo a realidade por todos percebida.

Como o espaço que serve essencialmente à possibilidade de visibilidade e divulgação dos mais variados temas e ações, é correto imaginarmos o espaço público como abrigo da diversidade e da sobreposição de funções, atividades e forças. Uma vez que a presença dessa diversidade é garantida e que todos percorrem esse espaço, temos que o espaço público torna-se o lugar da experimentação e da experiência sobre os mais variados temas e acontecimentos. Em sua distinção do que seriam os apropriados comportamentos público e privado do indivíduo, Sennet demonstra a inerência da experiência e do testemunho da diversidade no espaço público:

*“O comportamento `público` é, antes de tudo, uma questão de agir a certa distância do eu, de sua história imediata, de suas circunstâncias, de suas necessidades; em segundo lugar, essa ação implica a experiência da diversidade (...)”<sup>9</sup>*

Outro ponto comum é o acordo sobre o *estreitamento da esfera pública*<sup>10</sup> que vem se confirmando desde a inserção do modo de vida burguês e de sua penetração na estrutura da organização social. Mesmo partindo de definições distintas das dimensões pública e privada, todos os autores observam um processo de mescla entre as duas esferas sempre através da ampliação do mundo privado sobre o público.

Em *A Condição Humana*, Hannah Arendt apontou a origem e consolidação de uma terceira esfera, a esfera social, surgida a partir da formação dos estados nacionais cuja organização exigia uma outra esfera de ação inexistente nos períodos anteriores quando a distinção entre esfera privada (família) e esfera pública (política) era

6- Marx e Engels *Apud* Habermas, 2003. Levada ao extremo, tal definição retira da esfera privada as relações de matrimônio cuja base é um contrato civil.

7- SENNET, Richard. *O declínio do homem público*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

8- ARENDT, Hannah. *Op. Cit.* p. 68.

9- SENNET, Richard. *Op. Cit.* p. 115.

10- Expressão utilizada por Habermas sobre a fusão entre as esferas pública e privada.

claramente desenhada. As novas formas de produção demandaram novos comportamentos da sociedade que obrigatoriamente transitavam entre as duas esferas anteriores; a família passou a se comportar como uma unidade política à medida que necessitava de um bem econômico - a propriedade privada - para ser aceita e reconhecida na esfera pública, o que acabou diluindo os limites entre os setores pré-existentes. Nesse sentido, a diluição da esfera pública seria necessariamente acompanhada por um equivalente enfraquecimento da esfera privada resultando em uma organização social ainda sem definição, ainda mais se pensada dentro do esquema *público – privado*.

Habermas acompanha a tese de Arendt sobre o surgimento de uma terceira esfera, a esfera social no momento das transformações profundas nos modos de produção. Apesar do mesmo ponto de partida, o autor aponta o surgimento e o desenvolvimento da vida pública, da opinião pública e da imprensa<sup>11</sup> como uma das razões da alteração na esfera pública. Em uma primeira fase, a imprensa como atividade meramente comercial cujo produto era a notícia; pessoas privadas eram responsáveis pela relação com determinado público (constituído de pessoas privadas). A partir de dado momento, seu papel é transformado naquilo que o autor definiu como *imprensa de opinião*. Nesse ponto, a imprensa e seus empreendedores passaram a cruzar a linha entre as esferas pública e privada, entre os mecanismos capitalistas do negócio e a interferência na chamada *opinião pública*. Como um dos grandes segmentos da atividade capitalista na passagem do século XIX para o século XX e com audiência crescente, os meios de comunicação passam também a instituições

públicas geridas por pessoas privadas com interesses e privilégios. No percurso teórico de Habermas, a relação da imprensa com a opinião pública também serve para explicar outros pontos como o fortalecimento da ideologia no processo de estreitamento da esfera pública.

Detendo os meios de comunicação e os lugares de divulgação de tais opiniões, a burguesia, com aval do aparato estatal e do poder público, invade a esfera pública de debate apresentando sua posição que acaba legitimando-se como a opinião unívoca estampada em todos os veículos de comunicação em massa.

Sennet recorre ao comportamento psicológico do homem burguês para explicar tal processo. Defendendo que a experiência e a vivência públicas passaram a desenhar a personalidade do homem urbano a partir do século XIX, conclui que a idéia da existência de dois tipos de comportamento – o público, distante, impessoal e racional, e o privado, emotivo e subjetivo - vai sendo apagada até o momento extremo em que o homem público é visto e divulgado apenas como indivíduo privado; contra a assustadora e impessoal multidão que passa a viver nas grandes cidades, o indivíduo passa a procurar na esfera privada e na exposição das emoções o contraponto à ausência do conhecimento sobre a realidade a seu redor. Segundo o autor, as ações do homem público não interessam mais do que suas intenções; a demonstração de suas emoções e de sua intimidade é suficiente para que seja julgado como homem público, independente de suas ações fora da esfera de sua vida privada; a busca de uma identidade comum, onde todos se encontrem e se reconheçam como emocionalmente próximos

11- A expressão original, em inglês, *publicness*.

ou íntimos, torna-se mais atraente e necessária que a busca por interesses e lutas comuns.<sup>12</sup>

Quaisquer que sejam os entendimentos sobre a esfera pública e seus desdobramentos, tais teorias são resultado da observação criteriosa da sociedade em diferentes momentos históricos; portanto, devem encontrar correspondência em cada realidade objeto de estudo. Como parte do produto de uma sociedade e como matriz física para seu desenvolvimento, o espaço urbano e sua conformação também guardam as características do modo de produção sob o qual foram construídos.

Assim, podemos avaliar os espaços públicos urbanos a partir de três aspectos principais: como extensão da esfera pública e como lugar onde as relações sociais desenvolvem-se e apresentam-se cotidianamente; como construção material cujo resultado traduz os objetivos, desejos e limitações do momento de sua realização, e, finalmente, como elemento fundamental na vida urbana, seja por seu papel referencial no espaço, pela relevância das atividades e usos que possa abrigar ou pela apropriação que possibilita.

Se o espaço público como correspondente da esfera pública deve ser o lugar da coexistência, da diversidade e da superposição de fatos, deve, também, ser o lugar de maior acessibilidade e permeabilidade. As pólis gregas, as cidades romanas e as praças medievais transformaram-se no exemplo mais recorrente de espaço urbano público ideal devido à coexistência de diversas atividades e usos, ao exercício da vida política e dos debates públicos no espaço urbano e a seu papel relevante no cotidiano urbano em questão.

Arendt destaca a predominância da vida pública na *pólis* sobre o sacrifício da vida familiar. A opção pela persuasão e pela política e seus enfrentamentos tomavam boa parte da vida na *pólis* e exigiam espaços que a abrigassem, deixando em segundo plano os acontecimentos privados, comandados pelo poder despótico. A existência de uma esfera regida por tais poderes, por violência ou ordem não fazia significativamente parte da *pólis* e não determinou seu espaço urbano protagonizado pela ágora, abrigo da vida pública grega, desde as instituições religiosas, políticas até o comércio de troca.

Seguindo a idéia do estreitamento da esfera pública em favor da ampliação da esfera privada na vida urbana devem-se verificar, também, os mecanismos de tal processo e seus efeitos no espaço público construído.

Se tomarmos por princípio as características do espaço público como aquele em que a visibilidade, o acesso, a diversidade e a experiência devem estar presentes em seu maior potencial, ao enfraquecimento da esfera pública apontado, deveria seguir também a atenuação de cada um desses traços.

Richard Sennet pontua seu percurso teórico com exemplos de espaços públicos desde o século XVIII procurando ilustrar como o espaço público urbano foi sendo tolhido a medida em que a cidade e suas atividades foram se especializando e se fragmentando e o *homem público* foi sendo substituído pelo *homem privado*. Sobre a setorização das atividades urbanas, o autor recupera a crítica de Camillo Sitte<sup>13</sup> sobre a crescente transformação dos espaços livres públicos em espaços monofuncionais de circulação viária, que

12- SENNET, Richard. *Op. Cit.* p. 319.

13- “Hoje raramente utilizadas para grandes festas públicas, e cada vez menos para um uso cotidiano, elas servem, na maioria das vezes, a nenhum outro propósito além de garantir maior circulação de ar e luz, provocar uma certa interrupção na monotonia do oceano de moradias e, de qualquer maneira, garantir uma visão mais ampla sobre um edifício monumental, realçando seu efeito

arquitetônico.”

SITTE, Camillo. *A construção das cidades*

retiraram do espaço público a possibilidade de estar, tornando-o uma derivação do movimento. Uma vez transformado em suporte para o movimento e o fluxo de pessoas e mercadorias, o espaço público perde, também, todo sentido próprio independente para a experimentação<sup>14</sup>; se a permanência e o convívio no espaço público não são mais tolerados ou adequados aos novos modos de vida, a experiência com quaisquer eventos ou indivíduos não faz mais parte do hábito urbano e acaba transformando-se em acontecimento desagradável não previsto no desenrolar da vida privada isolada.

Assim, quanto à invasão do ambiente privado sobre o espaço público, Sennet sentencia a falência da esfera pública urbana por não haver mais sentido na manutenção de uma estrutura que não mais corresponde à prática cotidiana:

*“A visão intimista é impulsionada na proporção em que o domínio público é abandonado, por estar esvaziado. No mais físico dos níveis, o ambiente incita a pensar o domínio público como desprovido de sentido. É o que acontece com a organização do espaço urbano.”*<sup>15</sup>

Apesar de, ao longo da história, o espaço público urbano ter adquirido as mais diversas formas e funções, a praça consolidou-se como sua principal manifestação no percurso das cidades ocidentais. Observando suas distintas conformações, usos e atividades podemos caracterizar a sociedade a que deu abrigo e que ajudou a desenvolver.

Especialmente caracterizada por uma área livre cercada por edifícios, não raro, edifícios representativos do poder temporal ou religioso, a praça difere-se do espaço da rua por guardar maiores

proporções e dimensões e por possibilitar maior diversidade de usos, apropriações e experiências.<sup>16</sup> Em geral, as praças centrais constituem-se como os locais mais privilegiados da trama urbana e têm como seu limite edifícios representativos do poder que acabam determinando sua conformação espacial.<sup>17</sup>

Em *Breve percurso pela cidade no Brasil*, Murillo Marx<sup>18</sup> aponta a origem religiosa das praças brasileiras.; a partir da implantação e da construção do edifício religioso, o espaço urbano ia sendo conformado, sempre partindo do adro da igreja. Diversa da ocupação espanhola na América, a colonização portuguesa não determinou um padrão rígido aos estabelecimentos urbanos que acabaram configurando um tecido irregular.

*“A irregularidade das praças no Brasil sugere uma Idade Média que não conhecemos e testemunha um mundo barroco que ajudamos a talhar com maestria.”*<sup>19</sup>

Apenas no século XIX e, principalmente, após a República, o espaço urbano brasileiro, suas praças e vias, passaram a ser construídos a partir de formas mais ortogonais que denunciavam a forçada oposição a qualquer padrão do período anterior à Independência.

Independente de sua forma, as praças ainda guardam um traço peculiar que diz respeito à permanência em seu espaço. Como espaços que abrigam e possibilitam diversas apropriações e experiências, as praças apresentam-se como lugares tanto de permanência, quanto de movimento<sup>20</sup>; as infinitas possibilidades de apropriação da praça e sua inserção no tecido urbano exigem da sua estruturação física apoio para que todas essas atividades possam ocorrer.

14- SENNET, Richard. *Op. Cit.* p. 28.

15- *ibidem*. p. 26.

16- Sobre a caracterização física das praças ver principalmente os escritos de MUNFORD, Lewis. *Cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965; MARX, Murillo. *Breve percurso pela cidade no Brasil*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1980; ZUCKER, Paul. *Town and square from the agora to the village green*. New York: Columbia University Press, 1959 e QUEIROGA, Eugênio. *A megalópole e a praça: o espaço entre a razão de dominação e a ação comunicativa*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2001.

17- Como exemplo podemos citar, nas cidades coloniais brasileiras, os largos adjacentes às sedes religiosas; as praças circunscritas pelas casas de Câmara e Cadeia e nas cidades republicanas, as praças ligadas às prefeituras municipais ou às sedes dos governos estaduais e federal.

18- MARX, Murillo. *Op. Cit.*

19- *ibidem*. p. 48.

20- QUEIROGA, Eugênio Fernandes. *Op. Cit.* p.186.

Subordinado a tantas variáveis e apesar de seu significado social e urbano, as oscilações em relação à importância que lhe é conferida são comuns; não podemos estender sempre ao conjunto dos espaços públicos construídos um papel prioritário nas relações urbanas; como fruto de um contexto histórico específico, está sujeito às dinâmicas que também influem na vida nas cidades. Isso explica, por exemplo, o fato de alguns espaços públicos antes representativos e de fundamental importância em um momento histórico serem abandonados ou até mesmo destruídos numa etapa seguinte.

Seguindo esse raciocínio, pontuaremos a história do espaço público central em São Paulo no século XX a partir da análise de seus espaços em alguns momentos relevantes de sua história urbana, procurando evidenciar em cada período as pretensões e limitações que acabaram desenhando a cidade e determinando seu cotidiano.

## 1.2- O papel do espaço público na configuração da área central em três momentos da cidade de São Paulo: até 1930, entre 1930 e 1960 e entre 1960 e 1990

Analisando a história do espaço urbano central em São Paulo durante o século XX, podemos destacar três períodos ilustrativos dos ideais urbanos sob os quais a cidade e seu centro foram sendo construídos e reformados. Não por acaso, esses períodos coincidem com momentos de grande produção de material informativo sobre o espaço urbano (iconográfico e literário).

A periodização proposta para a análise inicia-se com o período compreendido entre a passagem do século XIX para o século XX e o início da década de 1930, correspondendo à cidade que enriquecia e crescia com os frutos da produção cafeeira e que se empenhava em substituir as lembranças coloniais pelo modo de vida visitado nas capitais européias; o período seguinte, entre as décadas de 1930 e 1950, quando o modelo urbano norte-americano de arranha-céus e grandes artérias viárias tornou-se o ideal urbano paulistano determinando uma nova configuração da cidade a partir de grandes obras e reformas que procuravam responder às aspirações da crescente cidade industrial; finalmente, o período entre a década de 1960 e o início da década de 1990, quando a explosão demográfica e o padrão de expansão da mancha metropolitana definiram outras centralidades dispersas no território que exigiram nova leva de construção de infra-estrutura para possibilitar o desenvolvimento da metrópole.

Destacamos, então, as principais intervenções urbanas realizadas em cada um desses períodos procurando apontar qual o papel e a importância do espaço público central em cada uma das etapas da construção da cidade de São Paulo e qual a repercussão do modo de vida urbano e suas relações na conformação do espaço urbano.

Vale lembrar que as observações a seguir procuram dar conta apenas das relações entre o espaço central e o restante da metrópole, desenhando um panorama mais generalizado na escala da cidade; cada um dos pontos levantados tem repercussão na conformação ou no uso de cada espaço urbano do centro de São Paulo e na (re)definição das relações que estabelece com seu entorno. No capítulo seguinte, essas intervenções na área central e seus impactos locais são estudados pontualmente, tendo como ponto de partida para a análise do espaço público, a Praça do Patriarca.



[1]

[1] Panorama da cidade de São Paulo tomado do Largo São Bento em direção à Estação da Luz por volta de 1920.



[2]

[2] Panorama do bairro Campos Elíseos no início do século XX.



## 1.2.1 - O papel do espaço público na configuração da área central no início do século XX

*“Mário de Andrade refere-se ao cinema e ao bonde, que, de há muito, já faziam parte da paisagem paulistana. O primeiro aparece no final do século XIX (...). Nos anos 20 e 30, essa arte já contagiava os paulistanos. (...) Quanto ao bonde, surgiu em 1900 e durante as primeiras décadas do século ‘potencializou todas as representações da velocidade e do maquinismo que se enroscaram à natureza paulistana’.”*<sup>21</sup>

*“Desde cedo, a metropolização da Cidade de São Paulo envolveu muito mais do que a ordenação e o embelezamento do espaço físico (...). Constitui-se um novo regime de verdade, a partir do qual foram definidas e ditadas as regras do modo correto de viver, sentir, pensar, agir. (...)”*

*Embora a cidade tenha se formado a partir do encontro de várias nacionalidades (...), as elites dominantes procuraram impor autoritariamente seu novo modo de vida, percebido como moderno, tentando eliminar as diferentes culturas existentes, erradicar os hábitos populares (...), seja expulsando os negros e outros ‘indesejáveis’, seja protegendo seus bairros com muralhas invisíveis.”*<sup>22</sup>

Entusiasmada com o acelerado desenvolvimento econômico, com a chegada das ferrovias, dos imigrantes e com as temporadas nas principais capitais européias, a sociedade paulistana do início do século XX empenhou-se em transformar a desimportante vila colonial de São Paulo de Piratininga na mais promissora e vigorosa cidade do país. Não era suficiente apenas dar nova feição àquele espaço urbano austero e simplório; inserir novos usos e costumes era urgente.

As novas práticas sociais e o progresso econômico determinavam um conjunto de novas atividades que demandavam novos espaços. A cidade antiga, marcada pela presença religiosa e submissa ao sítio natural, não mais estava de acordo com a sociedade que a habitava. Assim, inúmeros esforços foram concentrados para que a antiga vila pudesse abrigar o novo modo de vida de sua população. Como cenário ideal, os promotores da transformação urbana de São Paulo tinham as cidades européias e sua agitada vida urbana e cultural, seus grandes monumentos e suas intervenções sanitaristas precisas. Evidentemente, a cidade herdada do período colonial era o oposto desse ideal; traçado irregular, pequenas e acanhadas construções e pouquíssimas alternativas de lazer obrigaram radicais intervenções tanto no tecido urbano, quanto na construção ou substituição de edifícios.

Para tanto, foram elaborados diversos planos urbanísticos que

21- QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Política e poder público na Cidade de São Paulo: 1889 - 1954* In PORTA, Paula (org.). *História da cidade de São Paulo, v.3: a cidade na primeira metade do século XX*. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p.39.

22- RAGO, Margareth. *A invenção do cotidiano na metrópole: sociabilidade e lazer em São Paulo, 1900 - 1950* In PORTA, Paula. *Op. Cit.* p.388.

contemplavam a transformação da área central da cidade; em sua maioria, esses planos procuravam adequar a então consolidada colina histórica aos novos costumes propostos e preparar as áreas adjacentes (em espacial a margem oeste do Vale do Anhangabaú) para a já aguardada expansão da mancha urbana sob os novos padrões urbanísticos.

Essa é a história contada pelo centro histórico e pela elite paulistanos. A sociedade excessivamente desigual, de raízes aristocráticas que passava a engrossar a população da antiga vila não permitiu transformações sociais tão profundas quanto possa parecer. Desde o início da expansão urbana, o território da cidade foi claramente dividido entre aquele no qual a elite “acostumada à vida metropolitana” podia passear e apreciar sua criação, o centro em transformação e seus arredores a sudoeste, e aquele restrito à população menos favorecida economicamente, as várzeas dos rios, as margens das ferrovias e a periferia leste.

É essa premissa que devemos ter em mente ao analisarmos o espaço público de São Paulo nesse período; apesar de os planos urbanísticos do período deterem-se sobre o espaço público central e promoverem-no em suas mais diversas formas, ele foi sendo construído e reformado acompanhando a construção das barreiras urbanas impostas à apropriação absoluta do espaço urbano.<sup>23</sup>

Maria Célia Paoli e Adriano Duarte apontam essa segregação como o aspecto essencial na compreensão da conformação urbana de São Paulo e adiantam o caráter dos novos espaços públicos centrais voltados ao lazer e ao consumo da pretendida vida urbana:

23- A segregação espacial como premissa na expansão urbana das metrópoles brasileiras e o deslocamento das elites no território urbano como base da configuração territorial metropolitana no Brasil são detalhados em VILLAGA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo, SP: Studio Nobel, 2001.

24- PAOLI, Maria Célia e DUARTE, Adriano. *São Paulo no plural: espaço público e redes de sociabilidade*. In PORTA, Paula. *Op. Cit.* p.55.

*“Não custa lembrar o contexto dos valores da cidade neste momento, os já muito estudados padrões de percepção próprios dos setores mais abastados da sociedade, que mantinham, em geral, concepções acentuadamente dicotomizadas da Cidade. Sua cartografia dual colocava, de um lado, a Cidade da ordem, da moral, das boas famílias, do cosmopolitismo exemplar dado pelos ricos e, no plano cultural, durante os anos 20, do lugar de vanguarda, que Nicolau Sevcenko denominou de ‘furor modernista’, exibido publicamente nas atitudes e no aparecer das pessoas em público, nos comentários da grande imprensa, no acúmulo da exibição de signos modernos da velocidade, do barulho, das novas máquinas, do furor das buzinas, do bom-tom da civilidade francesa. Do outro lado ficava a cidade às avessas, a desordem, a amoralidade e a vadiagem. A cada uma dessas ‘cidades’ correspondia um espaço específico e um tempo determinado. De um lado, a cidade legal, onde tempos e espaços não se misturavam: o espaço do trabalho estava separado do tempo da casa, o tempo do lazer era distinto do espaço da rua. De outro lado, estavam os bairros populares onde trabalho, moradia e lazer estavam sobrepostos no tempo e no espaço. Paradoxalmente, era curta a distância e rápida a conclusão de que, se a outra cidade era um espaço e um tempo à margem da boa cidade, seus moradores também o seriam.”*<sup>24</sup>

Logo no início do século XX, as iniciativas de intervenção urbana acompanham a onda sanitária que chegava às cidades brasileiras (é marcante o exemplo das intervenções urbanas no Rio de Janeiro sob essa bandeira). O maior rigor na legislação sanitária a partir da República acabou incentivando o surgimento e o desenvolvimento da legislação urbanística e a especialização dos programas arquitetônicos.

Nesse momento, a especialização dos programas e a tentativa de inserção de novos usos e atividades acabou gerando, por si só, uma grande transformação no espaço e nos costumes urbanos; aliando-se, ainda, a evolução da legislação correspondente e a clara intenção da transformação da cidade colonial a todo custo, São Paulo acabou assistindo a uma grande revolução urbana que atravessava todas as suas esferas, desde a visão político-administrativa sobre a cidade e seu novo modo de produção, até os hábitos de seus moradores.

Apenas entre 1910 e 1911, quatro propostas urbanísticas para São Paulo foram apresentadas<sup>25</sup> por urbanistas e pelos poderes municipal e estadual. Isso não só demonstra a importância do tema, como também sugere a quantidade de interesses em jogo na execução das propostas, que se configuravam como um dos principais negócios da província, uma vez que, os empreendimentos imobiliários e a implantação da infra-estrutura urbana, em grande parte dos casos, ficava a cargo da iniciativa privada, cabendo ao poder público apenas o papel de regulamentador das intervenções.

No trecho a seguir, divulgado na imprensa de 1912, ficam claros o viés segregador das reformas em andamento e a partilha de suas benesses entre poucos:

*“A valorização do solo da Capital, em alguns países, teria conduzido às barras dos tribunais toda uma camarilha de embrulhões, e de ladrões... Aqui, ao contrário, os conduziu às altas honras, e altos cargos governamentais, ao honrado gozo do suado capital.”*<sup>26</sup>

Para melhor compreensão dos ideais urbanísticos do período e do papel do espaço público central como elemento fundamental

nas intervenções que seguiriam, vale ressaltarmos alguns pontos presentes nas propostas apresentadas à municipalidade:

Em 1906, o vereador Silva Telles publicou o volume “Os Melhoramentos de São Paulo” recomendando o controle e a regulação da expansão urbana nas áreas periféricas, bem como algumas intervenções na colina central que a adequassem à nova realidade urbana. Entre suas propostas, Telles indicava algumas correções no traçado do Triângulo e propunha a construção de uma via no leito do Anhangabaú, incentivando a polaridade a oeste.

O plano de Alexandre de Albuquerque foi apresentado em novembro de 1910. Por considerar a intervenção no Triângulo histórico custosa e trabalhosa, o autor preferiu sua margem oeste para propor a implantação de grandes avenidas, pontuadas por edifícios de grande representatividade, estabelecendo perspectivas monumentais que remetiam às intervenções de Haussmann em Paris. Vale citar a predominância dos aspectos formais e o caráter segregador do plano que, de certa forma, refletem parte do pensamento urbanístico da época:

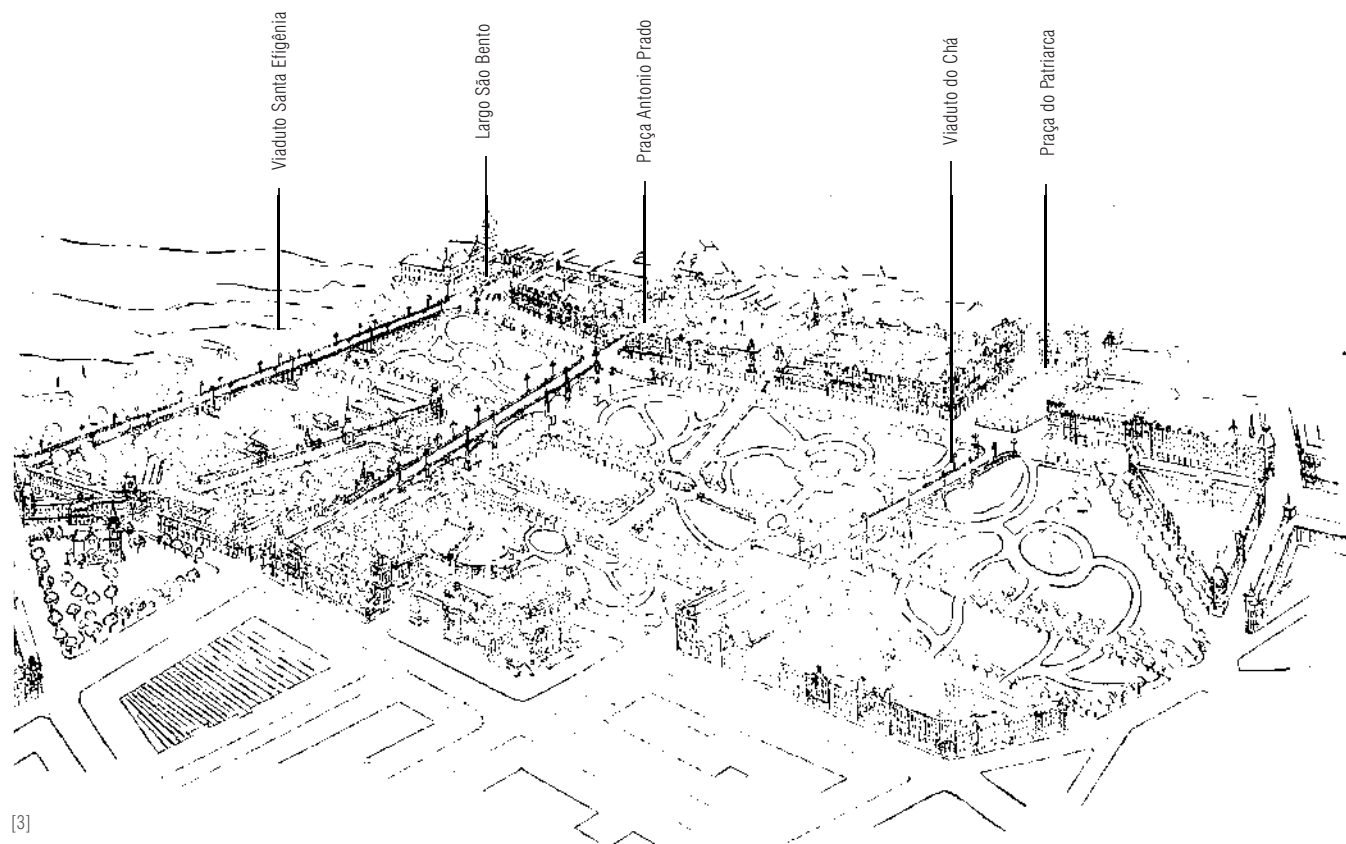
*“As três avenidas se cruzariam em um ponto, onde, segundo seu idealizador, a magnífica perspectiva que se gozará do centro desta praça, donde irradiarão seis grandes ruas, só será comparável àquela que se aprecia em Paris, no cimo do arco da Praça da Estrela. Ao longo das avenidas seriam construídos prédios de dois ou mais pavimentos, que obedecerão aos modernos estilos arquitetônicos, tendo preferência os de suntuosa fachada, que seriam ocupados por estabelecimentos de primeira ordem.”*<sup>27</sup>

Foi apresentado, também, ao Prefeito Raymundo Duprat, o plano

25- Para saber mais sobre tais propostas, ver: SIMÕES JÚNIOR, José Geraldo. *Anhangabaú - história e urbanismo*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1995.

26- La Battaglia, 1912. *Apud* SEGAWA, Hugo. *São Paulo, veios e fluxos: 1872 - 1954*. In PORTA, Paula. *Op. Cit.* p.377.

27- ALBUQUERQUE, Alexandre de. *Apud* SEGAWA, Hugo. *Op. Cit.* p.374.



[3]

[3] Projeto da Diretoria de Obras para o Vale do Anhangabaú, elaborado pelos engenheiros Victor da Silva Freire e Eugenio Guilhem.

Melhoramentos do Centro da Cidade de São Paulo, elaborado por Victor da Silva Freire e Eugenio Guilhem, engenheiros responsáveis pelo Setor de Obras Públicas Municipal, que previa a construção de um anel de circulação em volta da colina histórica<sup>28</sup>, onde seriam implantados os mais significativos edifícios da cidade, a construção do Centro Cívico no local da Praça da Sé, o controle da expansão urbana e a inserção de muitas áreas verdes no espaço urbano, principalmente ao longo do Anhangabaú e do Tamandateí. O projeto de Silva Freire e Guilhem recuperava a idéia da Ringstrasse construída em Viena no final do século XIX<sup>29</sup> já com as revisões propostas por Sitte a favor da diversificação de usos no espaço urbano e sobre os aspectos formais do espaço público.<sup>30</sup>

No início de 1911, o engenheiro Samuel das Neves, com apoio do governo estadual, apresentou sua proposta para o centro de São Paulo. Menos pretensiosa que as demais, a proposta privilegiava as conexões viárias entre diversos pontos nas duas margens do Vale do Anhangabaú, o alargamento e a retificação das vias e a transformação do Vale em uma grande avenida capaz de ligar as áreas a norte e a sul do centro.<sup>31</sup>

Em meio aos intensos debates urbanísticos e à indecisão frente as alternativas, a Câmara Municipal, em 1911, convidou o arquiteto francês Joseph Bouvard a arbitrar a questão. Bouvard elaborou um relatório que descartava as propostas de Alexandre de Albuquerque e concentrava-se no projeto de Victor da Silva Freire e Eugenio Guilhem. As principais recomendações do arquiteto, além daquelas propostas anteriormente pelos engenheiros, foram a construção do Parque do Anhangabaú e do Parque da Várzea do Carmo, inaugurado

no centenário da Independência como Parque Dom Pedro II.

A construção do Parque do Anhangabaú estendeu-se por toda a década de 1910 e exigiu a retificação dos espaços centrais adjacentes ao Vale. Acompanhando a sua execução, foi criada a Praça do Patriarca, enquanto a Praça Ramos de Azevedo e todo o entorno do Vale do Anhangabaú sofreram alterações para comportar a necessária circulação viária e adequar-se ao modelo estético eclético.

Todo o debate sobre a construção do espaço urbano central de São Paulo pode sugerir que a sua produção fosse criteriosamente regulamentada pelo poder público. O que se observava na realidade, apesar da discussão e elaboração de conjuntos de propostas, era a fragmentação das ações urbanas e a não obediência à totalidade dos planos propostos. As recomendações de Joseph Bouvard foram realizadas parcialmente e durante longos períodos, permitindo alterações na sua interpretação e nas suas advertências pelo poder público e pelos promotores das reformas de acordo com os interesses em cada momento.

Sem dúvida, o espaço público central era o protagonista no contexto urbano do início do século XX; qualquer proposta para a cidade deveria considerá-lo como espaço privilegiado em relação ao tecido urbano sob dois aspectos principais – o espaço público como espaço de lazer para a elite cafeeira e como espaço capaz de abrigar o acelerado progresso de São Paulo, representado pela crescente necessidade de circulação de pessoas e mercadorias.

Os parques do Anhangabaú e Dom Pedro II e o Jardim da Luz configuravam-se como os espaços mais representativos do

28- Idéia que seria recorrente nas propostas urbanas para São Paulo até a sua realização com o Plano de Avenidas de Prestes Maia.

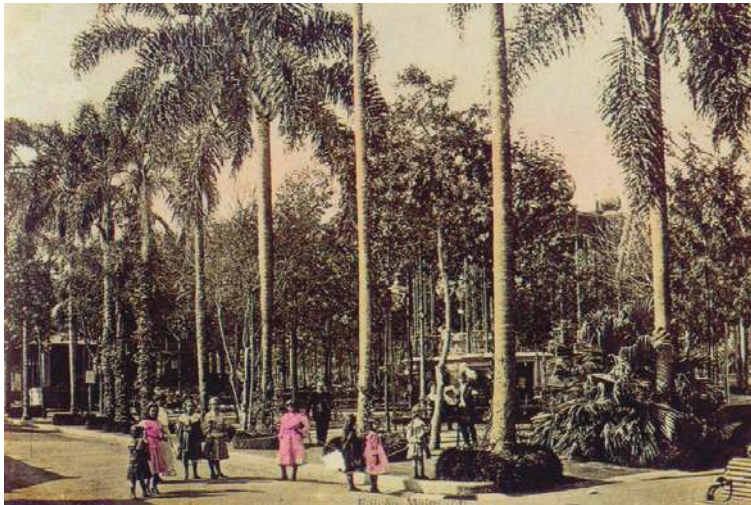
29- Para mais detalhes sobre a Ringstrasse e Viena no século XIX, ver: SCHORSKE, Carl. *Viena fin-de-siècle*. Campinas; São Paulo: Ed. da Unicamp: Companhia das Letras, 1990.

30- SITTE, Camillo. *Op. Cit.*

31- SEGAWA, Hugo. *Op. Cit.* p.376.



[4]



[5]

[4] e [5] Jardim da Luz no início do século XX, um dos preferidos destinos para o lazer da sociedade paulistana.

[6] Vista aérea do Parque D. Pedro II e do centro da cidade na década de 1930.



[6]

pretendido cotidiano burguês. O Parque do Anhangabaú ladeado pelos importantes edifícios às margens do Vale servia como cenário e descanso ao movimentado cotidiano do centro, que abrigava cada vez mais escritórios, comércios e cafés. O Jardim da Luz e o Parque Dom Pedro II serviam exclusivamente ao lazer e ao embelezamento da cidade; destinos dos passeios da elite, os parques reforçavam os ideais sanitaristas e os prazeres de uma vida saudável distante daquela observada nos cortiços e na periferia, como nessa passagem de Paul Adam sobre as visitas ao Jardim da Luz:

*“Aos domingos, no jardim da Luz, é agradável ver esse povo enérgico, bem trajado, entregar-se aos prazeres da ginástica e da patinação, por entre o emaranhado das mais belas árvores tropicais, diante dos quiosques onde as mulheres, em sua elegância, saboreiam sorvetes, bebem refrescos. É a vida sadia e limpa.”*<sup>32</sup>

Outras intervenções como o alargamento e a retificação de vias representavam a adequação do espaço urbano à inserção de novos modos de vida na cidade. A necessidade da infra-estrutura de circulação para bondes e automóveis tornou-se umas das principais bandeiras das reformas que se seguiram a partir da virada do século XIX para o século XX. A criação da Praça do Patriarca<sup>33</sup> foi representativa; a iniciativa de demolição de uma parte do antigo tecido urbano para a implantação de uma praça responsável por organizar o trânsito entre as duas margens do Vale do Anhangabaú, a ser limitada por edifícios de uso laico demonstrava a definitiva transformação da antiga vila em uma das mais vigorosas cidades da República.

Como já citado anteriormente, a transformação da vila em futura metrópole não se deu sem o afastamento dos conflitos sociais; a segregação espacial era marca de todas as intervenções realizadas no centro de São Paulo. A mais significativa delas, a ser analisada no Capítulo 2, a transformação do Largo do Rosário em Praça Antonio Prado confirmou-se como o exemplo mais acabado do caráter radical das intervenções urbanas no centro.

Não se deve esquecer que a própria transformação urbana de São Paulo nesse período figurava como um dos grandes negócios de retorno garantido. Investir na construção de edifícios, na especulação imobiliária ou mesmo na transformação espacial, apesar de exigir grande investimento, tinha lucro certo.

A reconstrução de grandes áreas centrais, o loteamento de áreas adjacentes e a expansão horizontal para a periferia funcionaram como um conjunto que atendia a interesses econômicos e imobiliários, além de garantir o espaço exclusivo da elite paulistana. Nesse momento da história urbana de São Paulo, pode-se dizer que são lançadas as bases sobre as quais a cidade irá crescer: expansão da mancha urbana e segregação espacial – a (re)ocupação de determinadas áreas pela elite concentrava os investimentos em infra-estrutura e delegava à especulação e ao mercado imobiliários os rumos das “outras ocupações”.

32- ADAM, Paul. *O Centro da Cidade sugere certos aspectos de Londres* In BRUNO, Ernani Silva. *Memória da cidade de São Paulo*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico – Prefeitura de São Paulo, 1981.

33- A criação da Praça do Patriarca e as transformações de seu entorno serão analisadas detalhadamente no Capítulo 2.



[7]



[8]

[7] e [8] Panorama da área central de São Paulo em 1945 e em 1950.



## 1.2.2 - O papel do espaço público na configuração da área central entre as décadas de 1930 e 1950

*“Entre 1934 e 1938, durante a administração do prefeito Fábio Prado, a cidade foi beneficiada com intervenções na área central, que começaram a lhe conferir algumas características de cidade moderna, com espaços públicos e edifícios privados recebendo um tratamento Art-Déco, com obras em concreto armado. Os exemplos mais marcantes foram o Viaduto do Chá, o edifício da Biblioteca Municipal Mário de Andrade, os túneis da Avenida 9 de Julho e o Estádio do Pacaembu.”*<sup>34</sup>

Partindo da saturação do exíguo espaço urbano da colina histórica e da definitiva consolidação da atividade industrial, assiste-se a uma inflexão no processo de transformação do chamado Centro Velho em favor do espraiamento da mancha urbana e de suas atividades. Com a ampliação da área urbana, tornou-se necessária a ampliação da infra-estrutura viária de circulação, que foi ganhando importância e tornando-se determinante na construção do espaço urbano que já não tinha mais as capitais europeias do século XIX como modelo. As cidades norte-americanas construídas sobre o binômio arranha-céus/ estrutura viária apresentaram-se como o novo modelo mais adequado à cidade, de novo, em transformação. Sob o pretexto de adequar mais uma vez o espaço urbano às transformações sociais cada vez mais intensas, toda a área central de São Paulo foi reconstruída.

Enquanto no período anterior a cidade de São Paulo se transformou e preparou as bases para seu crescimento, entre as décadas de 1930 e 1950, a estrutura construída foi recrutada a abrigar um acelerado crescimento demográfico e urbano.

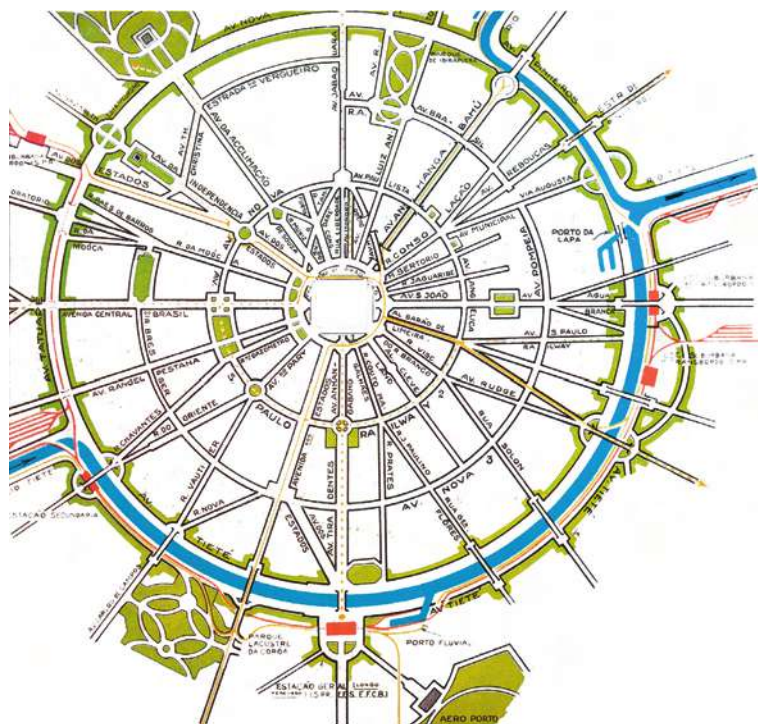
O poder de atração da capital tão alardeado no período anterior surtiu efeito e a cidade entrou em um inédito processo de desenvolvimento e expansão. Para absorver todo o crescimento populacional, a cidade ia se expandindo para além dos seus limites anteriores, enquanto promovia o adensamento da área central através da verticalização. Em meados da década de 1950, as notícias informavam a construção de quatro casas por hora e a aprovação de mais de vinte mil projetos por ano.<sup>35</sup>

O antigo centro, com seus parques e espaços públicos não mais comportava as atividades da metrópole em formação. Era necessário liberá-lo para maior eficiência entre os fluxos; a construção de grandes avenidas e a facilidade de locomoção eram as principais palavras de ordem no início da década de 1940.

Evidentemente, os edifícios ecléticos e o modelo estético europeu das décadas passadas também não correspondiam mais ao modo de vida que se pretendia em meados do século XX. A idéia do cotidiano urbano ligado aos bares, cafés e teatros de arquitetura sofisticada e rebuscada não fazia mais sentido. Era necessária

34- REIS FILHO, Nestor Goulart. *São Paulo: vila cidade metrópole*. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, BankBoston, 2004. p. 198.

35- CORONA, Eduardo. *Aberrações arquitetônicas desorientam o paulistano*. In *Acrópole* n.217, novembro 1956.



[9]



[10]

[9] Esquema do perímetro de irradiação proposto por Prestes Maia.

[10] Vista aérea do novo Vale do Anhangabaú e Avenida Tiradentes.

uma linguagem arquitetônica que demonstrasse a eficiência e o pragmatismo característicos da cidade em acelerado crescimento: os novos arranha-céus, as estruturas de concreto armado e a ausência de ornamentação passaram a ser as principais características dos novos edifícios, que encontraram no Art-Déco e na arquitetura moderna o modelo a seguir. Reis Filho indica quais as áreas do centro que primeiro se transformaram de acordo com o novo modelo:

*“Na área central foi ocorrendo uma crescente verticalização, com aumento do número de andares dos edifícios, como nas praças do Patriarca e da Sé, nas bordas do Anhangabaú e em ruas de comércio mais intenso, como São Bento e XV de Novembro. De início predominava o padrão europeu, que tendia a estabelecer um gabarito de padrão uniforme para os edifícios com altura homogênea. Aos poucos essa tendência foi sendo rompida, com estruturas de concreto de maior altura.”*<sup>36</sup>

A busca de um novo paradigma urbano e a progressão acelerada com que a cidade crescia levaram alguns urbanistas e políticos a decretarem o fim da obsoleta cidade do café em função da construção da nova metrópole industrial.

*“Passando de média a grande cidade, atingindo 1.400.000 almas (hoje 1.650.000), vendo as casas térreas cederam lugar às de 10 e 20 andares, tudo estava arriscado a comprometer-se definitivamente: circulação, transportes, expansão, salubridade e estética.”*<sup>37</sup>

Assim, uma segunda leva de grandes intervenções urbanas foi encampada pelo poder público como a solução para a obsolescência das estruturas existentes.

O período foi marcado pela implantação do Plano de Avenidas,

elaborado em 1930 pelos engenheiros Prestes Maia e Ulhôa Cintra e posto em prática a partir de 1938, responsável pela configuração territorial da cidade até meados da década de 1960, quando outra leva de transformações redefiniu o desenho e a estruturação da cidade de São Paulo.<sup>38</sup>

A partir de um sistema de anéis com raios crescentes em torno do centro histórico, cortados por avenidas perimetrais, o plano baseava-se no chamado Perímetro de Irradiação, que pretendia poder abrigar a expansão da mancha urbana em todas as direções a partir do centro. As principais vias perimetrais formariam o Sistema Y ; ao longo dos córregos Itororó e Saracura seriam implantadas duas avenidas que se interligariam junto à Avenida Anhangabaú Inferior, onde seriam implantados a Praça da Bandeira e novo Paço Municipal, conferindo ao principal sítio metropolitano a monumentalidade correspondente, não encontrada nos períodos anteriores.

A idéia da construção do Paço Municipal em São Paulo estava presente desde o início do século, nos primeiros planos urbanísticos para o centro. Naquele momento, muitas das propostas elaboradas indicavam a Praça da Sé e seu entorno como o local mais adequado à implantação de um centro cívico que abrigaria, principalmente, a Prefeitura e a Câmara municipais, que nunca logrou.

A proposta da realização do Paço Municipal como lugar significativo no tecido urbano e como espaço capaz de abrigar o centro cívico que a cidade nunca alcançou, a partir de uma iniciativa do poder público, encontraria respaldo no contexto internacional

36- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Op. Cit.* p. 186.

37- MAIA, Francisco Prestes. *Os melhoramentos de São Paulo*; palestra do engenheiro Francisco Prestes Maia, Prefeito Municipal. São Paulo, 1945 - 2. tiragem atualizada.

38- Ver MAIA, Francisco Prestes. *Estudo de um plano de avenidas para a cidade de São Paulo*. São Paulo: Melhoramentos, 1930.

39- “Sistema Y é, no vocabulário cá da Prefeitura, o conjunto das três grandes avenidas que, quando completas, atravessarão toda a cidade, desde o Tietê até o Vale do Pinheiros, percorrendo os thalwegs com um mínimo de cruzamentos de nível, do que resultam condições excepcionais de tráfego. Uma dessas avenidas é a Anhangabaú Inferior, projetada para ligar o Parque do Anhangabaú à Ponte Grande, incorporando em grande parte a Avenida Tiradentes. É o tronco do ‘Y’. As hastes ou galhos são a Avenida 9 de Julho, já concluída, e a Itororó, iniciada. A convergência faz-se no Largo do Piques, que, para exercer suas novas funções, acaba de ser ampliado e completamente remodelado.”  
MAIA, Francisco Prestes. *Op. Cit.*, 1945.

40- Os CIAM tiveram dez edições entre 1928 e 1956; sua mais influente contribuição, A Carta de Atenas foi resultado da quarta edição, em 1933.

das discussões sobre arquitetura protagonizado pelos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM).<sup>40</sup> A partir do final da década de 1940, as investigações teóricas sobre a construção das cidades passaram a criticar o modelo do planejamento modernista setorizado do segundo pós-guerra, propondo a reavaliação do papel dos espaços urbanos centrais. Em 1951, o oitavo CIAM, realizado na Inglaterra, sob o tema *Il Cuore della Città* pregava o fortalecimento do papel das áreas centrais e de espaços urbanos referenciais como forma de curar a ingrata vida nas metrópoles.<sup>41</sup>

Como o centro cívico das décadas anteriores, o Paço Municipal de Prestes Maia também acabou não sendo construído; a pretensiosa Praça converteu-se em um grande estacionamento; apenas anos depois, já na década de 1960, a Câmara Municipal passou a ocupá-la.

Como iniciativa do poder público municipal, a implantação do Plano alterava todos os padrões urbanos em São Paulo. Ao contrário do período anterior, quando as intervenções urbanas e o provimento de infra-estrutura eram, em maior parte, delegadas à iniciativa privada, nesse momento, o poder público toma a frente da construção urbana, enxergando-a como responsabilidade do Estado para com seus cidadãos e excluindo a sociedade das decisões anunciadas.<sup>42</sup> Como plano, transformou, então, a estrutura viária da cidade e alterou as relações entre os antigos espaços, criando uma nova hierarquia urbana e uma nova forma de circular no espaço urbano.

Apesar de seu desenho ser resultado de diversas influências e

contribuições, esse modo de aplicação também pode ser relacionado ao contexto político brasileiro - Estado Novo - e aos ideais do urbanismo e planejamento modernos baseados na ação exclusiva do Estado.<sup>43</sup>

A despeito da prioridade à estruturação viária da metrópole em formação, sua implantação foi parte de um enorme conjunto de intervenções por toda a área urbana de São Paulo que promoveu a reforma e criação de diversos espaços públicos e a inserção de novos elementos e programas na paisagem urbana de São Paulo. Vale registrarmos as impressões de Prestes Maia sobre o processo de transformação da cidade:

*“O urbanismo paulista atravessa um período brilhante. (...) Depois da conclusão de obras importantes como o Estádio, a Biblioteca Municipal, a Ponte Grande, as avenidas Ipiranga, Vieira de Carvalho e Senador Queirós, têm lugar grandes empreendimentos novos, como as avenidas Anhangabaú Inferior, Duque de Caxias, as praças do Estádio, Carmo, Consolação e João Mendes, o prolongamento das avenidas Paulista, Pacaembu, Nove de Julho e Rebouças, o alargamento da rua da Liberdade, os viadutos Jacaré, D. Paulina e Nove de Julho, as pontes Mercúrio, Indústrias e Pequena, a canalização do 3o. e 4o. trechos do Tietê e a do trecho final do Tamanduateí, numerosas praças e jardins de bairro, etc. Ainda não se acham estas concluídas, e já vão ser atacadas outras, como o Parque da Água Funda, o Monumento das Bandeiras, as avenidas Leste, Itororó, Rio e Sumaré.”*<sup>44</sup>

A divulgação do caráter metropolitano de São Paulo, a diversificação dos programas e a promoção da acessibilidade entre

41- Apesar da proximidade entre as datas e os temas caros ao VIII CIAM e às iniciativas por Prestes Maia, a repercussão, em São Paulo, das teorias sobre a importância do centro das cidades na vida de seus cidadãos só aparecerá a partir do final da década de 1960, orientando a nova leva de intervenções sobre o centro da cidade.

42- Sobre esse assunto ver: LEME, Maria Cristina da Silva. *Formação do pensamento urbanístico em São Paulo, no início do século XX*. In Espaço e Debates, v.11, n.34, 1991. p.64-70.

43- Vale citarmos trecho de J. L. Sert no oitavo CIAM sobre a competência da (re)construção dos centros das cidades: *“A criação desses centros é tarefa do governo (federal, estadual, municipal). Não se pode fazer com que a sua construção dependa da especulação privada pois são necessários às cidades e à nação: devem, portanto, ser financiados com dinheiro público.”* SERT, J. L.. *Centri per la vitta della comunità* In CIAM (International Congress for Modern Architecture); ROGERS, E. N.; SERT, J. L. ; TYRWHITT, J. - *Il Cuore della città: per una vita umana della comunità*. Milano : Hoepli, 1954. (tradução nossa)

44- MAIA, Francisco Prestes. *Op. Cit.*, 1945.

suas regiões acabou determinando a especialização de algumas áreas da cidade quanto ao uso; o centro histórico e sua expansão oeste consolidaram-se como o principal pólo de comércio e serviços enquanto os outros bairros espalhados pela mancha urbana eram predominantemente residenciais ou industriais. Em decorrência dessas transformações urbanas e sociais no modo de vida assistidas por São Paulo, o cotidiano, a apropriação dos espaços e seu uso também foram alterados.

A incisiva inserção da eficiência e do dinamismo urbano trouxe novas prioridades para o espaço urbano; a necessidade de circulação e especialização das atividades não mais comportava uma cidade comprometida com o embelezamento de seus espaços públicos; tampouco o novo cotidiano urbano permitia a contemplação visual e o passeio descompromissado pela cidade. Assim, as várias reformas pelas quais passaram os espaços públicos centrais sempre procuraram adequá-lo a essa nova realidade; investindo-o uma feição moderna sem os exageros formais do período anterior e de acordo com as novas tecnologias construtivas, as intervenções abrangiam as novas palavras de ordem sobre progresso e movimento, transformando o espaço público, antes passivo em relação ao desenvolvimento urbano, em apoio físico para a consolidação dos avanços metropolitanos. Não só na promoção de alguns espaços urbanos podemos ver refletidas as alterações em curso; o esquecimento ou a decadência de alguns pontos antes significativos também dão a medida exata do processo.

O caso do Jardim da Luz é ilustrativo sob o ponto de vista da relação que a metrópole em desenvolvimento acabou estabelecendo

com seus espaços originais. Com exceção da colina histórica que encontrou meios de se encaixar nas atividades realizadas no novo espaço urbano e também foi capaz de promover sua inserção no novo tecido, o restante da cidade dos tempos do Império foi tragado pelo intenso crescimento do espaço e das atividades urbanas com a sobreposição da escala metropolitana aos, então, pequenos logradouros públicos. Procurando um sistema eficiente de funcionamento para uma cidade que crescia vertiginosamente, praticamente relegou a adequação da antiga malha ao acaso ou à iniciativa privada.

Por outro lado, à especialização dos programas deve-se a inserção de novos espaços que, então, passaram a concorrer com os já existentes; a perda da antiga relevância de alguns pontos como o Jardim da Luz e o Parque D. Pedro II também deve ser creditada à criação de novos parques, como o Ibirapuera em 1954, e da promoção do acesso a diversas regiões da área metropolitana, como as áreas adjacentes às represas paulistas.

A intervenção realizada no Vale do Anhangabaú é a mais representativa da mudança nas prioridades urbanas. Antes, a “sala de visitas” da cidade, o belo jardim para passeio e admiração públicos transformou-se na principal artéria viária de São Paulo, pontuada pelos primeiros edifícios modernos que começavam a surgir. O grande eixo Norte/ Sul, formado pelas avenidas Anhangabaú e Tiradentes, seria coroado pelo grandioso Paço Municipal, no entroncamento das três principais vias do Plano.

É interessante observarmos o deslocamento das escolhas na



[11]

[11] Vista aérea do Jardim da Luz e Estação da Luz, 1950.



[12]

[12] Parque D. Pedro II, Palácio das Indústrias e a expansão da periferia a leste, década de 1940.

malha urbana. No período anterior, verificou-se a preferência pela ocupação da margem oeste do Anhangabaú, a partir da implantação do Plano de Avenidas, e a localização do Paço Municipal é testemunha, confirmou-se o deslocamento para o vetor sudoeste. Em *O espaço intra-urbano no Brasil*,<sup>45</sup> Flavio Villaça relaciona a ocupação do território metropolitano com o deslocamento das elites em busca de áreas mais exclusivas e resguardadas; esse deslocamento seria acompanhado pela opção do poder público por investimentos em infra-estrutura e melhorias urbanas nessas áreas ainda não tão adensadas. Após relativo saturamento dos bairros a oeste para o uso residencial burguês, assistiu-se à migração das elites em direção sul (Avenida Paulista, Jardins, Pinheiros) e o esforço da municipalidade em tornar tais áreas acessíveis e equipadas.

Apesar das estruturais transformações sofridas pela cidade de São Paulo, permaneceu o modelo de ocupação territorial baseado na segregação espacial. O aumento demográfico e a expansão da mancha urbana apenas reforçaram a dualidade do espaço urbano paulistano sob o binômio centro de serviços e empregos – periferia dormitório; a necessidade cada vez maior de uma infra-estrutura de transportes e circulação que desse conta desse modelo na cidade em expansão direcionou os investimentos públicos e não permitiu uma apropriação mais equânime das áreas centrais. Desse modo, a despeito da maior acessibilidade ao centro promovida pelas intervenções viárias e pela diversificação dos programas e atividades, o fórum público não se desenvolveu em todo o seu potencial, como denunciam Paoli e Duarte:

*“Constantemente negado por meio de diversos bloqueios e*

*estratégias de desmobilização, que não poucas vezes se apoiaram na desqualificação de seus atores e na violência da repressão policial, este acesso teria permitido talvez a possibilidade de se instaurar a medida política para a modernização equilibrada da Cidade tornando real a simpática imagem que mostra São Paulo como uma babel de povos e culturas que se fundiram em arranjos criativos na escolha da partilha da Cidade, no centro da qual está o valor do trabalho e da ascensão social. Mas, nas condições de sua sempre reafirmada desigualdade política, a Babel paulistana tornou-se uma caricatura. São Paulo ficou sem medida de si mesma todas as vezes em que o espaço público foi monopolizado por suas novas e velhas elites, em que a ação de diferentes grupos e classes sociais foi constantemente separada do debate público e os conflitos pelo direito de nele participar, foi criminalizado ou ocultado em sua expressão.”*<sup>46</sup>

46- PAOLI, Maria Célia e DUARTE, Adriano. *Op. Cit.* p.98.



[13]

[13] Intenso tráfego de pessoas e veículos no centro da cidade no final da década de 1960.



[14]

[14] Ponte sobre a Marginal Tietê na década de 1990.



### 1.2.3 - O papel do espaço público na configuração da área central entre as décadas de 1960 e 1990

*“Nas últimas décadas do século XX, a aparência das ruas e praças da cidade já não era dada pelas obras públicas. Estas já não eram executadas com cuidados especiais, não exploravam as dimensões simbólicas do urbanismo como representação do poder do estado em suas várias instâncias.*

*Os espaços de uso coletivo deixaram de ser espaços públicos providos pelo governo municipal ou pelo estadual; são produzidos pelos capitais privados, com sentido comercial. Mesmo os leitos das ruas foram sendo em boa parte transformados em terminais de linhas de ônibus de empresas privadas.”*<sup>47</sup>

A falta de um planejamento mais rigoroso sobre o crescimento de São Paulo desde o início do século é nítida quando observamos atentamente seu espaço urbano. Nesse período, grandes obras de infra-estrutura foram realizadas repetindo a matriz inicial dada pelo Plano de Avenidas de Prestes Maia; o sistema talvez adequado para uma cidade de poucos milhões de habitantes foi sendo reproduzido para atender a ordem de dezenas de milhões e uma mancha urbana que não apresentava sinais de estagnação. O crescimento urbano baseado no esquema centro-periferia exigia cada vez mais investimentos na infra-estrutura de circulação e acabou determinando um padrão de produção da cidade baseado na fragmentação e setorização das ações que invariavelmente aconteciam a reboque do crescimento

urbano e demográfico e nunca apresentavam outras possibilidades de apropriação do espaço urbano além da tentativa de minimizar as demandas existentes.

Iniciativas centralizadas baseadas nas vontades e crenças pessoais de empreendedores não eram mais suficientes para conter os crescentes indicadores metropolitanos; a nível administrativo (municipal e estadual) foram criados diversos órgãos responsáveis pelo controle e pela ação sobre o espaço urbano que se ocupavam de sistematizar informações e dados e propor soluções para os problemas da cidade; profissionais e o poder público foram convocados a traçar inúmeros planos e a criar instrumentos político-administrativos para proteger ou adequar o centro e suas estruturas. Helena Cordeiro debruça-se sobre o aparentemente improficuo esforço do poder público em organizar e sistematizar as necessárias ações públicas em relação à estruturação do espaço urbano:

*“Em São Paulo a criação bastante recente de alguns órgãos públicos municipais COGEP[1971], EMURB[1971], CONDEPHAAT[década de 1960], DPH[1975], vem revelar o interesse dos poderes públicos na organização do programa de renovação urbana, na qual é notória a responsabilidade do Estado perante a comunidade. (...) Em São Paulo não se construiu ‘ao lado’. Construiu-se ‘em cima’, numa autofagia impiedosa, perdendo-se a possibilidade da percepção de uma continuidade formal. Tenta-se agora controlar essa ação de*

47- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Op. Cit.* p. 221.

*forma mais sistemática.”*<sup>48</sup>

O que se assistiu no momento anterior, um grande plano de construção e reconstrução da cidade sob uma mesma iniciativa, não se repetiu nesse período, seja pela nova dimensão da metrópole, seja pela falta de uma política urbana comprometida a longo prazo, como já previa, em 1950, este trecho do Relatório Moses:<sup>49</sup>

*“A região em que se ergue São Paulo possui todos os elementos propícios ao crescimento de uma cidade: altitude média, clima quase ideal, porque moderado durante todo o ano; sistema regular de chuvas, potencial hidráulico e fácil acesso ao mar. Tudo isso nas mãos de uma população cheia de vida, empreendedora, cosmopolita, produziu uma indústria e uma metrópole. Do crescimento da cidade surgiram os problemas comuns a todos os grandes centros. Problemas que se acumularam constante e quase silenciosamente, esquecidos pelos paulistas – gente forte, empreendedora, desapegada da tradição, afoita, e por consequência pouca preocupada com planejamento e sujeição a regulamentos... Um povo que vive em atividade dinâmica tem pouquíssimo tempo para pensar nas consequências que sobreviverão da desregrada especulação e subdivisão dos terrenos urbanos, das construções apressadas, do congestionamento do trânsito, da mistura desordenada das áreas de comércio, indústria, residência e recreação; da disposição descuidada de lixo e resíduos, e da proteção inadequada contra enchentes, incêndios e epidemias.”*<sup>50</sup>

Ao mesmo tempo em que se assistia a promoção da acessibilidade ao centro e o uso de seus espaços por todas as camadas da população devido à concentração de empregos, os promotores do espaço urbano passaram a migrar da área central da cidade, criando outras

centralidades especializadas dispersas pelo território. A busca pelas elites de áreas mais exclusivas e mais especializadas coincidiu com a “popularização” do centro tradicional, com impacto, também, na necessidade pelo aumento de oferta na infra-estrutura viária; os novos centros dispersos pelo território também reclamavam a promoção de sua acessibilidade pelo poder público, contribuindo para a setorização das iniciativas urbanas em função da demanda viária.

Flávio Villaça descreve os impactos da relativa democratização do centro na imagem de decadência divulgada sobre o espaço urbano central:

*“Na década de 1980, os centros principais já estavam quase totalmente tomados pelas camadas populares. Aquilo a que se chama ideologicamente de ‘decadência’ do centro é tão-somente sua tomada pelas camadas populares, justamente sua tomada pela maioria da população. Nessas condições, sendo o centro realmente da maioria, ele é centro da cidade.”*<sup>51</sup>

A partir da segunda metade do século XX, São Paulo, sob o lema “a cidade que mais cresce no mundo”, viu-se obrigada a reproduzir sua matriz rodoviarista inicial sistemática e urgentemente, acompanhando os deslocamentos internos no seu território; a conclusão de algumas obras do Plano de Avenidas, a construção de inúmeros viadutos e avenidas sob o plano de vias de fundo de vale (1953), Plano Urbanístico Básico (PUB - 1968) e o Plano de Vias Expressas (1969) determinaram a configuração da metrópole que esquecia dos seus espaços públicos em busca da eficiência de seu funcionamento e caracterizaram o período das grandes

48- CORDEIRO, Helena Kohn. *Centro da metrópole paulistana: expansão recente*. São Paulo: Instituto de Geografia da Usp, 1980. p.165.

49- Relatório Moses – Programa de Melhoramentos Públicos para São Paulo, 1950. Estudo encomendado pela Prefeitura Municipal contendo recomendações para o tratamento do espaço metropolitano em crescimento.

50- Programa de melhoramentos Públicos para a Cidade de São Paulo, 1950, *Relatório Moses* In KLIASS, Rosa Grená. *Parques urbanos de São Paulo e sua evolução na cidade*. São paulo: Pini, 1993. p.47.

51- VILLAÇA, Flavio. Op. Cit. p. 283.

obras estruturadoras do sistema metropolitano sob investimentos municipais, estaduais e federais até meados da década de 1970.<sup>52</sup>

Ao contrário dos períodos anteriores quando se procurava construir uma aparência uniforme do espaço urbano de acordo com o ideal urbanístico correspondente a cada momento, depois da implantação do Plano de Avenidas, as intervenções realizadas na cidade procuravam apenas suprir a inesgotável demanda por circulação e minimizar alguns dos graves efeitos de seu padrão de crescimento.

Otília Arantes descreve os processos de planejamento urbano em meados da década de 1970:

*“O planejamento convencional, a utilização de planos e regulamentos para guiar o uso do solo pareciam cada vez mais desacreditados. Em vez disso, o planejamento deixou de controlar o crescimento urbano e passou a encorajá-lo por todos os meios possíveis e imagináveis. Cidades, a nova mensagem soou em alto e bom som, eram máquinas de produzir riquezas; o primeiro e principal objetivo do planejamento devia ser o de azeitar a máquina. O planejador foi-se confundindo cada vez mais com seu tradicional adversário, o empreendedor.”*<sup>53</sup>

Ainda que houvesse algumas políticas e iniciativas sobre outros setores urbanos, as preocupações urbanas voltavam-se essencialmente para a circulação metropolitana.

Evidentemente, a cidade cuja mancha atingia dois mil quilômetros quadrados não poderia valer-se apenas da circulação viária. Na década de 1970, iniciou-se a implantação da rede de metrô em São Paulo (com interligação na Praça da Sé) que contribuiu para

facilitar o acesso ao centro e, mais uma vez, transformou seu espaço urbano. A implantação do metrô como meio de transporte de grande capacidade configurava-se, ao mesmo tempo, como elemento essencial no funcionamento metropolitano e como nova matriz estrutural das relações espaciais e funcionais dentro da área central. Nesse período, as vias de acesso viário ao centro perderam importância na construção do desenho urbano, que se voltava para a escala do pedestre, tendo o acesso às estações do metrô como ponto de partida principal. Conseqüência da implantação da rede metroviária, o sistema de transportes metropolitano (metrô, trens e ônibus) foi organizado, na área central, considerando as viagens entre os pontos nodais a pé, e, portanto, incrementando o fluxo de pessoas pelas congestionadas vias centrais.

O início da implantação do metrô coincide com o arrefecimento dos investimentos públicos na infra-estrutura metropolitana viária de São Paulo. As circunstâncias econômicas e políticas internas e externas, no início da década de 1970, deslocaram as prioridades do governo federal com profundos impactos na configuração metropolitana. Como exemplo, podemos citar os projetos e execuções das duas primeiras linhas de metrô de São Paulo. O projeto da primeira linha, a linha Norte/ Sul (primeiro trecho aberto ao público em 1974), que previa a adequação e reformulação de todos os pontos do tecido urbano nos quais seriam instaladas as estações foi em grande parte executado com êxito. A implantação da linha Leste/ Oeste (primeiro trecho aberto ao público em 1979), ao contrário, apesar de também ter sido elaborada considerando a sua inserção no entorno a ser reformado, não teve o mesmo êxito

52- Sobre os diversos planos urbanos nesse período, ver ZANETTI, Valdir Zonta. *Planos e projetos ausentes: desafios e perspectivas da requalificação das áreas centrais de São Paulo*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2005.

53- HALL, Peter *Apud* ARANTES, Otília B. F.. *Uma estratégia fatal – a cultura nas novas gestões urbanas* In ARANTES, O.; MARICATO, Erminia; VAINER, C.. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000. p. 21.



[15]



[17]

[15] Praça Júlio Prestes, 1975. Desde a década de 1960 o limite da Praça havia sido ocupado pelo terminal rodoviário e seu espaço livre ocupado por uma marquise que abrigava paradas finais de ônibus urbanos.

[16] Entorno da Praça Júlio Prestes durante a década de 1980.

[17] Terminal de Ônibus Urbano Princesa Isabel, implantado na Praça Princesa Isabel durante a década de 1990.

[18] Calçadão no centro da cidade, década de 1970.



[16]



[18]

e a nova estrutura metropolitana e que poderia integrar os espaços adjacentes acabou se transformando em mais uma cicatriz no tecido urbano.

A partir de então, observa-se uma inflexão no modo de ação sobre o espaço urbano central; as inúmeras iniciativas que procuravam contornar a escala metropolitana passam a ser substituídas por propostas de menor alcance que se esforçavam em reduzir os efeitos nocivos das ações anteriores no espaço urbano, apoiadas no discurso da degradação do espaço metropolitano. Assim, ao grande fluxo, ao constante congestionamento e ao abandono da região pelas camadas mais altas da população, foi sendo atribuída a idéia de decadência e degradação dos espaços centrais.<sup>54</sup>

Procurando reduzir tais efeitos e melhorar os percursos entre os diversos pontos do centro, foi criado o programa de implantação de calçadas, na gestão de Olavo Setúbal, como uma primeira iniciativa de recuperar o espaço central e garantir a apropriação eficiente da área.<sup>55</sup> Em texto presente no folheto de divulgação dos calçados na ocasião de sua implantação:

*“Na administração do Prefeito Olavo Setúbal, a preocupação com o pedestre passou a ser uma constante. Vários fatores contribuíram para isso: o início de funcionamento do Metrô, a racionalização do tráfego, a prioridade concedida ao transporte público, a experiência de diversas cidades de todo o mundo e, principalmente, a determinação de valorizar o centro da cidade, suas atividades, sua paisagem.”*<sup>56</sup>

O programa dos calçados executou a pedestrianização de 60.000m<sup>2</sup> de vias no centro de São Paulo, equipando-o com

mobiliário urbano adequado (bancos, lixeiras, iluminação, etc).

Apesar da ênfase à circulação e ao funcionamento metropolitano, os espaços públicos continuaram a abrigar as mais variadas possibilidades de apropriação, inclusive, servindo como palco para manifestações políticas durante as décadas de 1970 e 1980, demonstrando a vitalidade do espaço público central da cidade.

Em correspondência com a ação fragmentada do poder público, não se pode apontar, nesse período, algum trecho do tecido urbano que ilustrasse sua possível concepção urbanística; representativo é o próprio tecido urbano alvo de recorrentes e paleativas intervenções desconexas entre si que não têm características comuns que não a urgência em estancar os efeitos de sua reprodução.

À pulverização das ações em torno do crescente consenso sobre a necessidade de recuperação ou valorização da área central, aliou-se a compreensão de que não só a construção do espaço físico pode ser objeto de intervenções e políticas, mas também sua gestão e manutenção. Seguindo essa premissa, o poder público passou a divulgar uma série de iniciativas de recuperação do espaço público que propunham sua restauração ou outras alternativas ao uso original.

A relativa instabilidade política durante a década de 1980 fez com que as ações centralizadoras do período anterior desaparecessem e surgissem iniciativas mais pontuais, ainda que desconexas e que não pudessem exigir do poder público a mesma disponibilidade vista no período anterior. É nesse contexto que um novo instrumento de ação sobre o espaço urbano é criado; as chamadas Operações Urbanas

54- A idéia de degradação do centro tradicional de São Paulo ganhou força, principalmente durante a década de 1970, devido também à disseminação das teorias dos últimos CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna) que discutiam a relevância urbana dos centros das cidades.

55- Entre as décadas de 1970 e 1980, diversos planos para a área central foram elaborados pelos órgãos públicos responsáveis (municipais e estaduais). Para informações detalhadas sobre as propostas, ver: ZANETTI, Valdir Zonta. *Op. Cit.*

56- EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO (EMURB). *Ruas de pedestres*. São Paulo: EMURB, 1979.



[19] Foto aérea do novo Vale do Anhangabaú, com a área pedestrianizada entre os viadutos do Chá e Santa Efigênia, 2000.

[19]

[20] Vista aérea do Rio Tamanduateí e Parque D. Pedro II, 2000.



[20]

configuravam-se como novo instrumento jurídico e financeiro de intervenção na cidade, no qual se procurava conciliar a possibilidade financeira da iniciativa privada com a possibilidade de intervenção do poder público<sup>57</sup>; através da venda de potencial construtivo na área determinada, o poder público arrecadaria os fundos necessários para a execução das intervenções reclamadas pela sociedade. No entanto, para tornar atrativa a compra do potencial construtivo em estoque, o poder público deve, em um primeiro momento, executar algumas ações na área apontada para atrair o mercado imobiliário que, então, se encarrega de valorizar e promover a região.

O primeiro passo em direção à aproximação entre as esferas pública e privada na produção do espaço urbano foi dado com a reforma do Vale do Anhangabaú, que apresentava características inovadoras, tanto do ponto de vista espacial e urbano, quanto dos novos mecanismos administrativos que incentivava. Em 1992, foi concluída a substituição da grande Avenida Anhangabaú, por uma via rebaixada, coberta por uma praça entre os viadutos do Chá e Santa Efigênia. Urbanisticamente, a nova praça confirmava-se como uma ação contrária àquelas promovidas nos anos anteriores, privilegiando o espaço de estar e do pedestre, em detrimento da circulação viária. Em relação à administração urbana, inaugurava o instrumento Operação Urbana que contava com o auxílio da iniciativa privada na produção do espaço urbano.<sup>58</sup>

57- EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO (EMURB). *O Resgate da Área Central*. São Paulo: EMURB, 1991. p. 5.

58- A reforma do Vale do Anhangabaú e seus impactos na área central são também analisados no Capítulo 2.

## 1.3- O papel do espaço público na configuração da área central na década de 1990

### 1.3.1 - As revitalizações de centros históricos e o ressurgimento dos espaços públicos centrais

No final do século XX, o espaço público central de São Paulo havia sido, em grande parte, cooptado a servir como infra-estrutura de circulação. Ainda que no último período analisado tenha sido objeto de inúmeros estudos e intervenções, o fato é que não facilitava muitas outras possibilidades de apropriação que não aquelas relacionadas ao movimento. Apesar de benéfico em seu contexto, o foco no novo personagem urbano, o pedestre, indicava que a visão sobre o espaço público havia sido bastante alterada; não havia questionamento sobre a função ou o papel do espaço público (como prolongamento da esfera pública na cidade), sobre a experiência ou o convívio urbano do cidadão; na melhor das hipóteses, eram alvos dos debates o pedestre e seu percurso no espaço central, salvo iniciativas pontuais como aquelas ocorridas no Vale do Anhangabaú.

Lembrando, mais uma vez, os escritos de Sennet<sup>59</sup> sobre a conversão dos espaços públicos em apoio para circulação, deparamo-nos com a sua corrupção a medida em que, além de tornar-se monofuncional, impede a permanência no espaço, limitando qualquer experiência ou experimentação que não a do movimento e servindo à cidade apenas como matriz física de abrigo a outras funções responsáveis pelo funcionamento imediato

da metrópole.

Além disso, com as transformações econômicas e financeiras no último quartel do século XX, em geral, os centros históricos das metrópoles foram preteridos no processo de desenvolvimento urbano e acabaram abrigando atividades marginais com o abandono de seus espaços livres e edifícios, em favor do desenvolvimento e ocupação de outras áreas da mancha urbana.<sup>60</sup>

Percebendo o enorme potencial dessas regiões, com grande oferta de infra-estrutura, o poder público e a iniciativa privada passaram a investir na sua recuperação e no seu prestígio urbano. Uma das ferramentas para reestabelecer seu poder de atração foi a promoção dos aspectos históricos e culturais presentes nessas áreas. A combinação da inserção do uso cultural (museus, centros culturais, etc.) em edifícios historicamente relevantes devolvia-lhes o prestígio de outras épocas e confirmava-se como um grande negócio para a indústria cultural de massa.<sup>61</sup>

No início da década de 1990 difunde-se, então, um novo modelo de ação sobre a cidade baseado em intervenções pontuais indutoras da transformação de seu entorno. Esse modelo teve origem em algumas cidades européias que procuravam reverter o processo de

59- SENNET, Richard. *Op. Cit.*

60- Para saber mais sobre o processo de ocupação de outras áreas da cidade de São Paulo e a dispersão de centralidades, ver: VILLAÇA, Flávio. *Op. Cit.*; SPOSITO, Maria E. B. *O Centro e as Formas de Expressão da Centralidade Urbana In Revista de Geografia v.10. Presidente Prudente: UNESP, 1991. p. 1-18* e CARLOS, Ana Fani A. *Espaço-Tempo na Metrópole: a Fragmentação da Vida Cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2001.

61- Sobre esse assunto, ver: SASSEN, Saskia. *As Cidades na Economia Mundial*. São Paulo: Nobel, 1998; HUET, Bernard e outros. *Os Centros das Metrópoles: Reflexões e Propostas para a Cidade Democrática do Século XXI*. São Paulo: Ed. Terceiro Nome, Viva o Centro, Imprensa Oficial do Estado, 2001; ARANTES, O.; MARICATO, Ermínia; VAINER, C.. *Op. Cit.*; CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade, UNESP, 2001.



degradação de algumas de suas áreas a partir da recuperação de antigos edifícios e da inserção do uso cultural como alavanca da recuperação espacial. Exemplos clássicos de intervenções desse tipo foram a recuperação da orla marítima e do Bairro Gótico em Barcelona (para receber as Olimpíadas de 1992, a partir de 1980) e a revitalização do centro de Baltimore durante a década de 1970.<sup>62</sup>

Em seu livro *A condição pós-moderna*<sup>63</sup>, David Harvey analisa a mudança nos referenciais urbanos e arquitetônicos no final do século XX, quando as intervenções e propostas modernas e centralizadoras perdem terreno para ações de menor escala, que não procuram construir para o Homem e sim para as pessoas.<sup>64</sup> A renovação urbana propagada pelos arquitetos e urbanistas modernos, assim como suas grandes intervenções foi dada como superada pela história; em seu lugar, a revitalização urbana propõe maior proximidade com os indivíduos que reconhecem em seus elementos plásticos de colagem significados mais imediatos que não procuram estabelecer maior continuidade de seus valores ou de suas crenças.<sup>65</sup>

Além de ser fundamentado em ações pontuais, outra característica desse modelo é a participação da iniciativa privada e de organizações da sociedade civil como os principais agentes da transformação urbana a ser alavancada. Tais ações passaram a ser sistematicamente possibilitadas pela aliança entre o poder público (em diversas instâncias), a iniciativa privada e organizações multilaterais de financiamento para criar as condições necessárias às intervenções. Jordi Borja explica a nova maneira de atuação sobre o espaço urbano, batizada planejamento estratégico, como

alternativa ao binômio planejamento estatal - intervenções privadas não acompanhadas pelo poder público:

*“Nos últimos anos, uma via intermediária vem se desenvolvendo: os planos estratégicos. O planejamento estratégico parte de três princípios: a definição de objetivos urbanos a partir das dinâmicas em curso; a dialética permanente entre objetivos/projetos/ impactos; a articulação de atores públicos e privados em todas as fases do processo de elaboração e execução.”*<sup>66</sup>

No entanto, não se trata de mais uma concepção urbanística que determina um novo modo de ação sobre o espaço. Tais ações correspondem a uma alteração na visão sobre a cidade e sua função. Percebida como o lugar onde são concretizadas as relações capitalistas e como suporte para a produção de alguns bens, a cidade passa a ser alvo de intervenções que otimizem seus elementos em busca da potencialização do retorno econômico. Assim, apesar de apresentarem-se como ações pontuais, simultâneas por acaso, essas operações têm um objetivo comum e fazem parte de um plano unívoco que permanece oculto atrás da divulgação de seus repetidos efeitos.

Regina Proserpi Meyer demonstra como a metrópole e o urbanismo, no final do século XX, ganharam outro significado que não mais os restringem a sua dimensão urbana:

*“O urbanismo contemporâneo tem desenvolvido conceitos e práticas comprometidas com as transformações urbanas demandadas de forma muito diversificada e ampla. O seu valor e, mais ainda, sua validade enquanto pensamento e instrumento de intervenção dependem diretamente de assumir que a organização da metrópole contemporânea não é apenas*

62- Outros exemplos de revitalização de centros históricos, sempre com apoio da iniciativa privada e de âncoras culturais e de serviços ocorreram em Boston (a partir da década de 1960), Londres, Lisboa, Bilbao e Berlim. No Brasil, podemos citar os exemplos de Salvador, São Luís, Recife e Rio de Janeiro. Para maiores detalhes sobre cada um desses movimentos ver: ZANETTI, Valdir Zonta. *Op. Cit.* e DEL RIO, Vicente Eduardo. *Desenho urbano e revitalização na área portuária do Rio de Janeiro: a contribuição do estudo da percepção ambiental*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1991.

63- HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

64- HARVEY, David. *Op. Cit.* p. 45.

65- *ibidem* p. 58.

66- BORJA, Jordi. *Urbanização e centralidade* In HUET, Bernard. *Op. Cit.* p. 69.

*uma forma evoluída ou degradada da cidade moderna. Apontada como instrumento decisivo para a participação das nações na economia dos mercados integrados, a metrópole da era informacional tornou-se, quando situada em países desenvolvidos, ou subdesenvolvidos, alvo de pensamento e projeto.”*<sup>67</sup>

Tomando-se como premissa o desenvolvimento das relações econômicas e do modo de produção globalizado, procura-se adequar o espaço e o cotidiano urbanos a um arranjo que obedeça e alimente a reprodução do modo de produção e seus resultados. A setorização de funções, característica do planejamento modernista, deve dar lugar a espaços multifuncionais em pontos estratégicos da malha urbana que permitam a realização dos mais lucrativos negócios e atividades e cuja apropriação deva ser dirigida à população economicamente privilegiada, como atesta François Ascher:

*“A valorização crescente do face a face para as atividades econômicas estratégicas vai tornar indispensável, para cada metrópole, a disponibilidade de zonas de negócios ao redor de uma ou várias junções de interconexão de sistemas de transportes locais, nacionais e internacionais. Entretanto, a qualificação dessas zonas necessitará provavelmente uma multifuncionalidade de alto nível associando negócios, comércio e até mesmo moradias para camadas sociais abastadas, além de equipamentos de lazer.”*<sup>68</sup>

Não só à realização das atividades econômicas em curso devem servir as ações determinadas pelo planejamento estratégico; a criação de novas alternativas de atividades também é estudada para que a metrópole em questão possa apresentar-se ativa o bastante,

capaz de abrigar qualquer manifestação da nova economia; o valor do planejamento estratégico consiste em promover transformações do meio urbano regional que aumentem sua atratividade e coesão.<sup>69</sup>

*“Animação [urbana] que se expressa na convergência entre governantes, burocratas e urbanistas em torno de uma espécie de teorema-padrão: que as cidades só se tornarão protagonistas privilegiadas, como a Idade da Informação lhes promete, se, e, somente se, forem devidamente dotadas de um Plano Estratégico capaz de gerar respostas competitivas aos desafios da globalização, e isto a cada oportunidade de renovação urbana que porventura se apresente na forma de uma possível vantagem comparativa a ser criada.”*<sup>70</sup>

Ao estabelecer intervenções sobre a cidade a partir de ações pontuais, seus promotores deveriam escolher estrategicamente os pontos da malha urbana a serem transformados para que seu efeito multiplicador pudesse atingir a maior repercussão possível. Invariavelmente, nos centros históricos metropolitanos, os pontos privilegiados do tecido, tanto sob o ponto de vista da acessibilidade, quanto da visibilidade, são os espaços públicos centrais que, apesar de degradados pelos processos da expansão metropolitana, ainda guardam a polaridade no tecido urbano.

*“Os espaços públicos: um objetivo chave da construção da cidade metropolitana. As infra-estruturas e os sistemas de transporte não garantem a mobilidade, mesmo sendo indispensáveis. A criação de um conglomerado de atividades do terciário qualificado não produz automaticamente centralidade. Somente a existência de espaços e equipamentos públicos, acessíveis, seguros, polivalentes, dotados de qualidade estética e de carga simbólica, quer dizer, culturalmente significativos, cria centralidade. Porque*

67- Meyer, Regina Proserpi. *O espaço da vida coletiva* In HUET, Bernard. *Op. Cit.* p.27.

68- ASCHER, François. *Metropolização e transformação dos centros das cidades* In HUET, Bernard. *Op. Cit.* p.67.

69- BORJA, Jordi. *Op. Cit.* p.70.

70- ARANTES, Otilia B. F.. *Op. Cit.*, 2000. p.13.

*a centralidade urbana, entendida como condensação da cidade, não é tanto o nó onde confluem os fluxos do espaço metropolitano, como o lugar dos encontros e das identidades, a expressão de civismo e o substrato do marketing e do patriotismo da cidade.”*

71

O objetivo de revelar e promover a cidade como espaço capaz de abrigar e potencializar as novas formas de produção do capital exige um símbolo, uma imagem convincente para sua campanha publicitária; qualquer aglomeração urbana é sempre sintetizada por seu centro, lugar onde se manifesta toda a diversidade urbana e onde a identidade e o reconhecimento da cidade são mais nítidos. Quanto maior for a correspondência entre o centro da cidade e a pretendida imagem da cidade, mais chances ela poderá ter de firmar-se como protagonista no cenário internacional.<sup>72</sup>

Voltamos, novamente, ao centro como principal alvo da nova visão sobre a cidade. Se somarmos a visibilidade do espaço público à área central, temos, mais uma vez, o espaço público central como escopo essencial das ações do planejamento estratégico a partir de dois aspectos principais. Uma vez que essas operações urbanas são patrocinadas (ainda que em parte) pela iniciativa privada e regulamentadas pelo poder público, e que, portanto, os limites que diferenciam a tutela privada e pública do espaço são embaralhados, as intervenções acontecerão no espaço público, estendendo o domínio da esfera privada e a aparição de seu empreendedorismo e dinamismo. Por outro lado, o desenho da cidade e as relações urbanas e espaciais que dele decorrem são realizados pela estruturação do espaço público em suas mais diversas formas; se a cidade é vista

de outra forma e se as relações que deve abrigar são outras que não as de uma forma evoluída ou degradada da cidade moderna, as relações estabelecidas por seu espaço público também devem ser outras; devem servir à organização do novo espaço urbano quase totalmente comprometido com o desenvolvimento da atividade econômica e não constituírem um objetivo em si mesmas:

*“Portanto, levar muito a sério, fechados em si mesmos, os ‘espaços urbanos’, os ‘espaços públicos’ como lugares para construir arquitetura sem volume, ou como objetos de desenho consistentes em si mesmos, me parece um erro teórico da maior envergadura.”*<sup>73</sup>

O espaço público central volta, então, a ser tema das renovadas discussões urbanísticas como principal elemento da nova forma de ação sobre o espaço urbano. As propostas de revitalização e requalificação dos espaços públicos centrais passam a se concentrar na afirmação de sua decadência e na necessidade de sua recuperação. Apoiando-se na divulgação da deterioração sofrida pelas áreas centrais nos períodos anteriores – em função dos processos de dispersão das centralidades – e no insistente discurso da necessidade de sua recuperação, os espaços públicos centrais como locais privilegiados para o convívio urbano voltam a protagonizar o processo de produção da cidade.

71- BORJA, Jordi. *Op. Cit.* p.71.

72- Sobre o papel das metrópoles contemporâneas na economia mundial ver: SASSEN, Saskia *Op. Cit.*

73- SOLÁ MORALES, Manuel. *Espaços públicos e espaços coletivos* In HUET, Bernard. *Op. Cit.* p.106.

### 1.3.2 – O espaço público central e as revitalizações de centros históricos

Ao relacionar a degradação da esfera pública com o comportamento psicológico do homem urbano, Richard Sennet constata o descontentamento do indivíduo frente às frias e impessoais relações sociais estabelecidas nas grandes cidades. Procurando uma saída para seu crescente isolamento, o indivíduo acaba por reunir seus pares a fim de compartilhar suas afinidades e se reconhecer a partir dos mesmos interesses, obedecendo ao fenômeno do surgimento e da pulverização de comunidades urbanas com objetivo de resguardar os grupos que desfrutam em comum de alguma parcela do espaço urbano. Dessa forma, pessoas privadas, amparadas pela institucionalização de seus interesses, tomam para si a opinião sobre o bem comum e as decisões que deveriam ser discutidas em um fórum público. Apesar de tais comunidades necessitarem do aval e, muitas vezes, de algum tipo de ação do poder público, acabam tão envolvidas em sua própria manutenção e na defesa dos interesses de seus membros que acabam enxergando o que lhe é alheio como inimigo, e a luta, que deveria ser por alguns direitos, termina sendo pela sua marginalização em relação à esfera e às decisões públicas. Como lutam pelo bem comum, entendem que podem ficar por fora dos fóruns e reivindicações públicos e, portanto, também têm o direito de impedir a invasão de seu espaço por aqueles que não compartilham os mesmos interesses. Em suas palavras:

74- SENNET, Richard. *Op. Cit.* p. 360.

75- HABERMAS, Jurgen. *Op. Cit.* p. 102.

*“A celebração da comunidade territorial contra os males do urbanismo capitalista impessoal se coaduna quase confortavelmente com um tema mais amplo, porque leva a uma lógica de defesa local contra o mundo exterior, mais do que a um desafio contra as atividades desse mundo. Quando uma comunidade ‘combate’ a prefeitura nesses termos, ela combate para ser deixada em paz, para ficar isenta ou protegida do processo político, e não para mudar o próprio processo político.”*<sup>74</sup>

Segundo o autor, a reunião de pares em pequenos espaços tem ainda outro efeito perverso que é o da vigilância sobre a esfera pública. Quando as relações impessoais e o anonimato prevalecem, é impossível limitar a liberdade ou a iniciativa do outro; quando, ao contrário, todos estão reunidos sob um mesmo teto e predominam as relações afetivas, a vigilância e a obediência tornam-se naturais e obrigatórias.

Sobre os mecanismos de formação das leis e da regulação da esfera pública, Habermas afirma que, uma vez que o fórum público é legitimado pelas pessoas privadas e que seu debate encontra o entendimento do que seria o bem comum, a legislação é produto desse entendimento e a ela, portanto, não poderia ser atribuído qualquer mecanismo de dominação<sup>75</sup>, ainda que os legisladores sejam vistos como detentores de poder. Além disso, sustenta que no Estado Moderno burguês, a esfera pública (burguesa) determina uma organização do poder público subordinada às suas exigências,

considerando-se emancipada quanto à possível dominação da legislação e das práticas sociais.<sup>76</sup>

No caso desse fórum público ser composto pela pequena parcela da população organizada em pequenas organizações de pessoas privadas, cada uma com sua idéia sobre o bem comum, a isenção da dominação pela legislação passa a ser questionável, ou, no caso de corrupção do fórum público, a legislação, apesar de não se apresentar como instrumento de dominação, opera dessa forma.

Harvey também se debruçou sobre o parcelamento da sociedade em pequenas comunidades com poder de ação sobre o espaço público. Tendo como ponto de partida a igualdade democrática e a procura pela equalização dos direitos, procuram-se sanar os eventuais desequilíbrios entre as parcelas da sociedade, desde que estejam organizadas para reivindicá-los; assim, qualquer reivindicação necessita da prévia aprovação e endossamento de alguma comunidade organizada no sistema democrático:

*“Os problemas das minorias e dos desprivilegiados ou dos diversos elementos contraculturais que tanto intrigaram Jane Jacobs foram jogados para debaixo do tapete até que se pudesse conceber algum sistema bem democrático e igualitário de planejamento baseado na comunidade que atenda às necessidades dos ricos e dos pobres. Isso pressupõe, no entanto, uma série de comunidades urbanas bem formadas e coesas como ponto de partida em um mundo urbano que está sempre em fluxo e transição.”*<sup>77</sup>

Na análise sobre a esfera pública, vale ainda ressaltarmos um outro fenômeno apontado por alguns autores sobre os mecanismos de

manutenção ou perpetuação das práticas sociais. Como já discutido, qualquer espaço urbano traz características de sua estrutura social de origem e qualquer ação sobre esse espaço é comandada pelos agentes que detêm o poder de decisão em cada situação. Cabe, então, ao poder constituído procurar manter-se como tal, livre das ameaças que a mobilidade e os embates políticos possam oferecer.

Como espaço privilegiado da manifestação, da diversidade e da visibilidade, no espaço público há lugar, também, para a expressão da dominação exercida pelos detentores do poder sobre as demais camadas da sociedade. Evidentemente, os detentores do poder em cada momento histórico têm a possibilidade de se apropriarem do espaço público para reforçar sua situação. Flávio Villaça explica quais os mecanismos utilizados para o exercício da dominação no espaço urbano:

*“As camadas de mais alta renda controlam a produção do espaço urbano por meio do controle de três mecanismos: um de natureza econômica - o mercado, no caso, fundamentalmente o mercado imobiliário; o outro de natureza política: o controle do Estado e, finalmente, através da ideologia.”*<sup>78</sup>

Um dos instrumentos utilizados para o exercício da dominação no espaço público é o que Henri Lefebvre chamou de sobreposição do valor de troca ao valor de uso. Alguns espaços públicos urbanos têm significado relevante para a população que abriga; nesses espaços, em geral, são permitidas as mais diversas formas de apropriação e percepção. Esses atributos investem-lhe um valor de uso inestimável, se comparado a seu possível valor venal.

Na efetiva apropriação desse espaço deve ocorrer o

76- *ibidem*. p. 104.

77- HARVEY, David. *Op. Cit.* p. 78.

78- VILLAÇA, Flávio. *Op. Cit.* p.335.

reconhecimento das estruturas que determinam as práticas sociais em questão. De acordo com o autor, a sua percepção, a experiência e a manifestação no espaço público podem reivindicar transformações nas estruturas dadas. Assim, interessa àqueles que detêm o poder que tal apropriação seja restrita e não alcance as estruturas colocadas. Dessa forma, são criados inúmeros artifícios, como a normatização e a regulação sobre o uso do espaço, para que indesejadas expressões sejam tolhidas ou nem cheguem a se apresentar como verdadeiras possibilidades.

Em geral, a normatização do espaço acompanha a imposição da segregação social. Apenas alguns cidadãos têm o direito de nesse espaço permanecer pois nele sabem se comportar de acordo com os códigos de sociabilidade vigentes. Para atrair esse público e manter aquele indesejado a certa distância, são ofertados os bens de consumo para a audiência pré-definida, construindo uma imagem do lugar correspondente ao uso direcionado às mais altas camadas da população, onde o valor de troca é maior que o valor de uso; se o espaço é apropriado por poucos, sua qualidade como referencial urbano diminui e seu valor de troca é mais alto que o valor de uso. Assim, frequentemente a apropriação é entendida como posse e o direito ao uso é vinculado ao poder de compra do espaço, esgotando, também, a ação do sujeito nesse espaço.<sup>79</sup>

Mais uma vez recorreremos a Henri Lefebvre para descrever os mecanismos de segregação presentes na construção e manutenção do espaço urbano:

*“Os poderes públicos, num país democrático, não podem decretar publicamente a segregação como tal. Assim, frequentemente*

*adotam uma ideologia humanista que se transforma em utopia no sentido mais desusado, quando não em demagogia. A segregação prevalece mesmo nos setores da vida social que esses setores públicos regem mais ou menos facilmente, mais ou menos profundamente, porém sempre.”<sup>80</sup>*

Por outro lado, no espaço público também cabe a imprevisibilidade das ações humanas; ainda que se restrinja ou regule sua apropriação, é impossível controlar todas as suas manifestações justamente por ser o espaço mais acessível a todas as expressões. Assiste-se, então, ao embate entre a normatização e a apropriação espontânea do espaço que, nos centros urbanos, é mais nítido.

Os centros urbanos podem ser apresentados como síntese de suas cidades. É no centro urbano que as relações se renovam constantemente, a diversidade e a multiplicidade de pessoas e atividades se encontram, onde a ‘produção espontânea’ se justapõe à ação normatizadora do Estado, que ‘procura reduzir cidadãos a meros espectadores’.<sup>81</sup>

Henri Lefebvre discute os valores de uso e de troca em espaços urbanos centrais:

*“A cidade capitalista criou o centro de consumo. (...) Já é bem conhecido o duplo caráter da centralidade capitalista: lugar de consumo e consumo do lugar. (...) Aquilo que se diz e escreve é antes de mais nada o mundo da mercadoria, a linguagem das mercadorias, a glória e a extensão do valor de troca. Este tende a reabsorver o valor de uso na troca e no valor de troca. No entanto, o uso e o valor de uso resistem obstinadamente: irredutivelmente.”<sup>82</sup>*

Outro instrumento para a manutenção do poder em determinado

79- ver ALVES, Glória da Anunciação. *O Uso do Centro da Cidade de São Paulo e sua Possibilidade de Apropriação*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1999 e LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Documentos, 1969.

80- LEFEBVRE, Henri. *Op. Cit.* p. 90.

81- ALVES, G. *Op. Cit.* p.33.

82- LEFEBVRE, Henri. *Op. Cit.* p. 120.

83- sobre esse assunto ver: BOURDIEU, Pierre. *A Miséria do Mundo*. Petrópolis, Vozes, 1999; CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 2003 e HOBBSBAWN, E.; Ranger, T. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

estágio é o que Pierre Bourdieu chama de a “naturalização”<sup>83</sup> da realidade; perpetuando algumas práticas sociais ou investindo-lhes caráter histórico, tais práticas tendem a parecer resultado do curso óbvio da história e não fruto de decisões e processos construídos socialmente, apresentando quaisquer desigualdades ou obstáculos como dados históricos contra os quais não vale a pena empenhar-se.

*“Não há espaço em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais, sob uma forma (mais ou menos) deformada e, sobretudo, dissimulada pelo ‘efeito de naturalização’ que a inscrição durável das realidades sociais no mundo acarreta: diferenças produzidas pela lógica histórica podem, assim, parecer surgidas das naturezas das coisas.”*<sup>84</sup>

Eric Hobsbawn também chamou a atenção para esse mecanismo de naturalização das práticas sociais. Em seu livro *A Invenção das Tradições*, o autor defende como o discurso sobre certos aspectos da vida social pode legitimar e manter a ordem estabelecida, desde que ela seja apresentada à sociedade como historicamente herdada ou como resultado de uma decisão inatingível e incompreensível no presente. Se, além disso, vestirem-se de caráter histórico e imponente sua contestação deverá ser quase nula.

Esse enfraquecimento do sujeito histórico também foi apontado por Harvey. Partindo da alteração dos referenciais sociais e urbanos no final do século XX, Harvey define as ações humanas como construídas em uma série de presentes puros<sup>85</sup> que não são permeados pelo processo histórico relacionado ao longo prazo;

as ações deixam, portanto, de ter ecos futuros, e pautam-se pelo presente sem passado ou porvir.

No caso das propagadas revitalizações de centros históricos, a incorporação de elementos culturais e bens históricos serve, ainda, à legitimação de ações sociais que, sem o respaldo da tradição e da autoridade natural, poderiam encontrar obstáculos para sua concretização. Nestor Canclini aponta como esse mecanismo é utilizado:

*“Não apenas pelo interesse em expandir o mercado, mas também para legitimar sua hegemonia, os modernizadores precisam dissuadir seus destinatários de que – ao mesmo tempo que renovam a sociedade – prolongam tradições compartilhadas. Posto que pretendem abarcar todos os setores, os projetos modernos se apropriam dos bens históricos e das tradições populares.”*<sup>86</sup>

Nesse contexto, a apropriação dos elementos históricos e, por consequência, do patrimônio cultural<sup>87</sup>, é decisiva para o sucesso de cada empreitada sobre o espaço urbano e encontra campo fértil para sua exploração e divulgação, como, mais uma vez, afirma Canclini:

*“Precisamente porque o patrimônio cultural se apresenta albeio aos debates sobre a modernidade, ele se constitui o recurso menos suspeito para garantir a cumplicidade social.”*<sup>88</sup>

O processo de subserviência do patrimônio em relação às práticas impostas pelo modo de produção atual da cidade e seus efeitos tem, ainda, uma de suas origens no que Milton Santos considera a dupla tirania do dinheiro e da informação, onde um dos apoios da reprodução do capital constitui-se na imposição e

84- BOURDIEU, Pierre. *Op. Cit.* p.60.

85- HARVEY, David. *Op. Cit.* p. 57.

86- CANCLINI, Nestor Garcia. *Op. Cit.* p. 159.

87- A idéia de patrimônio é tratada nesta pesquisa a partir de sua definição legal e como bem público que deve servir e instruir a sociedade em questão. Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, Capítulo I: Do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Artigo 1º: “Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”.

88- CANCLINI, Nestor Garcia. *Op. Cit.* p. 160.

manipulação da informação e do conhecimento; a informação, por sua vez, tem dois rostos, um pelo qual ela busca instruir, outro pelo qual ela busca convencer<sup>89</sup>, encontrando nas práticas e tradições culturais um universo a ser explorado e apropriado.

É nesse contexto que a recuperação de edifícios e logradouros históricos faz-se, via de regra, sobre a conversão de seus usos em uso cultural. Não se assiste a recuperação de antigos edifícios de escritórios para o uso de escritórios; são transformados em centros culturais.

No entanto, a informada unidade do patrimônio não é real; o que se apresenta, ideologicamente, é um mesmo teto sob o qual o patrimônio e as manifestações culturais de um modo geral reúnem-se, servindo à estabilidade e permanência da estrutura social. É o que alguns autores consideram a *teatralização* da vida cotidiana e da produção cultural, que tem em um de seus motores a *animação cultural*.<sup>90</sup> Essa idéia está ligada à restauração de monumentos e obras simultaneamente à produção e realização de eventos; a singularidade e a diversificação do patrimônio ficam comprometidas pela unicidade das ações a sua volta, enquanto servem de palco para espetáculos e celebrações da indústria cultural que faz com que os centros históricos do mundo todo acabem se tornando cenários iguais entre si.

Evidentemente, os traços históricos e sociais carregados pelo patrimônio não são tão facilmente aniquilados. Para tanto, o investimento nos eventos que mobilizam os centros históricos recuperados devem atrair o espectador e evitar que atente para

sua realidade histórica e a perceba como causa da situação social. Françoise Choay demonstra como os *espetáculos de som e luz* e o *discurso*<sup>91</sup> atuam diretamente sobre espectador, reduzindo o monumento a um simples cenário cujas eventuais particularidades são dispensadas.

*“O edifício entra em concorrência com um espetáculo ou um ‘evento’ que lhe é imposto, em sua autonomia. Associam-se exposições, concertos, óperas, representações dramáticas, desfiles de moda ao patrimônio histórico, que os valoriza; este, por sua vez, pode, em decorrência dessa estranha relação antagônica, ser engrandecido, depreciado ou reduzido a nada.”*<sup>92</sup>

A descrição de Choay sobre a imposição dos eventos e espetáculos culturais sobre o patrimônio edificado remete à análise de Sennet sobre os espetáculos promovidos nas capitais européias do século XIX. Os feitos espetaculares conseguidos com auxílio do progresso técnico e científico levavam multidões a assistir e julgar as apresentações; entretanto, tais eventos, que poderiam indicar a efetiva participação da audiência no espaço público provocavam efeito contrário; surpreendido pelas inovações demonstradas, o público não tinha subsídios para reputar o evento em questão, mostrava-se, então, silenciosamente admirado e incapaz de se manifestar na arena pública:

*“Aqueles que viveram numa cidade de espetáculos sabem que os momentos de entusiasmo público são efêmeros(...)’ Os entusiasmos parisienses são repentinos e, por vezes, tremendos mas não duram muito.’ As massas que olhavam o balão de Nadar testemunhavam uma ação fora da experiência cotidiana - e é isso justamente o que o torna espetacular. Diante dessa proeza, como a julgavam elas? Como participavam dela?*

89- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 39.

90- ver sobre esse assunto: CHOAY, Françoise. *Op. Cit.* e ARANTES, O.; MARICATO, Ermínia; VAINER, C. *Op. Cit.*

91- CHOAY, Françoise. *Op. Cit.* p. 215.

92- *ibidem*.



*Assim como o flaneur que desfila pelas ruas, elas o assistem; mas não se sentem o bastante livres para subir e falar com Nadar. O espectador passivo, o circunstante, fica silencioso e pasmo: a cidade pode ser que esteja em polvorosa, mas até mesmo nessa excitação superficial aparecem os sinais de uma transformação.”<sup>3</sup>*

A transformação apontada por Sennet, a mudança no comportamento público do homem urbano do século XIX, encontra paralelo nos eventos sublinhados por Choay e Arantes a medida em que a exposição acelerada e repetida de imagens e informações não possibilitam uma leitura clara de seu conteúdo. Aos desconhecidos fatos impostos, resta ao espectador admirá-los a fim de inserir-se na ciranda apresentada sem lhe ser dada a possibilidade de questioná-la.

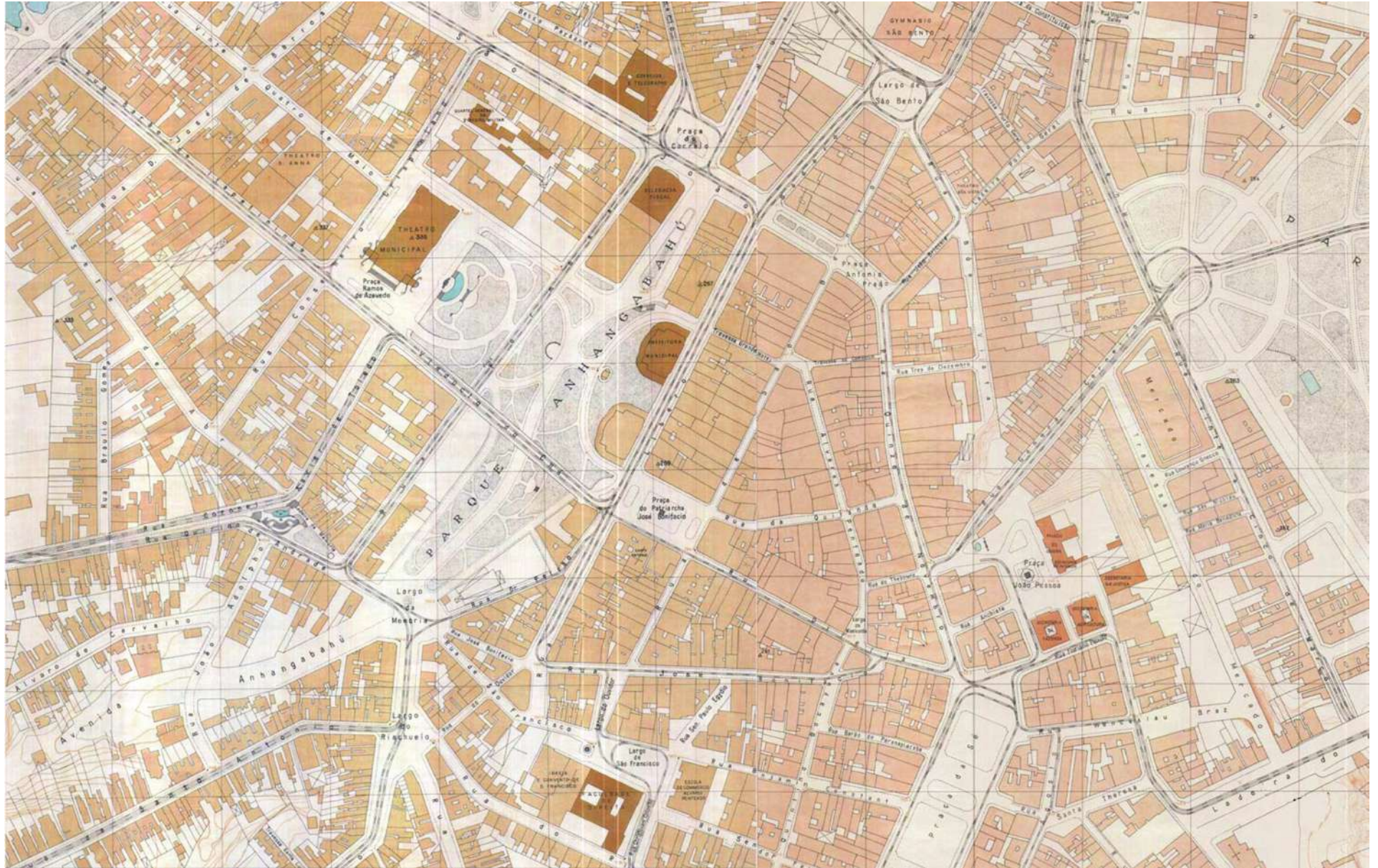
Voltamos, então, à regulação e à normatização como regras ao uso do espaço público; identificado com tais eventos, o espaço passa, também, a ser identificado com os códigos pertinentes a cada uma dessas ocasiões; no caso da exaltação de suas características históricas e estéticas, por exemplo, é esperado do público o único comportamento de encantamento com a realidade superficial apresentada, minimizando quaisquer outras possibilidades de ação ou percepção.

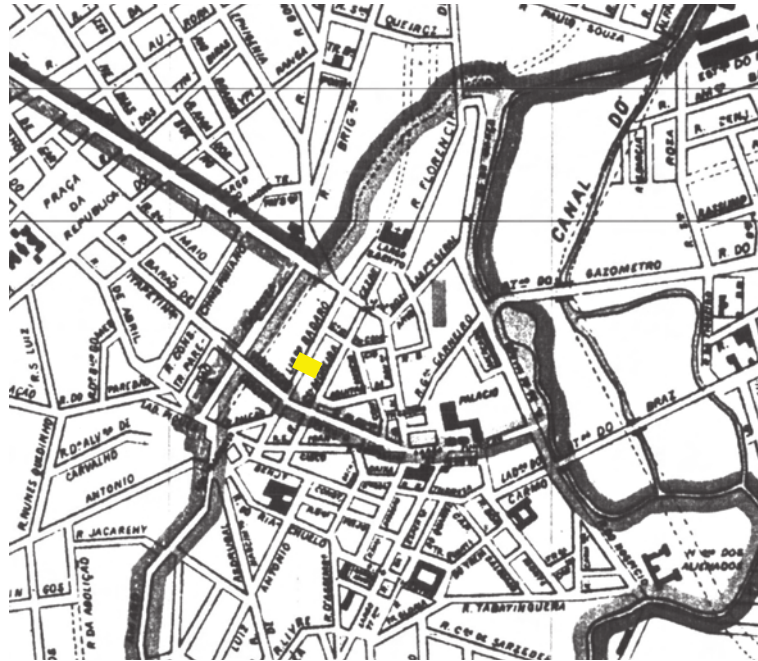
## **Capítulo 2**

### **A Praça do Patriarca no século XX Histórico e Análise Urbana**



Levantamento SARA BRASIL, 1930.  
 Praça do Patriarca e área central de São  
 Paulo  
 escala 1:5.000





[21] Trecho da Planta da Cidade de São Paulo de 1897, com o local onde seria implantada a Praça do Patriarca anos depois.

[21]



[23]

[22] Vista da Igreja de Santo Antonio em 1862.



[22]

[23] Implantação de trilhos na Rua São Bento, esquina com Rua Direita, no chamado "Quatro Cantos", 1902. No local do quarteirão, à esquerda, está a atual Praça do Patriarca; à direita, o edifício que seria substituído, em 1919, pelo edifício do Mappin Stores, projetado pelo arquiteto Ramos de Azevedo.



[24]

[24] Rua Direita a partir do Viaduto do Chá no início do século XX. À esquerda, o quarteirão que seria demolido para a implantação da Praça do Patriarca.

## 2.1- A Praça do Patriarca até 1930

A Praça do Patriarca como síntese da nova cidade de São Paulo em construção

### 2.1.1 - A implantação da Praça do Patriarca no consolidado tecido urbano central

Historicamente a Praça do Patriarca nasceu do desejo de organizar o crescimento da cidade no início do século XX, através uma lei municipal de 1912 que determinava a demolição do quarteirão na extremidade leste do Viaduto do Chá para reorganizar o tráfego de pessoas e veículos no Centro Velho. Ao mesmo tempo em que a Praça era inaugurada, inúmeras alterações no traçado da cidade transformavam seus espaços para adequá-la aos novos tempos através da abertura de vias e da construção dos primeiros arranha-céus como atesta esta passagem de Silva Bruno:

*“Por acordo firmado em 1913 com a prefeitura foi assentado, ao contrário do que a princípio se projetara, aproveitar em sua maior extensão a área aberta entre as ruas Marechal Deodoro e Capitão Salomão, para a abertura de um logradouro amplo, ao mesmo tempo que se resolveu transferir a situação da catedral para o trecho mais alto da esplanada. Nessa mesma ocasião, entre os empreendimentos previstos no Plano Bouvard - de transformação do centro paulistano - incluía-se a formação de uma praça entre as ruas Líbero Badaró, de São Bento e Direita: a Praça do Patriarca.”*<sup>94</sup>

Antiga era a reclamação da municipalidade e da população por uma intervenção que facilitasse e organizasse os fluxos entre as

principais vias do Triângulo – Rua Direita e Rua São Bento, e o novo Viaduto do Chá; assim, o local conhecido como “o Quatro Cantos” [o cruzamento das ruas Direita e de São Bento por seu desenho ortogonal] foi demolido dando espaço à Praça do Patriarca, que acabou adquirindo uma configuração regular contrastante com os demais espaços do centro antigo da cidade.

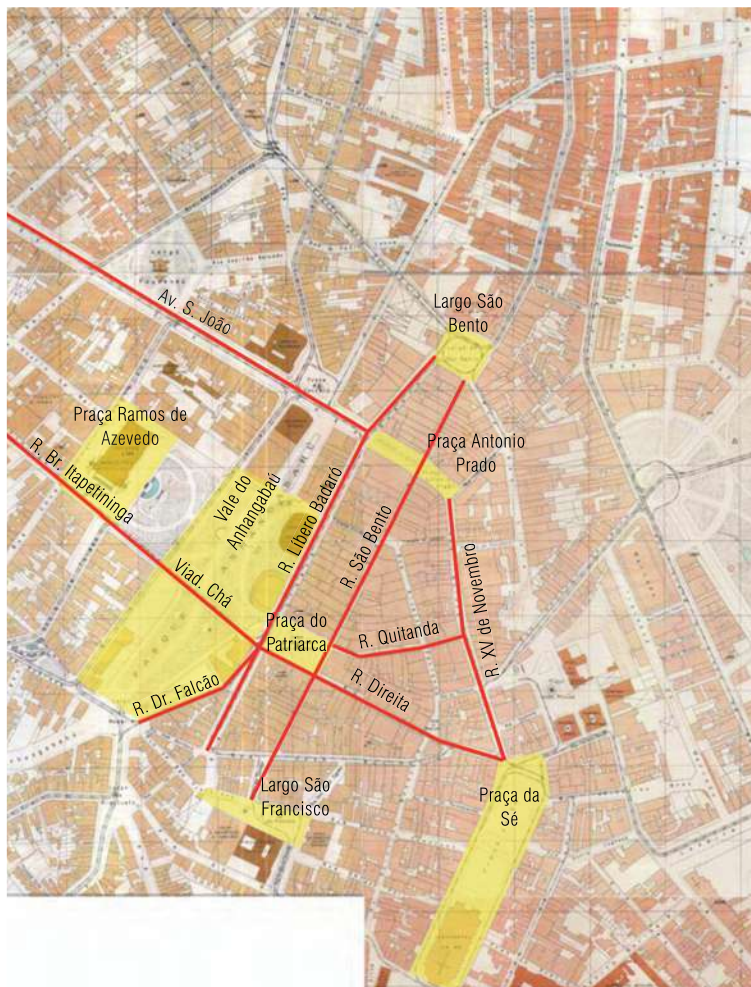
O “Quatro Cantos” era o mais movimentado cruzamento da cidade, no encontro de suas principais vias comerciais, São Bento e Direita, por onde passava boa parte da população paulistana diariamente. Com a abertura do Viaduto do Chá e o crescimento urbano, tornou-se urgente a remodelação do cruzamento que, com as dimensões da cidade colonial, não mais comportava o movimento do centro da cidade.

A lei municipal 1.585 de 1912, determinou, finalmente, a execução da abertura no cruzamento das ruas Direita e São Bento.

A Praça foi então implantada na vertente oeste do Centro Velho, voltada para o Vale do Anhangabaú e para o Centro Novo. Nesse sentido, encabeça o eixo formado pelo Viaduto do Chá, Rua Barão de Itapetininga até a Praça da República. Além do Viaduto do Chá, nela desembocam outras cinco vias: paralelas ao Vale do

94- BRUNO, Ernani Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*. Prefácio de Gilberto Freyre. 1.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954. V3. p. 1011.

[25] Croqui sobre a planta do entorno da Praça do Patriarca, indicando os principais espaços públicos e vias. Vale destacar a proximidade com o Vale do Anhangabaú, Viaduto do Chá, Praça Ramos de Azevedo, Largo São Francisco, Largo São Bento, Praça Antonio Prado e Praça da Sé; Av. São João, Rua Direita, Rua Dr. Falcão, Rua Líbero Badaró, Rua São Bento, Rua da Quitanda e Rua XV de Novembro.



[25]

[26] Praça do Patriarca logo após sua conclusão.



[26]

[27] Vale do Anhangabaú e Praça Ramos de Azevedo no final da década de 1920. À esquerda, o Edifício Alexander Mackenzie e à direita o Teatro Municipal. Os novos espaços construídos além da margem oeste do Vale do Anhangabaú contrastavam com o tecido urbano da colina histórica de traçado irregular.



[27]

Anhangabaú pelo lado leste: Rua Libero Badaró, Rua São Bento e Rua Dr. Falcão; em direção ao Vale (leste- oeste): Rua da Quitanda e Rua Direita.

Em relação ao Vale, o sítio da Praça está no mesmo patamar da Praça Ramos de Azevedo e Viaduto do Chá, aproximadamente 14 metros acima do vale. A partir da Praça, o nível da colina vai aumentando em direção Sudeste (Largo São Francisco e Praça da Sé) e declinando em direção ao Largo São Bento.

Em 1926, a Praça foi finalmente inaugurada pelo Prefeito Firmiano Pinto, tendo como limites o Vale do Anhangabaú e um dos lados do Triângulo histórico, a Rua São Bento.

A escolha do sítio no qual seria implantada a nova Praça rendeu-lhe especificidades até então não encontradas na antiga colina histórica. Inserida em seu consolidado tecido urbano, a Praça seria limitada pelas valorizadas ruas São Bento e Direita, enquanto, na outra extremidade, inaugurava, junto ao novo Largo São Bento e à nova Praça Antonio Prado, o deslocamento do Triângulo para a margem oeste do Vale do Anhangabaú. Tais características acabaram tornando as relações espaciais e urbanas entre a Praça e seu entorno ainda mais indissociáveis; além disso, como uma iniciativa vinculada a outras intervenções no entorno, a Praça do Patriarca guardava em sua realização os ideais e os desejos urbanos para todo o centro da cidade.

Dessa forma, para uma análise correta e mais detalhada da Praça, é necessária uma observação mais cuidadosa de todo o seu entorno e dos pontos relevantes do tecido urbano que interferiam

nas relações urbanas presentes no novo espaço.

Elencamos, assim, os principais pontos no tecido urbano do entorno que exerciam influência em seu espaço; partindo de seu limite oeste - Viaduto do Chá / Vale do Anhangabaú e Praça Ramos de Azevedo, seguindo pela Rua Libero Badaró, Rua São Bento, Rua Direita e Rua Dr. Falcão:

a - Viaduto do Chá / Vale do Anhangabaú/ Praça Ramos de Azevedo:

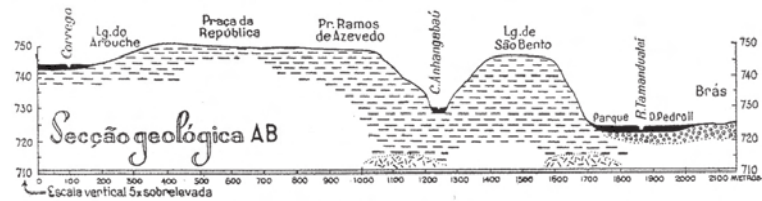
A ocupação mais a oeste da Praça do Patriarca, inaugurando o Centro Novo<sup>95</sup>, possuía características espaciais totalmente distintas daquelas encontradas na antiga colina. As idéias sanitaristas e higienistas compunham o pano de fundo da nova cidade em formação nos terrenos a oeste do Vale do Anhangabaú. Vias largas, espaços públicos generosos e, principalmente, construções sofisticadas com o necessário rebuscamento eclético que abrigavam os novos usos burgueses desenhavam a nova feição da cidade que se pretendia oposta aos caminhos irregulares e acanhados do século anterior. Era necessário demonstrar, através do espaço construído, todo o potencial econômico e cultural do mais novo pólo nacional.

Viaduto do Chá:

Inaugurado em 1892, o Viaduto do Chá tornou-se a principal ligação leste- oeste entre o Centro Velho e o Novo unindo os dois sítios pela cota elevada, acima do Vale do Anhangabaú, tendo como

95- O Centro Velho é definido, neste trabalho, pelo perímetro da colina histórica que tem como limites as várzeas dos rios Tamanduateí e Anhangabaú, a Praça da Sé e o Largo São Bento; o Centro Novo, pelo Vale do Anhangabaú, Avenida São João, Avenida Ipiranga, Avenida Consolação e Avenida 9 de Julho.





[28]



[30]

[28] Corte topográfico da área central segundo Nice Le Coq Muller, Walter Faustini e Aziz Ab`Saber.

[29] Viaduto do Chá no final do século XIX. Observar a ocupação do Vale por pequenas construções, a Igreja de Santo Antônio e o conjunto do Largo São Francisco ao fundo.



[29]

[30] Viaduto do Chá, Parque do Anhangabaú e Praça do Patriarca. Em primeiro plano, o Edifício Alexander Mackenzie em obras.



[31]

[31] Parque do Anhangabaú em direção à Praça Ramos de Azevedo.

limites a Rua Direita e a margem oeste do Vale do Anhangabaú, confirmando e incentivando a expansão do núcleo histórico para a vertente oeste do Vale. O primeiro passo significativo para além dos limites da colina assinalava, também, o processo de ocupação do território pelas elites, que se deslocariam em direção aos bairros de Higienópolis e Campos Elíseos.

O vão do Vale foi vencido por uma treliça metálica, despretensiosa, que não indicava nenhum anseio estético, como nas obras que se veriam a seguir, a partir da década de 1910. Ao unir as duas cotas acima do Vale, o Viaduto representava uma nova compreensão do espaço da cidade e uma nova possibilidade de ocupação do território, além de se opor à malha irregular central por sua ortogonalidade. A descrição de sua construção não demonstra a importância que o viaduto viria a ter anos depois:

*“A ponte de ferro media 250 metros de comprimento e 14 metros de largura. Por isso, quando anos depois, no tabuleiro, foram instaladas linhas de bonde no começo do século, impôs-se aumentar sua largura.”*<sup>96</sup>

A partir do início do século XX, com as transformações impostas ao espaço urbano central, o Viaduto do Chá passou a desempenhar papel fundamental na malha urbana, tendo como cabeceiras as praças do Patriarca e Ramos de Azevedo.

Vale do Anhangabaú:

A área correspondente ao Parque do Anhangabaú, na década de 1910, tinha como limites o Largo da Memória a sul, a Praça do

Correio e a Avenida São João a norte, a Rua Formosa a oeste e a Rua Libero Badaró a leste.

Construído no início da década de 1910 sob o Plano Bouvard, o Vale tornou-se a principal atração da nova cidade que se constituía fruto do desenvolvimento econômico. Projetado pelo arquiteto francês Joseph Bouvard, o Parque Anhangabaú, fazia parte da série de iniciativas de embelezamento e adequação da cidade aos novos tempos e usos: um jardim à moda francesa de entorno cuidadosamente construído com novos edifícios imponentes que ilustravam o sofisticado modo de vida pretendido pelos paulistanos.<sup>97</sup> Esse sofisticado modo de vida foi implantado na cidade tendo duas diretrizes básicas: a adequação espacial e funcional à circulação viária e ao embelezamento da cidade e a ocupação territorial baseada na segregação espacial. Ocupar o Vale do Anhangabaú com um grande jardim e seu entorno com edifícios de uso burguês significava livrar a nobre área central de usos incômodos como habitações precárias e espaços de diversão de classes menos favorecidas.

Limitado pela Praça do Correio, Largo da Memória e pelas duas encostas a leste e oeste, o novo Parque situava-se na área de maior prestígio e potencial no início do século XX – a transição do Centro Velho para o Novo. Nesses limites foram edificadas construções suntuosas que abrigavam atividades comerciais, culturais e serviços, o que acabou dando ao Parque o título de “o cartão de visitas da cidade”. A descrição de Reis Filho aponta a pretensão urbanística de seu projeto – de erguer uma nova e bela cidade que pudesse ser desfrutada por seus mais ilustres habitantes:

96- FERREIRA, Barros. *O nobre e antigo bairro da Sé* - Série história dos bairros de São Paulo: 10. São Paulo, 1971, p.88.

97- ver SIMÕES JÚNIOR, José Geraldo. *Op. Cit.*



[32]

[32] Vista panorâmica em direção oeste, 1899. Foto feita do Hotel Sportsman, localizado na Rua Líbero Badaró. Nesta foto, da esquerda para a direita, vê-se: Viaduto do Chá, bairro do Bexiga (ao fundo), Vale do Anhangabaú, com fundos dos sobrados na rua Formosa e plantação de hortaliças.

[33] Viaduto do Chá, Teatro São José e Teatro Municipal, 1910.

[34] Parque do Anhangabaú e Praça do Patriarca. Notar o alinhamento da fachada da Igreja Santo Antonio com os demais edifícios.

[35] Praça Ramos de Azevedo, 1916.



[33]



[34]



[35]

*“O parque tinha como prolongamento a Praça do Patriarca, com os edifícios da família Prado e o que depois foi do Mappin, ao fundo, formando como um conjunto urbanístico. Do lado oposto do Viaduto formou-se a Praça Ramos de Azevedo, tendo ao centro o Teatro Municipal, de um lado o edifício do hotel Esplanada e do lado oposto o Teatro São José.”<sup>98</sup>*

Praça Ramos de Azevedo:

Compreendida entre o Parque do Anhangabaú e o Viaduto do Chá, a Rua Barão de Itapetininga que seguia até Praça da República, a Rua Conselheiro Crispiniano e a Rua Formosa, após as intervenções da década de 1910, destaca-se de seu entorno por abrigar alguns dos mais sofisticados exemplares da arquitetura e do novo modo de vida paulistanos. A presença do Teatro São José (posteriormente substituído pelo edifício Alexander Makenzie), do Hotel Esplanada e do Teatro Municipal definiam-na como a mais representativa construção da sociedade cafeeira com seu uso predominantemente cultural e de serviços. Logo em seguida a implantação desses edifícios, como era desejado, as outras vias de seu entorno tiveram sua configuração espacial alterada; as ruas Conselheiro Crispiniano e Formosa, antes dominadas pelo uso residencial de construções simples e baixo gabarito, assistiram à invasão do uso comercial e de serviços e a elevação do gabarito para três pavimentos.

Formalmente, a relação mais clara da Praça é com o Centro Novo e o Parque do Anhangabaú. Por outro lado, ao recolher e distribuir todo o fluxo entre o Centro Velho e o novo (a partir da

chegada do Viaduto do Chá), numa mesma cota, por cima do Vale, tem sua relação com o Vale do Anhangabaú colocada em segundo plano, ainda que, visualmente, seja parte do Parque. Na margem oposta do Vale, encontra correspondência na Praça do Patriarca, outra extremidade da principal conexão leste-oeste da cidade.

As antigas construções, térreas e assobradadas, de uso residencial e pequeno comércio, no início do século XX, vão cedendo lugar a edifícios de maior porte, a partir de 3 pavimentos, com uso ligado ao novo cotidiano da burguesia.

Vale ressaltarmos como o uso e a ocupação desse lado do Vale, no caso, da Praça Ramos de Azevedo e da Rua Barão de Itapetininga, indicam o caráter da expansão da cidade no início do século XX. Enquanto a maioria dos espaços livres e públicos do centro antigo estão ainda ligados ao uso religiosos (Pátio do Colégio, Largo da Sé, Largo São Bento, entre outros), os novos espaços que surgem com a expansão da cidade são exclusivamente fruto do progresso econômico e do desenvolvimento cultural da burguesia paulista sob o modelo europeu. Silva Bruno comenta o processo de substituição das antigas construções coloniais por edifícios sofisticados:

*“Nas ruas centrais mesmo as edificações mais antigas foram sendo substituídas por casas de feição ‘mais solidamente européia’, inclusive alguns edifícios público de caráter monumental que contribuíram para alterar substancialmente a feição do centro paulistano.”<sup>99</sup>*

Nesse processo, vale destacar a crescente importância da Rua Barão de Itapetininga que conectava as duas, então, principais praças do Centro Novo (Praça Ramos de Azevedo e da República).

98- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Op. Cit.* p. 165.

99- BRUNO, Ernani Silva. *Op. Cit.*, 1954. p. 918.



[36]

[36] Rua Barão de Itapetininga em direção ao Viaduto do Chá, 1928.



[37]

[37] Esquina da Rua Líbero Badaró com a Praça do Patriarca, 1927.



[38]

[38] Rua Líbero Badaró. Obras de assentamento de trilhos para bondes na Rua Líbero Badaró com Avenida São João. Ao fundo vê-se o largo e a Igreja do Rosário, 1900.

Até meados da década de 1910, o gabarito predominante de 1 ou 2 pavimentos dá lugar, a partir da década de 1920, a um gabarito elevado, alcançando, em alguns casos, até 10 pavimentos. Mais uma vez, Silva Bruno nos dá um relato detalhado de seu desenvolvimento em meio às transformações contemporâneas:

*“Logo em seguida- em 1911-1913- procurou a municipalidade promover o crescimento da cidade no sentido vertical, criando obstáculos à abertura de novas ruas e estabelecendo o mínimo de três andares para os edifícios que se construíssem ou se reconstruíssem em certas ruas: além das mais centrais, as da Conceição, Barão de Itapetininga, São João, Conselheiro Crispiniano e Rangel Pestana.”*<sup>100</sup>

O empenho do poder público em promover a margem oeste do Vale do Anhangabaú teve sucesso a partir da década de 1920, quando a Rua Barão de Itapetininga alcançou destaque em relação às outras áreas centrais:

*“Como local de ‘footing’ elegante no centro a rua Direita, ‘a mais chique da cidade’ no dizer do cronista Antonio de Alcântara Machado, perdeu o seu prestígio, em anos mais recentes [década de 1930], cedendo a posição à área centralizada pela Rua Barão de Itapetininga.”*<sup>101</sup>

b - Rua Libero Badaró:

Até o início do século XX, a via entre dois dos principais espaços públicos religiosos da colina histórica (Largo São Bento e Largo São Francisco) não tinha importância na configuração espacial da cidade, nem no cotidiano urbano; uma eventual importância era

sempre atribuída a sua paralela - a Rua São Bento, a principal rua da colina desde os tempos coloniais.

Com a iniciativa de se ocupar o lado oeste do Vale, a ocupação da Rua Libero Badaró passou a ser fundamental; o aspecto marginal comprovado pelos casebres com fundo para o Vale foi eliminado. Com a implantação do Plano Bouvard, a rua foi alargada e todas as antigas construções foram substituídas por edifícios sofisticados de, no mínimo, três pavimentos.<sup>102</sup> Seu alargamento era necessário não só para atender aos padrões estéticos do período, mas, também, para comportar o crescente tráfego, uma vez que passou a formar, com a Rua Formosa (lado oeste) e a Rua São Bento (a leste), o caminho preferencial da travessia norte-sul da cidade.

As obras do entorno - reforma do Vale do Anhangabaú, do Largo do Rosário/ Praça Antonio Prado, alargamento da Rua São João e implantação da Praça do Patriarca – favoreceram ainda mais sua posição como pólo de atração crescente à instalação dos novos usos burgueses; entre 1910 e 1925 o escritório de Cristiano e Samuel das Neves foi ali responsável pela realização de 25 projetos, entre eles, o Edifício Sampaio Moreira (1924). Sob as diretrizes do Plano Bouvard, além de fachadas semelhantes e gabarito mínimo de 3 pavimentos, os novos edifícios deveriam ser implantados intercaladamente ao longo da via, abrindo a perspectiva do Parque para a Rua Libero Badaró. As inovações tecnológicas (aplicação do cálculo estrutural, uso do concreto armado, de estrutura metálica, aumento no número de pavimentos, etc) encontraram na recomposição da Libero Badaró terreno fértil e rapidamente foram utilizadas na reconstrução da via de aparência mais homogênea

100- BRUNO, Ernani Silva. *Op. Cit.*, 1954. p. 955.

101- *ibidem*. p. 1011.

102- Lei 1457 de 9 de setembro de 1911- Artigo 4o. - “Nenhum prédio poderá ser construído na Rua Libero Badaró com menos de três pavimentos.” - Leis e Actos do Município - São Paulo - 1908/1911 [Arquivo Histórico Municipal].



[39]



[41]

[39] Avenida São João em direção a Praça Antonio Prado, a partir do Largo do Paissandú, 1920.

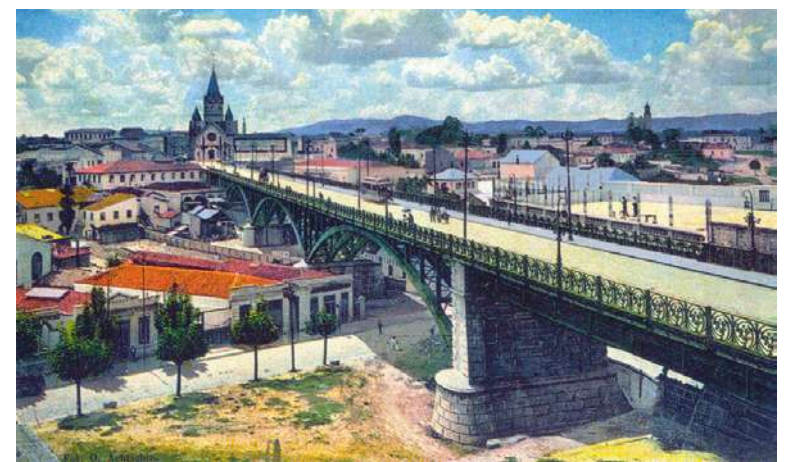
[40] Esquina da Avenida São João com a Rua São Bento - Praça Antonio Prado em direção oeste, 1930.

[41] Largo São Bento e Rua Florêncio de Abreu antes da reforma na década de 1920.

[42] Viaduto Santa Efigênia e Largo do Paissandú, 1920. Observar a ocupação por casas térreas do Vale do Anhangabaú.



[40]



[42]

do Triângulo.

Já na década de 1920, a Rua Líbero Badaró consolidava-se como uma das vias mais importantes da colina histórica devido à diversidade de estabelecimentos comerciais e de serviços (lojas, hotéis, Automóvel Clube, edifícios de escritórios, etc.) e ao intenso tráfego de bondes que já dava sinais de saturação:

*“A questão do trânsito nas ruas mais centrais têm preocupado esta Prefeitura, que está muito empenhada na construção do Viaduto da Boa Vista, que constituirá nova via de comunicação entre os bairros da Luz, Ponte Grande e adjacências e a zona compreendida pela Liberdade e Vila Mariana, facilitando, assim, a retirada dos bondes das ruas 15 de Novembro e Direita e aliviando a Rua Líbero Badaró, onde os bondes já se sucedem de 20 e 20 segundos.”*<sup>103</sup>

A transformação da Rua Líbero Badaró no início do século XX, assim como a reforma do Largo do Rosário, representava a limpeza e a construção de um novo centro. Antes ocupada por prostíbulos, bares e hospedarias, com a inversão na polaridade central para a margem oeste da colina, é submetida a uma radical intervenção espacial, procurando adequá-la à nova situação urbana que a construção do Parque do Anhangabaú impunha. Leis, decretos e enérgicas ações para sua reforma foram os instrumentos utilizados para transformá-la tão radicalmente em menos de uma década. Já no final da década de 1910, a Rua Líbero Badaró abrigava alguns dos mais imponentes e significativos edifícios do centro, aparentando a tão idealizada homogeneidade formal das fachadas e tornando-se exemplo das pretensões para o centro de São Paulo.

Avenida São João:

A via que inaugurou a comunicação entre a colina histórica e a expansão oeste também foi bastante alterada em função da implantação do Plano Bouvard e da consolidação dos novos bairros residenciais; a inserção da Estação da Luz como ponto referencial do tecido urbano em formação e a reforma promovida no Largo do Rosário impulsionaram a transformação da Avenida São João. Seguindo o padrão da reforma na área central, a Avenida São João também teve seu gabarito elevado para três pavimentos e foi alargada para acomodar duas vias e um amplo canteiro central.

Com a Avenida Tiradentes, a São João configurava-se como uma das primeiras avenidas de grande porte na cidade, com duas vias separadas por canteiro central limitada por edifícios construídos já para os novos usos burgueses (lojas, mercado, bares, cinemas e teatros).

Largo São Bento:

A proximidade de tradicionais locais de comércio, como a Rua Florêncio de Abreu e a Rua 25 de Março contagiou o local privilegiado na malha urbana de uso até então religioso e residencial com os novos costumes burgueses.

Um dos vértices do antigo Triângulo (Largo São Bento, Largo São Francisco, Largo do Carmo), foi remodelado entre 1910 e

103- Relatório de 1922 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo prefeito Dr. Firmiano Pinto. [Arquivo Histórico Municipal]



[43] Largo São Bento, 1930.  
Observar o trânsito de veículos e a  
verticalização do entorno.

[44] Largo São Francisco, 1862.

[45] Largo São Francisco em direção à  
Avenida Brigadeiro Luís Antonio, final da  
década de 1920.



[43]



[44]



[45]

1914, assim como o Mosteiro; a partir de então recebeu o aporte do Viaduto Santa Efigênia, posterior ao Viaduto do Chá, que também conectava por cota elevada as duas margens do Vale: Largo São Bento e Largo Santa Efigênia.

O Largo ladeado por construções térreas e sobrados, ganhou nova feição com edifícios, em sua maioria, de dois e três pavimentos modernos, sem telhado aparente e com elementos da arquitetura eclética.

Assim como os novos usos do cotidiano da burguesia ocupavam a área de expansão da cidade, no Centro Velho, vai se apropriando dos espaços exemplares do modo de vida da cidade até a República - os espaços religiosos cederam lugar aos novos usos, que passaram caracterizá-los como espaços referenciais do novo modo de vida paulistano; o próprio Triângulo, antes assim chamado por conectar três largos, vai se consolidando como a principal área de comércio e serviços da cidade.

*“O Triângulo (XV de Novembro, Direita e São Bento) continuava a ser o principal núcleo comercial da cidade. Ali se concentrava o comércio de luxo destinado às camadas mais ricas da Cidade.”*<sup>104</sup>

Largo São Francisco:

O terceiro vértice do Triângulo (Largo do Carmo, Largo São Bento, Largo São Francisco) foi remodelado já no final do século XIX antecipando a onda de reformas e intervenções que seguiria anos depois; como em todo o centro, houve a substituição das antigas

construções simples de taipa por edifícios de alvenaria com vários pavimentos. As imagens da época mostram construções ecléticas rebuscadas pretensiosamente adequadas ao uso institucional e administrativo, representados pela Igreja e pelo Convento de São Francisco, pela Academia de Direito, pela Escola de Comércio Álvares Penteado e por secretarias do poder público.

É interessante notar que a partir do início do século XX, com a transformação social da cidade de São Paulo, a literatura de costumes da época praticamente abandona o Largo São Francisco; não fosse pela presença das instituições de ensino, seu papel na malha e no cotidiano urbanos perderia ainda mais importância. Um dos principais locais da cidade até meados do século XIX, o Largo São Francisco, assim como o aspecto religioso da vida urbana paulistana, é colocado em segundo plano e não faz parte da nova vida e do novo espaço urbanos.

c - Rua São Bento:

Nenhuma outra via, no centro da cidade, atravessa tantos pontos tão importantes na malha urbana em uma extensão semelhante. Todo o seu percurso ilustra a história do crescimento de São Paulo e suas diferentes etapas; principal rua do antigo Triângulo, eixo de ligação entre dois dos principais pontos do tecido urbano colonial, os largos São Bento e São Francisco, foi testemunha da secularização do espaço urbano na passagem do século XIX para o século XX. Sempre caracterizada por ser o eixo entre os dois

104- SAES, Flávio. *São Paulo republicana: vida econômica* In PORTA, Paula. *Op. Cit.* p. 231.

[46] Rua São Bento, 1929.



[46]

[47] Igreja do Rosário, na atual Praça Antonio Prado, demolida em 1904.



[47]

[48] Praça Antonio Prado no início do século XX.

Observar a intensa movimentação de pessoas e o número de estabelecimentos comerciais e de serviços.



[48]

[49] Avenida São João, Praça Antonio Prado e o Edifício Martinelli em construção, 1929.



[49]

largos religiosos, passou a ter importância, nesse período, pela sua relação com as demais áreas centrais de uso leigo e pela instalação de diversos estabelecimentos ligados ao comércio e aos serviços (hotéis, lojas, cinema, cafés, etc).

Já no início do século XX teve seu gabarito mínimo elevado para 3 pavimentos, com alguns arranha-céus, acompanhando o padrão urbanístico em implantação.

Praça Antonio Prado (antigo Largo do Rosário):

No início do século XX a Igreja do Rosário (que dava nome ao Largo) foi demolida e o largo fronteiro transformado em uma praça laica, a nova Praça Antonio Prado, prefeito que determinou a intervenção.

A extinção do uso religioso na Praça foi exemplar do fato de a cidade, antes de definitivamente se voltar para a margem oeste do Anhangabaú, ter se esforçado em aplicar o novo modo de vida no espaço existente, procurando apagar o passado da cidade provinciana.

Após a remodelação da praça (1904) o antigo largo recebeu novos edifícios, em geral com dois pavimentos, nos quais se instalaram as confeitarias e cafés de luxo da cidade. Na década de 1920, com o alargamento da Rua São João, a Praça ganhou mais importância e edifícios com gabarito médio de 6 pavimentos e alguns arranha-céus, como o Martinelli.

O Edifício Martinelli, considerado o primeiro arranha-céu de São

Paulo, inaugurado em 1929, representou durante anos o progresso e o desenvolvimento tecnológico da cidade e de suas ambições; nos seus trinta pavimentos que atingiam 130 metros de altura, abrigava os usos residencial e comercial voltados para a elite paulistana que exibia orgulhosa uma das maiores realizações da cidade do café; cinema, cafés, barbearias, restaurantes e até um cassino faziam parte de sua rotina e não decepcionavam o agitado cotidiano urbano central.

A sofisticação dos estabelecimentos da Praça e seu uso pelas camadas mais abastadas da sociedade paulistana é descrita por Silva Bruno:

*“Dos pontos de reunião de gente elegante, sabe-se que em fins do século passado e começo do atual a Rua Quinze era a preferida para o ‘footing’ de todas as tardes. Principalmente o seu ponto final, constituído pelo antigo Largo do Rosário. (...) Gente que esperava um bonde ou um convite para beber. (...) Sobretudo agrupamentos de estudantes abastados que exibiam a elegância de suas roupas, seus chapéus e suas gravatas.”*<sup>105</sup>

Por outro lado, a intervenção no Largo do Rosário foi a mais representativa do modelo de expansão escolhido pela cidade; a expulsão da população menos favorecida e de suas atividades da colina central indicava o caráter segregador das iniciativas sobre a área central e a idéia de que a separação entre a elite burguesa e o resto da população em áreas bem demarcadas era necessária para o desfrute do espaço urbano livre das inconveniências e da insalubridade presentes nas outras regiões da cidade.

Reis Filho descreve com precisão os objetivos da intervenção:

105- BRUNO, Ernani Silva. *Op. cit.*, 1954. p. 1238.



[50] Rua XV de Novembro, 1930.  
Intensa movimentação de pessoas e bondes e o Edifício Martinelli ao fundo.

*“A primeira intervenção localizada de Antonio Prado foi na área da antiga igreja da Irmandade do Rosário dos Pretos e edificações adjacentes, nas quais residiam ex-escravos, membros da Irmandade. Era o início de um processo de segregação. Demoliam-se as casas, cortiços e prostíbulos, afastando seus moradores, pessoas de baixa renda. A ordem das alterações de Antonio Prado deixa claras as suas prioridades. Depois das casas foi demolida a igreja, sendo a Irmandade transferida para o Largo do Paissandu (...). Nos terrenos desapropriados, foi aberta uma praça, valorizando o acesso à Rua XV de Novembro e seu encontro com a rua de São Bento.”*<sup>106</sup>

#### d - Rua da Quitanda :

Com a abertura da Praça do Patriarca, a Rua da Quitanda passou a ser a conexão entre a Praça (Viaduto do Chá e toda a margem oeste do vale) com a principal zona bancária da cidade, a Rua XV de Novembro, que, no início do século XX havia se tornado o local de maior concentração de pessoas e de dinheiro em São Paulo, abrigando as principais sedes bancárias, lojas e clubes da cidade. As descrições do cotidiano urbano da época dão a dimensão da relevância econômica e social da Rua XV de Novembro:

*“Talvez por seu cunho comercial e cosmopolita [sede de quase todos os bancos e da maior parte dos jornais], a rua Quinze tinha à noite mais animação do que a Rua do Ouvidor no Rio de Janeiro. Animação de gente que aliada ao tráfego de bondes fazia com que ela, a de São Bento e a Direita se tornassem já em 1910 zonas de aglomeração intensa.”*<sup>107</sup>

*“Os bairros eram quase noventa por cento residenciais: havia ruas e ruas sem uma casa de comércio. O alto comércio, o comércio para tudo e para todos (...) era no centro que se condensava. E mais especialmente na Rua Quinze, que se destacava pelo luxo de suas lojas.”*<sup>108</sup>

#### e - Rua Direita:

*“(...) nas ruas de São Bento, Quinze de Novembro, do Comércio- nas quais já em fins do século passado se viam as grandes casas comerciais e bancárias- ostentavam-se edifícios considerados elegantes para a época. Em geral de um ou dois andares. Isso acontecia um pouco menos na Rua Direita, talvez a via pública do centro que no começo do século atual apresentava ainda maior quantidade de edifícios tradicionais.”*<sup>109</sup>

Por sua localização central na colina histórica, a Rua Direita, no início do século, ainda guardava os resquícios da cidade antiga. Como a expansão a oeste privilegiou, num primeiro momento, as reformas e adequações da vertente leste do Vale do Anhangabaú, a Rua Direita foi alvo da leva de mudanças em curso apenas depois de executadas as principais obras nos limites oeste do Triângulo.

Iniciada a expansão a oeste, com a construção do Viaduto do Chá, a Rua Direita ganhou ainda mais importância no tecido urbano central, ao conectar o local mais significativo do centro - a Praça da Sé, com as novas ocupações na margem oposta do Vale, o que foi reforçado com a abertura da Praça do Patriarca, que encerrava seu leito debruçando-se sobre o Vale.

Assim, apesar do pequeno atraso em relação às outras obras da

106- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Op. Cit.* p. 180.

107- BRUNO, Ernani Silva. *Op. Cit.*, 1954. p. 984.

108- MOTA, Cássio. *Cesário Mota e seu tempo* In BRUNO, Ernani Silva. *Op. cit.*, 1954.

109- BRUNO, Ernani Silva. *Op. Cit.*, 1954. p. 934.



[51]



[53]

[51] Rua Direita em direção ao Viaduto do Chá, 1916.

[52] Largo da Sé, antes da reforma, 1910.

[53] Esquina da Rua XV de Novembro com a Praça da Sé. Observar a sofisticação dos edifícios de três pavimentos.

[54] Praça da Sé, 1930. Observar, à direita, o Palacete Santa Helena, o intenso movimento e o grande estacionamento a céu aberto.



[52]



[54]

colina, rapidamente passou a acompanhar as mudanças em curso (nela foi construído o primeiro edifício em concreto armado do Brasil – Ed. Guinle) e teve seu gabarito elevado para cinco ou seis pavimentos, à feição europeizada moderna da época.

#### Praça da Sé:

Em meados da década de 1920, com a demolição da antiga igreja e a demora no início da sua reconstrução, a Praça da Sé permaneceu como um grande espaço aberto, de uso indefinido e servindo como estacionamento de veículos e parada de carros de aluguel. Aos poucos, seu entorno foi sendo reconstruído e os edifícios mais próximos às ruas Direita e XV de Novembro destacavam-se em altura e sofisticação construtiva, acompanhando o movimento de valorização da vertente oeste da colina histórica. Antes um dos locais mais nobres da cidade, assistiu à relativa estagnação imobiliária do lado leste da colina histórica. Com a construção de edifícios administrativos a sul, passou a se relacionar ainda mais com o bairro da Liberdade e as conexões para os bairros mais distantes na direção sul (Vila Mariana, Aclimação, etc).

#### f - Rua Doutor Falcão:

Antes da construção da Praça do Patriarca e do Viaduto do Chá era o caminho de ligação entre o centro, a Rua Direita, o Largo da Memória e o caminho para Pinheiros. A partir da remodelação da

vertente oeste da colina histórica continua com a mesma função, absorvendo o aumento do fluxo viário em direção às ruas Libero Badaró e São Bento e o tráfego Norte-Sul.

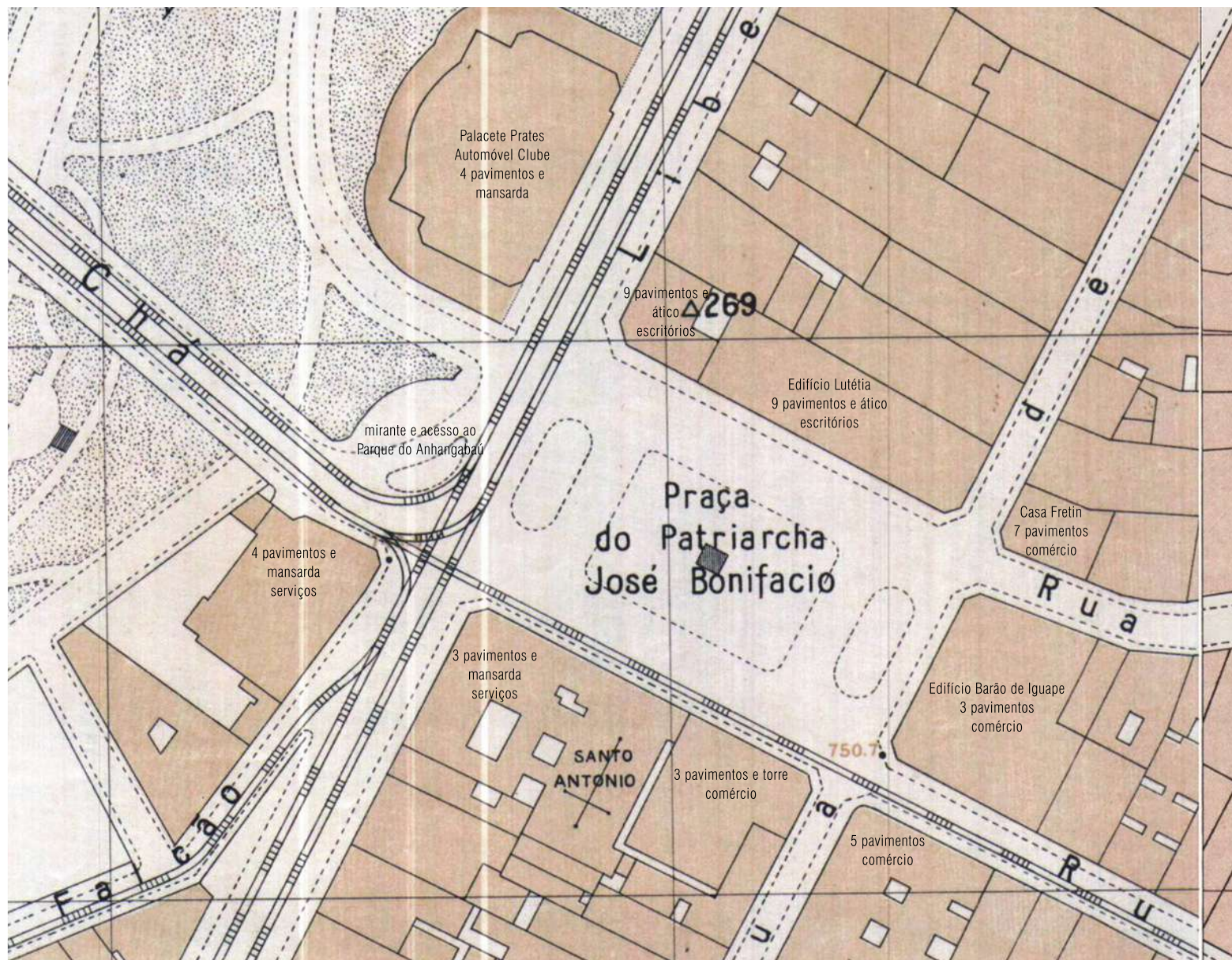
Os edifícios aí construídos para abrigar escritórios e algum comércio, buscavam correspondência formal com o lado oposto da Praça do Patriarca, preterindo sua relação com o Largo da Memória e a área da Bela Vista, acompanhando a valorização do centro em direção oeste e o desinteresse pelas áreas a sul da colina histórica.

Através da análise acima pudemos determinar as principais características de seu entorno quanto ao uso e à conformação espacial e confirmar a distinção entre o padrão de ocupação do Centro Velho e do Centro Novo.

Enquanto nos espaços mais consolidados do tecido, em especial, nos vértices do Triângulo, há a permanência do uso religioso, nas ocupações a oeste do Vale do Anhangabaú, a atividade religiosa desaparece dos programas solicitados para as novas construções. Apesar de o uso religioso ser o responsável pela quantidade de espaços públicos na colina histórica, no início do século XX, vai assistindo sua importância no cotidiano urbano ceder lugar aos novos costumes que passam a caracterizar tais espaços. A apropriação dos largos por usos urbanos leigos (comércio e serviços) ilustra o esforço da sociedade paulistana em romper com o passado colonial.

A construção da margem oeste do Vale do Anhangabaú e a própria iniciativa de realização do Parque indicam o caráter da expansão da cidade no início do século XX. Enquanto a maioria





[55] Planta Praça do Patriarca, 1930. Principais edifícios, usos e gabarito de seus limites.

dos espaços livres e públicos do centro antigo estão ainda ligados ao uso religioso, os novos espaços que surgem com a expansão da cidade são exclusivamente fruto do progresso econômico e do desenvolvimento cultural da burguesia paulista sob o modelo europeu.

Apesar dessas distinções, o que efetivamente passou a caracterizar a área central de São Paulo foram as atividades ligadas ao comércio e a serviços em toda a sua diversidade. A migração do uso residencial, seja para os novos bairros burgueses em formação, seja para a periferia ou para as vilas operárias, determinou a especialização da atividade terciária no centro da cidade, sob um microzoneamento

em cada ponto ou via.

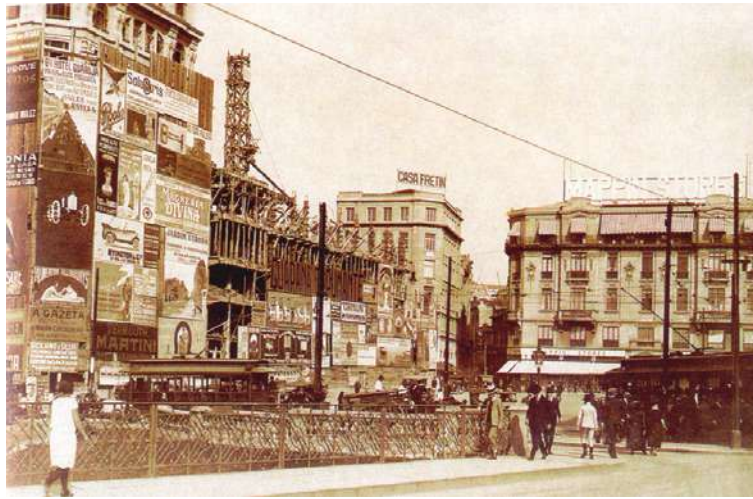
### **2.1.2-A Praça do Patriarca no consolidado tecido urbano central**

Chegada ao Centro Velho, a partir do lado oeste do Vale do Anhangabaú e “mirante” do Centro Novo a partir do Centro Velho, a Praça do Patriarca representava a adequação da antiga cidade ao progresso urbano do crescente fluxo de veículos e da instalação de diversos estabelecimentos comerciais da elite no seu entorno. Como espaço urbano convidava o novo centro a participar da ocupação mais antiga da cidade, enquanto adequava o centro histórico a uma nova realidade social e urbana.

Apesar de ter sido criada para atender ao fluxo de veículos, bondes e pessoas e construída como uma benfeitoria viária, por sua excelente localização passou a abrigar também, em acordo com seu entorno, vários edifícios ligados ao comércio e aos serviços, entre os quais se destacavam o edifício do Mappin Stores, a Casa Fretin e o Edifício Lutétia. Como herança do espaço colonial, no alinhamento da Rua Direita, resistiu a Igreja de Santo Antonio, datada do século XVIII.

A diversidade de usos e atividades no entorno imediato da Praça é representativa das características do espaço urbano central nesse período: a mescla entre o uso religioso e a implantação de sofisticados edifícios destinados ao comércio e serviços foi regra na transformação urbana central no início do século XX.

A presença dos novos edifícios, executados a partir das novas técnicas construtivas indicavam a obediência ao padrão urbano



[56]

[56] Praça do Patriarca na década de 1920. Poucos anos após a construção da Praça, surgem os edifícios de escritório em seu lado norte que serão responsáveis por parte de sua configuração espacial até a época atual.



[57]

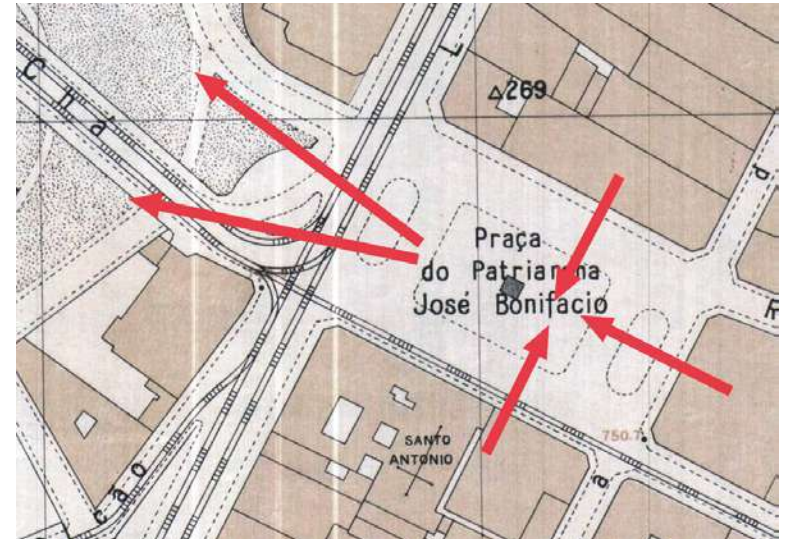
[57] Praça do Patriarca e o "cabide" em 1927. Notar o alinhamento, na face norte, dos edifícios de maior gabarito.



[58]

[58] Praça do Patriarca totalmente configurada, 1930.

[59] Croqui sobre a planta da Praça do Patriarca [levantamento SARA BRASIL-1930] indicando as relações espaciais e as visuais a partir da configuração espacial dada pela construção de seus limites.



[59]

exigido pela sociedade paulistana em ascensão.

Vale especial ressaltar a presença da Casa Fretin e do Mappin Stores no alinhamento da Praça, símbolos da modernidade e da sofisticação da elite burguesa. Os grandes magazines, que tinham no Mappin Stores um exemplo a ser seguido, não só abrigavam a venda dos mais diversos produtos, como também, os famosos salões de chá e leitura que representavam visita obrigatória a todo membro da elite paulistana. Os encontros dos cafés, confeitarias e bares também aconteciam nos requintados salões do Mappin Stores, dos hotéis de primeira categoria próximos e nos exclusivos clubes que surgiam incessantemente, como o Automóvel Clube, localizado no Palacete Prates, na esquina da Rua Libero Badaró com a Praça do Patriarca.

*“Os pontos de encontro se multiplicavam e, assim, o comércio mais refinado não podia deixar de ter seus salões, como o do Mappin, o ponto mais chique de nosso beau monde.”*<sup>110</sup>

Abrigando todas essas atividades e configurando-se como o grande nó de caminhos do Centro Velho, a Praça do Patriarca consolidou-se como um dos mais importantes pontos de encontro de todo paulistano, tanto para a população de menor renda que a freqüentava em função dos pontos de bondes e ônibus existentes, quanto para a burguesia que desfilava nos requintados salões e casas comerciais do entorno.

Com exceção da Igreja, todo o entorno imediato da Praça foi reconstruído a partir da legislação que impunha gabarito mínimo de 3 pavimentos para a área mais central, que recomendava tratamento homogêneo nas fachadas e determinava o “chanfro” nas novas esquinas. Além disso, o emprego das novas tecnologias construtivas

acabou determinando a configuração da nova Praça, limitada por edifícios de gabarito elevado. Resultado da ação organizadora e reguladora sobre o espaço urbano nesse período, o desenho retangular da Praça não encontrava correspondência no Centro Velho, apenas nos novos espaços que iam sendo construídos além da colina histórica como a Praça Ramos de Azevedo e a Praça da República.

Outro indicativo da alteração da morfologia urbana que a Praça ilustra é a relação entre as dimensões em planta do espaço e seus limites verticais; enquanto os antigos largos eram limitados por construções de baixo gabarito, exceção feita apenas às construções religiosas adjacentes, os novos espaços que vão surgindo têm o gabarito dos seus limites elevado, reforçando, ao nível do observador, o respiro no tecido urbano.

A configuração espacial da praça retangular dada pelo fechamento de três de seus lados (norte, sul e leste), mais relacionados com o Centro Velho, e pela abertura leste, voltada para o Vale do Anhangabaú, o mais significativo espaço público da cidade, reforçam o caráter de articulação, inovação e transição entre tecidos da Praça.

Dando ao Centro Velho o limite da margem direita do Vale do Anhangabaú e ao Centro Novo a margem oposta, encontramos o Vale do Anhangabaú como o grande elemento de transição da ocupação territorial da cidade, o que coloca a Praça e sua conexão com o Viaduto do Chá como elementos-chave na formação do tecido da área central.

110- A Cigarra – 1o. Janeiro 1922  
In PADILHA, Márcia. *A Cidade como Espetáculo: Publicidade e Vida Urbana na São Paulo dos Anos 20*. São Paulo: Annablume, 2001. p. 98.

[60] Croqui sobre a planta da área central, indicando os principais espaços livres da colina histórica voltados para o Vale do Anhangabaú.

[61] Croqui sobre a planta da área central, indicando o tráfego viário principal e a articulação realizada pela Praça do Patriarca.



[60]



[61]

Em relação ao Centro Velho – limites norte, sul e leste - apresenta muita semelhança com os aspectos físicos aí encontrados: um espaço livre definido por edifícios de mesmo alinhamento no limite da Praça, ainda que com alturas diversas. Por outro lado, a abertura oeste dialoga com o novo padrão de ocupação: dimensões mais amplas, vias mais largas e espaços livres de grandes dimensões (Vale do Anhangabaú, Praça Ramos de Azevedo, Praça da República).

A transição espacial realizada pela Praça, tanto por seu conjunto arquitetônico, quanto por sua localização geográfica, caracteriza-na como raro exemplar de correto desenho urbano, capaz de integrar dois tecidos urbanos distintos. Além disso, todo o seu limite foi construído sob um mesmo padrão espacial e formal, o que também contribuiu para sua particular conformação espacial na colina histórica.

Se observada em relação ao Centro Novo, propõe a dispersão espacial que encontra aporte na Praça Ramos de Azevedo; se observada em relação ao Centro Velho, afirma o espaço livre e público e a chegada à colina histórica.

No Centro Velho, de traçado irregular e consolidado, a abertura de uma praça a partir da demolição de um quarteirão – do significativo “Quatro Cantos”- e a implantação de um desenho resultado de rigorosa legislação apresentavam uma nova maneira de se relacionar e agir no espaço urbano. Antes uma conformação espacial em sintonia com determinado modo de vida e seus costumes, que, por pouca alteração ao longo de mais de três séculos, apresentava-se quase natural, até que no início do século XX passou a refletir a possibilidade de transformação radical dos padrões, apoiada em

costumes opostos, e reforçava o homem e a sociedade em geral como os efetivos autores do espaço urbano.

Vale destacar também a conformação da praça circundada por vias, indicando a eficiência na circulação viária como grande objetivo das transformações urbanas que se seguirão. A partir de então, a quase totalidade dos espaços livres públicos sofrerá alterações para comportar a crescente quantidade de veículos.

Paralelamente ao Vale do Anhangabaú, é o primeiro, no sentido Sul - Norte, do conjunto dos quatro “respiros” da irregular malha urbana central - Largo São Francisco, Praça do Patriarca, Praça Antonio Prado e Largo São Bento - a partir dos quais se vislumbra o novo centro e, então, ganham prestígio na nova dinâmica urbana. A equivalência desses espaços é dada ainda pela possibilidade de acesso à margem oposta do Vale do Anhangabaú: Largo São Francisco - Rua de São Francisco/ Largo da Memória; Praça do Patriarca - Viaduto do Chá; Praça Antonio Prado - Avenida São João e Largo São Bento - Viaduto Santa Efigênia.

Construída com o objetivo de aliviar o estrangulamento viário, conseqüente da conexão do Viaduto do Chá com o Centro Velho, a Praça passou a ser responsável pela ligação do lado oeste do centro com a Praça da Sé e a Várzea do Carmo. Na direção Norte- Sul, junto com as ruas Formosa, Libero Badaró e São Bento, concentrava o fluxo viário do Largo da Memória e da região sul até a Avenida Tiradentes. O objetivo de dar à circulação viária maior articulação e um ponto de referência foi plenamente atingido com a implantação da Praça que ainda acabou contribuindo com o embelezamento e a transformação formal do centro.



[62]

[62] Praça do Patriarca, Viaduto do Chá e Vale do Anhangabaú. Observar o intenso fluxo de veículos que se utilizam da articulação viária realizada pela Praça.



[63]

[63] Vista aérea da praça do Patriarca na década de 1920. Observar como o desenho da Praça se distingue do irregular traçado urbano do Centro Velho e como o "fechamento" dado pelos edifícios nas faces norte, sul e leste aliado à abertura oeste permite que realize a transição entre as características espaciais distintas encontradas nas duas margens opostas do vale do Anhangabaú.

[64] Edifício Mappin Stores, Casa Fretin e Rua São Bento, 1929.



[64]

No espaço urbano central, faz um contraponto à Praça Ramos de Azevedo, dando mais equilíbrio ao desenho do Viaduto do Chá (substituído em 1936), possibilitando uma leitura mais clara do território e sua ocupação a partir da colina histórica, abrindo-se para o Vale do Anhangabaú e o novo centro.

A Igreja de Santo Antonio, remanescente do século XVIII, na Rua Direita passou a compor, junto a outros edifícios, o alinhamento da Praça, situação pouco comum no tecido urbano de São Paulo, no qual, em geral, as igrejas foram implantadas isoladas de outros edifícios e davam função à praça fronteira (Igreja e Praça da Sé, Mosteiro e Largo São Bento, entre outros).

A abertura da Praça do Patriarca e a implantação (ainda que parcial) do Plano Bouvard indicavam a primazia das questões relativas à circulação (bondes, pedestres e veículos) na produção da cidade. Enquanto o Parque Anhangabaú procurava adequar o espaço urbano a um modelo estético, a implantação da Praça do Patriarca representava, não só as preocupações formais da época, mas, principalmente, o esforço em transformar a vila provinciana em uma grande cidade capaz de gerar riquezas.

A instalação do Mappin Stores no ponto comercial de mais prestígio na Praça do Patriarca ilustrava o empenho da sociedade paulistana em adquirir novos hábitos e exibir seu cotidiano refinado. A localização do magazine na extremidade do eixo mais imponente da área central, encerrando, na margem leste do Anhangabaú, o Vale e a perspectiva do Centro Novo ilustrava o novo padrão urbano pretendido; não mais o edifício religioso ou o palácio administrativo eram os marcos do tecido; o leigo uso comercial e sua agitação

representavam as pretensões contra o passado colonial e sua vida atrasada. Os salões de chá, os sofisticados produtos exibidos e a imagem de sofisticação causavam admiração e orgulho na população, ainda que seus regalos fossem para poucos. A novidade do magazine era o acesso permitido a qualquer um (desde que bem apresentado) ainda que não fosse um possível comprador; a possibilidade de ingresso no cotidiano luxuoso da sociedade paulistana era a maior oferta da casa. A citação de Alvim, sobre a mudança do Mappin Stores de seu antigo edifício na Rua XV de Novembro para as esquinas das ruas São Bento e Direita, descreve como a localização e o edifício projetado por Ramos de Azevedo eram determinantes na imagem divulgada pela loja e como os referenciais paulistanos se mesclavam; a associação do novo modo de vida urbano à tradicional aristocracia pode parecer contraditória, mas se apresentava dessa maneira:

*“Todo cuidado era pouco na escolha do novo prédio. Era preciso que fosse algo à altura do requinte e da nobreza da casa. Além disso, era preciso encontrar um novo prédio ali mesmo, no burburinho do Triângulo, naquele centro onde a São Paulo elegante se movimentava, se exibia e acontecia. Enfim, em 1919, surgiu a oportunidade – e melhor não poderia ter sido. O Mappin não só conseguiu um lugar à altura de suas ambições – uma esquina do lugar onde mais tarde, em 1923, se situaria a Praça do Patriarca – como foi se abrigar numa das mais aristocráticas mansões da época: o prédio conhecido como a Casa do Barão de Iguape. (...) A rigor, na época da mudança do Mappin, a casa não era mais do Barão de Iguape, nem era o prédio mesmo em que, desde o século anterior, mantivera o barão sua residência. Apesar disso, o nome perdurava, na tradição*





[65] Praça do Patriarca, Viaduto do Chá e Parque Anhangabaú no final da década de 1920.

*popular, e também isso era bom pro Mappin: convinha ter seu novo endereço identificado com a casa de um barão.”<sup>111</sup>*

Apesar de ter sido construído antes da abertura da Praça, ocupando a esquina do “Quatro Cantos” e da Rua São Bento com a Rua da Quitanda, o edifício de três pavimentos, em estrutura metálica, projetado por Ramos de Azevedo, passou a formar, com a posterior Praça do Patriarca um dos conjuntos arquitetônicos mais significativos do período; o alinhamento do edifício com os limites norte e sul da Praça enfatizava sua implantação como uma das construções de maior visibilidade na colina central a partir da margem oeste do Anhangabaú.

O entorno imediato da Praça também contribuía com a sofisticação da atividade comercial no novo quarteirão; a Casa Fretin, na outra esquina das ruas São Bento e da Quitanda e a loja A Capital, na esquina das ruas São Bento e Direita formavam, junto com a Mappin Stores, um dos pontos mais elegantes do comércio paulistano.

111- ALVIM, Zuleika M. F.. *Mappin setenta anos*. São Paulo: Ex-Libris, 1985. p.57-58.

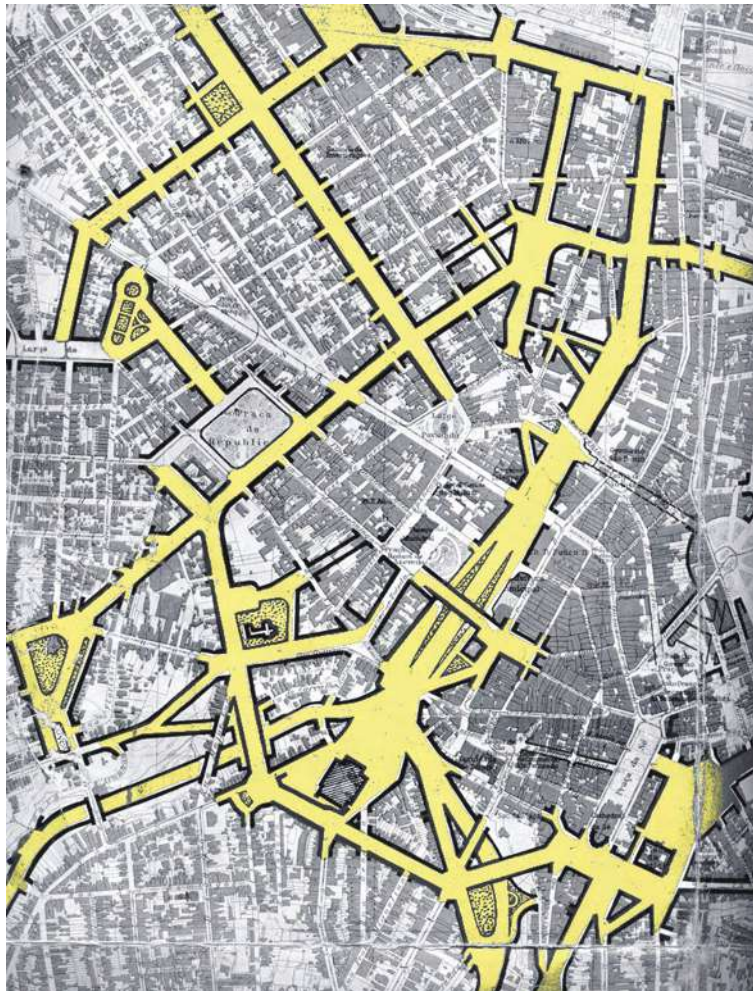


Levantamento Aerofotogramétrico VASP,  
1952/59.  
Praça do Patriarca e área central de São  
Paulo  
escala 1:5.000

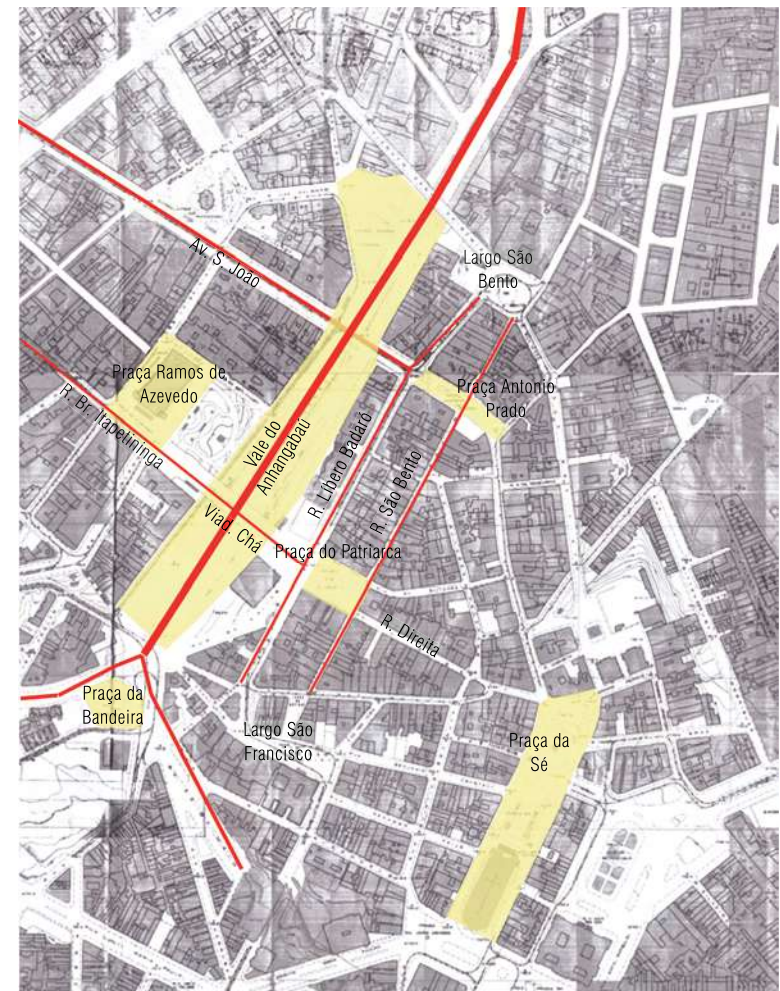


[66] Mapa da área central de São Paulo sobre a base SARA BRASIL de 1930 com os melhoramentos previstos pelo Plano de Avenidas. Observar a marcação na Praça do Patriarca indicando a alteração a ser feita.

[67] Croqui sobre a base VASP indicando os principais espaços públicos do entorno que exercem ou sofrem influência da Praça do Patriarca. Observar a inserção da Praça da Bandeira, criada na gestão de Prestes Maia.



[66]



[67]

## 2.2- A Praça do Patriarca nas décadas de 1930 a 1950

Os efeitos da expansão urbana e da verticalização da área central no espaço público

### 2.2.1 - O entorno da Praça do Patriarca e as transformações da área central

Analisando as transformações do período e a distribuição das atividades urbanas pela malha do centro, podemos notar como as mudanças econômicas e sociais repercutiram no espaço consolidado. O afastamento cada vez maior entre a atividade religiosa e o novo modo de vida urbano em favor da ascensão das atividades terciárias teve como efeito principal, na colina histórica, a estagnação dos espaços de uso religioso que não se “converteram” o suficiente durante as décadas anteriores. Enquanto diversos pontos do tecido central passaram a ter cada vez mais relevância na dinâmica e nas relações urbanas, locais historicamente significativos como os largos São Francisco e São Bento perdem função na nova realidade urbana; sua importância é reconhecida mais por seu valor simbólico (exceção feita à Faculdade de Direito do Largo São Francisco) do que por sua possível contribuição nas novas relações urbanas.

Por outro lado, outros pontos da área central tornaram-se símbolos do novo modo de vida urbano; as ruas São Bento e Líbero Badaró, até por conta de sua privilegiada localização, permaneceram como referências urbanas para a atividade de serviços; o conjunto formado pela Avenida São João e Pela Praça Antonio Prado também se consolidou como importante vetor comercial e de serviços,

aproveitando-se da proximidade com o pólo financeiro (ruas XV de Novembro e Boa Vista) e da ligação com os bairros a oeste.

*“Na área central foi ocorrendo uma crescente verticalização, com aumento do número de andares dos edifícios, como nas praças do Patriarca e da Sé, nas bordas do Anhangabaú e em ruas de comércio mais intenso, como São Bento e XV de Novembro. De início predominava o padrão europeu, que tendia a estabelecer um gabarito de padrão uniforme para os edifícios com altura homogênea. Aos poucos essa tendência foi sendo rompida, com estruturas de concreto de maior altura.”<sup>112</sup>*

As transformações urbanas sofridas pelo centro de São Paulo nesse período e o crescimento da cidade apoiado na atividade industrial alteraram as relações urbanas centrais; alguns pontos do tecido urbano foram preteridos nesse processo enquanto outros ascenderam em importância. Dessa maneira, novas relações foram determinadas, atingindo também aquelas antes estabelecidas entre a Praça e seu entorno. As reformas, o movimento de expansão do centro e o surgimento de novos espaços (como a Praça da Bandeira) reconfiguraram o entorno da Praça do Patriarca, modificando a base de análise das décadas anteriores, como mostra o mapa ao lado.

112- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Op. Cit.* p. 186.

[68] Viaduto Santa Efigênia e Largo São Bento num postal circulado em 1934. Observar a ocupação que seria demolida para a conclusão das avenidas ao longo do Vale e a expansão da cidade a leste.

[69] Estacionamento de carros sob o Viaduto Santa Efigênia, na década de 40, após a demolição das casas e galpões que se observam na imagem anterior.

[70] Novo Vale do Anhangabaú liberado para o tráfego de veículos.



[68]



[69]



[70]

As análises apontadas a seguir partiram das duas principais intervenções no entorno da Praça: a substituição do antigo Viaduto do Chá em 1936 e a implantação do Plano de Avenidas Prestes Maia e remodelação do Vale do Anhangabaú. No entorno mais próximo da Praça do Patriarca foi especialmente importante a construção da Praça da Bandeira, na área no antigo Largo do Riachuelo. A nova avenida aberta no fundo do Vale do Anhangabaú, no rumo sul, bifurcava-se em outras duas grandes vias: Avenida Anhangabaú (9 de Julho) e Itororó (23 de Maio); neste ponto foi construída a nova praça, o entroncamento do Sistema “Y”, que passou a ter papel fundamental para o fluxo viário urbano, assim como tivera a Praça do Patriarca poucas décadas antes.

a - Viaduto do Chá / Vale do Anhangabaú/ Praça Ramos de Azevedo:

De maneira geral, esse eixo teve seu uso consolidado durante este período. O Centro Novo cresceu aceleradamente, firmando-se como a região mais importante da cidade, enquanto o Centro Velho já não despertava tanto a atenção do mercado imobiliário para expansão como no período anterior. Os novos edifícios, em concreto armado, tinham gabarito elevado e procuravam abrigar comércios e serviços cada vez mais especializados.

As passagens de Reis Filho a seguir descrevem a agitação em torno do novo centro:

*“Com o novo conjunto de obras, houve de início um deslocamento*

*do comércio de luxo, do antigo triângulo para o eixo da rua Barão de Itapetininga e laterais, constituindo-se, como um novo centro, adjacente ao primeiro, onde um século e meio antes havia sido criada a Cidade Nova.”*<sup>113</sup>

*“Até 1945 havia empenho em conferir uma aparência ‘moderna’ ao Centro, contrapondo-se em boa parte aos padrões europeus da fase anterior. A área do Anhangabaú e a Rua Libero Badaró mostravam em vários edifícios essa tendência. (...) Do outro lado do Viaduto do Chá, ele mesmo um documento característico da época, ergueu-se o edifício da Santa Casa na Praça Ramos de Azevedo, onde depois se instalou o Mappin, com projeto do mesmo arquiteto Elisiário Babiana e caráter arquitetônico moderno.*

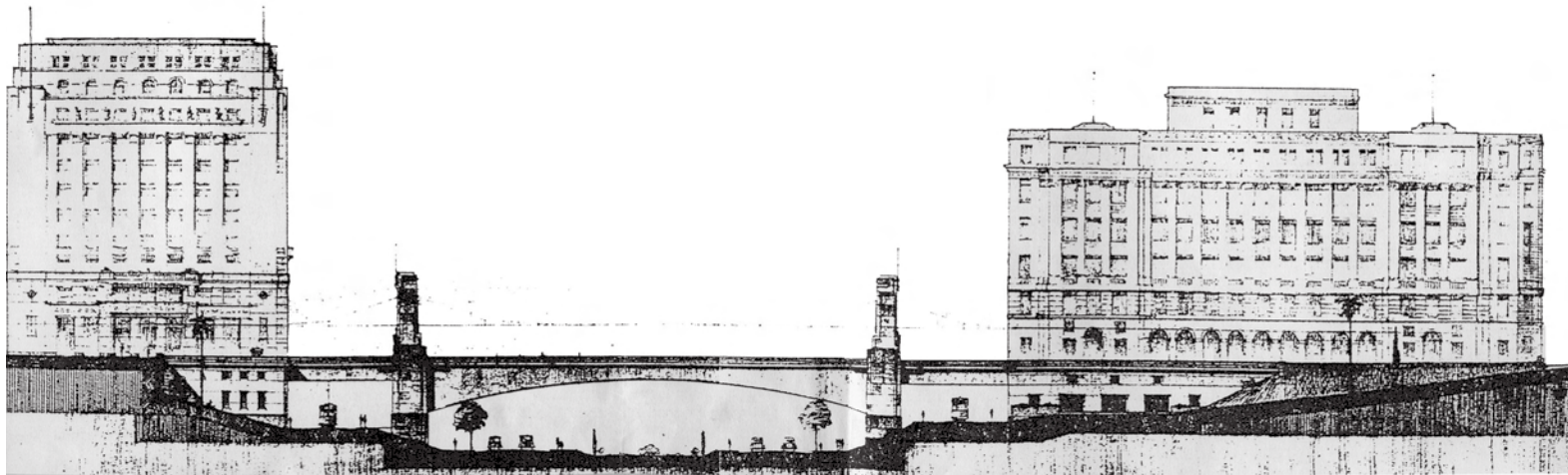
*Praticamente em todas ruas daquele setor da cidade, a começar pela Barão de Itapetininga, estendendo-se pela Conselheiro Crispiniano, pela 24 de Maio e a 7 de Abril, continuando pela Praça da República e pela Avenida Ipiranga, os edifícios apresentavam características de simplificação e seus detalhes. Era a linha arquitetônica conhecida como Art-déco. (...)”*<sup>114</sup>

Mais uma vez, o Centro Novo apresentava-se como o resumo dos desejos da sociedade paulistana. A migração da atividade comercial mais sofisticada e a oferta de área para a implantação de novos empreendimentos definiram-no, neste período, como a área mais importante da cidade. Novos edifícios modernos e de uso misto como o Edifício Esther e o Edifício Copan confirmavam a dianteira do Novo Centro no processo de desenvolvimento da cidade.

113- *ibidem*. p. 198.

114- *ibidem*. p. 201.

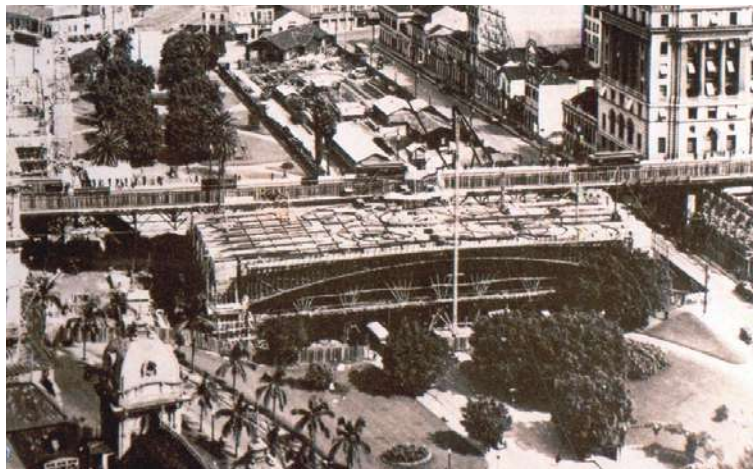




[71]

[71] Elevação Norte do novo Viaduto do Chá, projeto de Elisário Bahiana, concluído em 1938.

[72] Novo Viaduto do Chá em construção. Observar a ocupação homogênea em direção ao bairro da Bela Vista e o caminho que daria origem à Avenida 9 de Julho. Vale ressaltar também o contraste formal entre os edifícios lindeiros ao Vale na Rua Formosa e as novas dimensões do Viaduto.



[72]



[73]

[73] Novo Vale do Anhangabaú em direção à Avenida São João.

## Viaduto do Chá:

A expansão do centro em direção à margem oeste do Anhangabaú continuou precedendo da existência da ligação criada em 1892. Para adaptá-lo às sucessivas transformações urbanas em curso e à crescente frota viária, foi elaborado um concurso no qual saiu vencedor o arquiteto Elisiário Bahiana. O projeto escolhido propôs a ampliação do leito carroçável do Viaduto em estilo Art-déco, mais adequado às pretensões modernas da cidade.

*“O novo Viaduto do Chá, inaugurado em 1936, transpõe o Vale do Anhangabaú com um arco central medindo 66 metros, e dois vãos laterais com 17,5m cada um, medindo ao todo 101 metros e a largura de 25 metros, dos quais quinze destinados aos veículos, e dez aos pedestres, nos passeios. É notabilizado-observou o engenheiro Prestes Maia - pelo inédito aproveitamento da estrutura dos encontros, onde se dispuseram amplos salões para mercados de flores, espera de ônibus, exposições de pintura, garage pública, compartimentos sanitários”*<sup>115</sup>

A nova estrutura permitiu maior relação entre o Viaduto e o Vale do Anhangabaú através das galerias de comunicação entre os diferentes níveis nas cabeceiras. Apesar de a galeria oeste nunca ter sido aberta ao público, a Galeria Prestes Maia, na outra extremidade teve relevância no uso tanto da Praça do Patriarca, quanto do Vale.

## Vale do Anhangabaú:

*“A idéia de remodelação do Parque Anhangabaú foi exposta em 1930 pelo engenheiro Prestes Maia em seu Plano de Avenidas: ‘Transformar todo o trecho do vale entre os viadutos Santa Efigênia e de São Francisco numa só praça de aspecto diferente de tudo o que possuem as outras cidades’.”*<sup>116</sup>

O grande eixo a ser formado pela nova Avenida Anhangabaú seria encabeçado pela Praça da Bandeira, local escolhido por Prestes Maia para abrigar o Centro Cívico de São Paulo, pretensão desde a primeira década do século XX.

A implantação do Plano de Avenidas tornou o Vale um grande boulevard aberto ao tráfego de veículos entre o antigo Largo da Memória e o Viaduto Santa Efigênia; transformando-o na principal artéria viária Norte/ Sul em São Paulo. O percurso antes realizado através das ruas Formosa, Libero Badaró e São Bento, agora tinha capacidade para milhares de veículos (automóveis, bondes e ônibus) que não paravam de invadir as vias de São Paulo.

Talvez a mais significativa entre todas as intervenções propostas por Prestes Maia, o novo Vale do Anhangabaú, transformado na principal ligação viária da cidade, negava a necessidade de um parque em localização tão privilegiada; de acordo com as novas palavras de ordem da metrópole em construção, a circulação e a facilitação da produção do capital deveriam ter a primazia nas novas iniciativas urbanas.

A área do antigo parque foi transformada em uma grande avenida, com escalas diferentes de tráfego e todas as construções entre o Viaduto Santa Efigênia e Avenida São João foram demolidas para a passagem das vias.

115- MAIA, Francisco Prestes. *Os Melhoramentos para São Paulo In BRUNO, Ernani Silva - Op. Cit.*, 1954. p.1348.

116- BRUNO, Ernani Silva. *Op. Cit.*, 1954. p.1338.



[74]



[76]

[74] Parque do Anhangabaú, Viaduto do Chá e os edifícios Alexander Mackenzie e Mappin, década de 1950.

[75] Divulgação da mudança do Mappin para a Praça Ramos, apontando o “progresso” da cidade acompanhado pela loja.

[76] Praça Ramos de Azevedo, Edifício Alexander Mackenzie e Edifício das Lojas Mappin.

**MAPPIN**

**O MAPPIN vae mudar**

Reflicam no significado desta notícia e... aproveitem as ofertas sem exemplo da nossa movimentadíssima

**Liquidação de Mudança**

Chama-se a atenção para as mercadorias expostas nas vastas mesas e onde os PREÇOS NOVAMENTE REMARCADOS acusam

**Excessivos Descontos!**

A CASA ABRE-SE AS 9 HORAS

**MAPPIN STORES**  
SOCIETADE ANÔNIMA S/A

[75]

**S. Paulo desenvolve-se**

Um ilustre visitante — Paul Morand, se a memória não nos falha — declarou por ocasião da sua passagem por esta capital — que “São Paulo é uma cidade em construção”. Realmente, nos últimos cinquenta anos, esta bela cidade de Paulistanos nada mais se tem feito senão construir, trabalhar, crescer, numa perpétua busca de progresso e de realizar grandes coisas.

Ainda nos últimos tempos, por exemplo, as grandes obras surgiram do solo, formos, orgânicas nas suas colônias de concreto e aço, três grandes construções que embelezam de verdade qualquer grande capital — o novo arranha-céu do Mappin Stores, o simpático edifício de concreto Bandeirantes, e a ultra-moderna praça da mesma Universidade — e mais de quarenta outros edifícios que são grandes vitórias da nossa arquitetura.

Nesta página damos alguns aspectos desta bela cidade paulista que, no mundo, nada mais há de que três elegantes estabelecimentos de maior de São Paulo.

**Sendo mais favorável**  
**destacando as belas**  
**obras por**

**Alfred Simões**  
coza vital a S. Paulo, há que se  
quinta operação. A construção de  
nos reconhecidos estabelecimentos.  
Crescimento por que imensamente  
permanente, julgam-se por a  
alguns do crescimento que nos  
damos, querendo entender o que  
é isso. Depois de S. Paulo, o  
Simões a quem fomos a seguir de  
colégio a S. Paulo, a qualificação e  
comunicação de abertura de  
coza e a de progresso de tempos  
muito mais de que nos e  
as belas obras de São Paulo e  
as nos em São Paulo.

Mensagens entregue ao Sr. Alfred Simões,  
secretário-geral do Instituto Mau-  
que liberou por ocasião da abertura da  
nova loja, à Praça Ramos de Azevedo.

O corte do Vale do Anhangabaú com o novo Viaduto do Chá nos dá a dimensão da transformação executada; toda a várzea do córrego foi aterrada para a passagem das calhas viárias, assim como a encosta nos pontos próximos ao Viaduto.

Praça Ramos de Azevedo:

Apesar da permanência de alguns dos principais edifícios construídos no período anterior, como o Teatro Municipal e o Edifício Alexander Mackenzie, a praça que mais representava as pretensões burguesas das décadas passadas, consolidou-se como importante ponto comercial e de serviços. Com o deslocamento das atividades comerciais em direção oeste e a consolidação da Rua Barão de Itapetininga como o mais privilegiado eixo de comércio e serviços do centro, a Praça Ramos de Azevedo, antes um belo cartão-postal, ganhou, então, mais vitalidade. A instalação das lojas Mappin, em 1939, ilustrava a alteração no caráter da Praça. Como o Mappin, inúmeros estabelecimentos comerciais e escritórios estabeleceram-se no seu entorno, tornando a principal chegada ao Centro Novo um espaço urbano relevante na malha da cidade e novo ponto de encontro da elite como havia sido a Praça do Patriarca na década anterior.

Se anteriormente sua principal função era a chegada ao Centro Novo, passou, então, a participar das relações e conexões exclusivas da margem oeste do Vale à medida que o Centro Novo ganhava força e maior autonomia em relação ao Centro Velho. Com a

substituição do Viaduto do Chá, sua relação espacial e visual com a Praça do Patriarca foi alterada significativamente.

b - Rua Libero Badaró e Rua São Bento:

A consolidação do Centro Velho como pólo preferencial de serviços em São Paulo atingiu as duas importantes vias do antigo Triângulo. Aos poucos os edifícios ecléticos do período anterior foram sendo substituídos por outros em concreto armado que dispensavam a ornamentação das fachadas e que iam restringindo apenas ao pavimento térreo a atividade comercial.

Anteriormente responsáveis pela ligação norte-sul do centro, com o Novo Anhangabaú, passaram a ser responsáveis pela ligação apenas no Centro Velho. Apesar do crescimento e da consolidação de usos no Centro Novo, como espaços tradicionais do antigo tecido, continuaram tendo privilégio na dinâmica urbana terciária.

c - Avenida São João e Praça Antonio Prado:

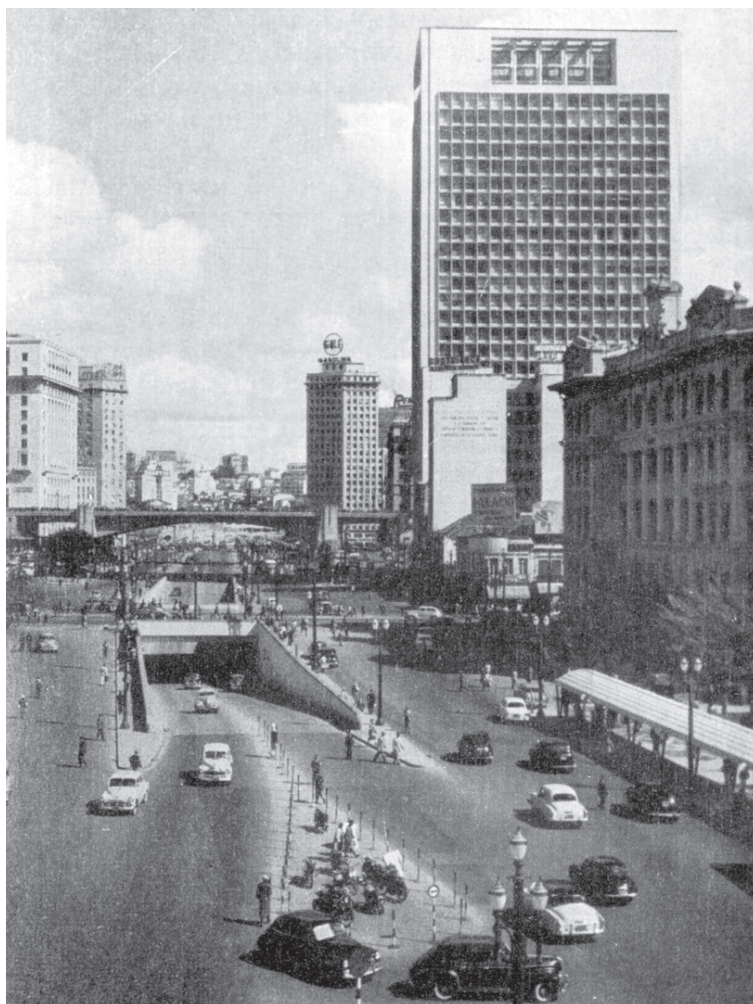
As anotações pertinentes às ruas São Bento e Libero Badaró quanto ao uso também valem para o percurso da Avenida São João, que, com a reforma do Vale do Anhangabaú, foi alargada e ganhou, no entroncamento com o Vale, uma passagem subterrânea destinada ao tráfego de automóveis que ficou conhecida como o “buraco do Adhemar”, em alusão ao prefeito paulistano.

O entorno da Praça Antonio Prado, estendido até a Rua Boa Vista, Libero Badaró e São Bento, constituiu o principal pólo financeiro

[77] Parque do Anhangabaú com a passagem subterrânea da Avenida São João e o Viaduto do Chá. Nessa imagem, do início da década de 1950, os edifícios modernos que transformariam a feição do centro da cidade já podem ser vistos. Em destaque, o Edifício SBI - Esplanada de Lucjan Korngold, inaugurado em 1946.

[78] Tráfego de automóveis na Avenida São João, vista das proximidades do cruzamento com a Rua Líbero Badaró, por volta de 1950.

[79] Avenida São João na altura da Praça Antonio Prado onde se avistam os novos edifícios que a caracterizaram como pólo financeiro - Edifício Martinelli, BANESPA e Banco do Brasil, ainda em construção.



[77]



[78]



[79]

de São Paulo, responsável pela ênfase à atividade de serviços no Centro Velho, abrigando alguns dos edifícios mais representativos do crescimento econômico e urbano de São Paulo: o BANESPA e o Banco do Brasil, ao lado do Martinelli que ainda permanecia como grande símbolo da cidade.

#### d - Praça da Sé:

A idéia protagonizada por Bouvard e defendida pelas primeiras décadas do século XX de construir na Sé o Centro Cívico e Paço Municipal de São Paulo não vingou; ao invés, foi proposta a construção de uma nova catedral e da nova praça lindeira compatíveis com a escala da cidade já no início do século XX. Assim, a Sé pôde consolidar-se como a principal praça do centro da cidade e seu uso diversificado ao mesmo tempo atestava e incentivava essa situação.

No período analisado, a planta da praça não sofreu nenhuma alteração, ao contrário de seu entorno. A comparação das plantas entre 1930 e a década de 1950 mostra a grande alteração na vertente leste do Centro Velho, contrariando o movimento da primeira planta, em direção oeste.

Como parte do Plano de Avenidas, na década de 1940, foi aberta a Praça Clóvis Bevilácqua e promovido o alargamento do Largo 7 de Setembro e da Praça João Mendes. Pode-se observar também a ocupação dos lotes da face leste da Praça.

Pela sua centralidade e por suas amplas dimensões, na Praça da Sé observava-se a maior diversidade de usos e atividades de

toda a colina histórica; inúmeros estabelecimentos comerciais, de serviços (bares, restaurantes, escritórios, bancos, teatro, cinema) e administrativos, a presença da Catedral Metropolitana e, ainda, sua apropriação como estacionamento de automóveis, parada de carros de aluguel e dos transportes coletivos conferiam-lhe relevância metropolitana sob quaisquer aspectos.

Após essas transformações a Sé teve reforçada, ainda, a sua permanência no tecido urbano como a principal chegada no Centro Velho a partir dos bairros da região sudeste da cidade.

#### e - Praça da Bandeira:

A implantação da Praça da Bandeira é ilustrativa da transformação da escala do fluxo urbano na capital; para acomodar a metrópole em construção, era necessário, de acordo com as iniciativas e políticas da época, um grande entroncamento, constituinte de um local nobre no centro, adequado para a implantação do Paço Municipal que nunca se concretizou.

A inserção da escala metropolitana e do cotidiano industrial na vida urbana de São Paulo determinaram a alteração do espaço construído assim como o desenvolvimento da economia cafeeira havia desenhado a cidade à feição européia anos antes. Por essa paridade é que podemos comparar o papel urbano da Praça da Bandeira à Praça do Patriarca: um desafogo no tráfego viário, a oferta de um espaço público privilegiado do ponto de vista da localização e a construção dos limites dessa área livre a partir da



[80]



[82]

[80] Inauguração da nova Catedral da Sé, ainda inacabada, em 1954. Observar o elevado gabarito do entorno.

[81] Área deixada vaga pela demolição da antiga Igreja da Sé por volta de 1940. À direita, o edifício da Caixa Econômica Federal. Assim como quando da demolição das construções do Vale do Anhangabaú, a nova área desocupada da Praça da Sé também se transformou, rapidamente, em estacionamento.

[82] Praça da Bandeira em meados da década de 1950.

[83] Vale do Anhangabaú e Praça da Bandeira no início da década de 1950.



[81]



[83]

estética representante do “progresso” em cada momento.

A implantação da Praça da Bandeira é também ilustrativa do modo como São Paulo foi construída; repetidos foram os planos urbanos que procuravam solucionar seus problemas e repetidas foram as ocasiões em que foram descartados pelo processo político - administrativo. Concebida como o grande centro cívico que a cidade nunca concretizou, acabou sendo ocupada como um grande estacionamento às portas do centro.

As estreitas vias e os pequenos casebres do Piques deram lugar a avenidas e áreas de circulação compatíveis com a escala metropolitana que São Paulo procurava. Mais uma vez não havia mais lugar para os resquícios da São Paulo antiga; o tecido urbano foi totalmente transformado em uma grande praça cujo entorno, até as imediações da Rua Maria Paula, voltado para o centro foi todo reconstruído, enquanto sua face posterior não obteve do poder público nenhum incentivo para transformação, como atesta a estrutura fundiária da planta de São Paulo. Entre a Rua Maria Paula e o Vale do Anhangabaú, houve a completa transformação do tecido; na área correspondente ao bairro da Bela Vista, permaneceram os pequenos lotes e construções simples.

A própria definição do entorno a ser analisado já indica como o uso religioso perdeu, definitivamente, a relevância no cotidiano urbano e saiu da lista dos programas a serem contemplados na construção do Centro Novo.

Por outro lado, a infra-estrutura para a circulação viária passou

a figurar como prioridade nas questões urbanas, tanto dentro do perímetro do centro, quanto na solução de seus acessos, apresentando-se como símbolo do progresso e do dinamismo de São Paulo.

Nesse momento do crescimento da cidade podemos observar o declínio do espaço público como premissa na construção do espaço urbano: enquanto no período anterior, as grandes intervenções procuravam desenhar os espaços públicos de São Paulo [Parque Anhangabaú e Parque da Várzea do Carmo], agora, passam a sacrificá-lo para a implantação da infra-estrutura metropolitana, como é o caso do Vale do Anhangabaú.

Quanto às atividades centrais, podemos constatar o deslocamento do comércio e dos serviços de luxo para o Centro Novo, deixando à antiga colina a especialização em alguns setores como o financeiro e o comércio específico de alguns bens e produtos. No entorno mais próximo à Praça do Patriarca, a predominância das atividades de comércio e serviços apresenta-se como a principal característica urbana. O número cada vez maior de edifícios de escritórios e bancos confirma a tendência da especialização da área central. Os estabelecimentos comerciais que não migraram para o Centro Novo, como a Casa Fretin, valiam-se do intenso movimento de pessoas e da tradição de seus estabelecimentos.



[84] Esquina da Praça do Patriarca com a Rua Líbero Badaró, 1930.



[85] Campanha para arrecadação de fundos para a Revolução de 32 na Praça do Patriarca.

[84]



[86] Tumulto em um dia de semana na Praça do Patriarca às vésperas da revolução de 32.

[86]



[87] Concentração de combatentes constitucionistas na Praça do Patriarca. O local nobre com estabelecimentos comerciais frequentados pela elite cedia espaço às questões políticas que envolviam a cidade, transformando o caráter da Praça.



Nas imagens ao lado pode-se observar a relevância da Praça do Patriarca como local público de manifestações políticas. As imagens da Revolução de 32 apontam a Praça do Patriarca como um dos locais preferidos pelos combatentes para promover seus ideais e conquistar a opinião pública.

[87]

## 2.2.2 - A Praça do Patriarca e as transformações da área central

As transformações urbanas e políticas nas décadas assinaladas não deixaram ileso a Praça do Patriarca. Se, por um lado, a “travessia do viaduto” do Mappin tirou da Praça parte da sua agitação e importância comercial; por outro, a instalação da Galeria Prestes Maia devolveu-lhe o prestígio para com a elite cultural da cidade. Assim, apesar das reformas e das mudanças políticas e sociais, a Praça manteve-se como ponto de encontro e de caminhos no centro da cidade.

Para uma análise mais detalhada do papel da Praça do Patriarca no espaço urbano do período apontado é necessária uma divisão cronológica; a primeira, durante a década de 1930 e, em seguida, após a implantação do Plano de Avenidas e a reformulação de alguns espaços públicos centrais.

A concentração cada vez maior de atividades em torno do antigo Triângulo e os acontecimentos políticos da década de 1930 reforçaram a presença dos espaços públicos centrais no cotidiano urbano paulistano. Os debates e manifestações anteriores e conseqüentes à Revolução de 30 ou à Revolução Constitucionalista de 32 tiveram como palco principal os espaços públicos centrais, preferencialmente o Largo São Francisco, a Praça da República e a

Praça do Patriarca. O Largo São Francisco continuava como espaço referencial urbano pela presença da Faculdade de Direito e seus alunos, que ajudavam a promover as mais incisivas manifestações políticas, porém, não mais pela importância de seu uso religioso; a Praça da República, no Centro Novo, como sinal dos novos modelos desprendidos da aristocracia cafeeira e, finalmente, a Praça do Patriarca por ser um dos poucos espaços significativos do velho centro de uso predominantemente secular e ponto de articulação e cruzamento da maioria dos percursos do centro.

As imagens a seguir mostram como algumas manifestações e campanhas da época elegeram a Praça do Patriarca um dos principais pontos de seus movimentos. O depoimento de um antigo funcionário do Mappin também confirma a Praça como espaço relevante dos acontecimentos políticos:

*“Foram dias de sobressalto para o país [sobre a Revolução de 1930] e, naturalmente, também para o Mappin. Havia comícios todos os dias e, às vezes, também tiroteios. “*

*“A revolução estourou no dia 9 de julho e, por um bom tempo, o Mappin, como grande parte do comércio da cidade, foi forçado a fechar suas portas. (...) O Mappin demorou ainda mais do que as outras casas, porque se encontrava em uma zona de distúrbios.”<sup>117</sup>*

Com o arrefecimento dos embates políticos, aos poucos, o cotidiano urbano foi voltando à antiga rotina; os estabelecimentos comerciais voltaram a funcionar regularmente e a alta sociedade paulistana voltou a frequentar os salões e cafés do centro, entre eles o salão de chá do Mappin Stores e a Praça do Patriarca. No entanto,

117 - Depoimento de José Sobolewsky, antigo funcionário da loja *In ALVIM*, Zuleika M. F.. *Op. Cit.* p.91.



[88]



[89]

[88] e [89] Movimento de pessoas e veículos na Praça do Patriarca, década de 1930.

as transformações sociais e urbanas continuavam a ocorrer sem muito estardalhaço; no entorno da Praça foi significativa a mudança nos padrões de atendimento e vendas do Mappin; a partir de então, a loja passou a fixar os preços de suas mercadorias e a receber uma clientela mais variada, como atesta a passagem a seguir:

*“É sintomático que uma das primeiras decisões tomadas na loja, logo em seguida à revolução, por ordem de um daqueles diretores ingleses que periodicamente se instalavam em São Paulo - John Kitching-, tenha sido a de etiquetar os preços em cada um dos produtos expostos aos clientes. Tratava-se, aparentemente, de uma heresia do fato de o Mappin, uma loja tão fina, exibir os preços assim, no rosto do cliente... Mr. Kitching porém, intuía que novos tempos estavam por se instalar e, ao ordenar que se exibisse o preço de cada artigo - até alfinetes, fazia um primeiro aceno em direção a um público menos elitizado do que até então frequentara a loja.”*<sup>118</sup>

As mudanças, entretanto, não se concentraram apenas nas vendas. Em 1939, após vinte anos no edifício Barão de Iguape, o Mappin Stores mudou-se para a margem oposta do Viaduto do Chá, na Praça Ramos de Azevedo, acompanhando e incentivando o deslocamento das atividades centrais para o Centro Novo.

Assim, o antigo símbolo do progresso paulistano permaneceu fechado por toda a década de 1940 à espera das grandes transformações urbanas que marcariam o período e dariam novo fôlego à área:

*“O certo é que o movimento cessou, como por encanto, em frente ao grande edifício, e conseqüentemente em toda a melhor parte da Praça do Patriarca. Hoje, nu de qualquer cortina ou cor*

*de pessoas, o prédio permanece estático, frio, qual se fora um sepulcro em pleno coração da Paulicéia.”*<sup>119</sup>

No final da década de 1930 foi iniciada a implantação do Plano de Avenidas com profundos impactos na configuração espacial da Praça do Patriarca e nas suas relações urbanas com o entorno. Para melhor compreensão, elencamos as principais alterações a seguir:

a - Novo Viaduto do Chá:

*“O novo viaduto iria abandonar a posição excêntrica do antigo e colocar-se ao centro das duas praças das cabeceiras. Na Praça do Patriarca não houve danos; do lado do Teatro, isso significou o sacrifício de algumas palmeiras imperiais(...).”*<sup>120</sup>

Após a implantação do novo projeto do Viaduto, a Praça teve seu eixo de conexão deslocado para norte. Esse deslocamento, a partir da Praça do Patriarca, desvinculou-a, em parte, da Praça Ramos de Azevedo e consolidou-a como mirante para o novo centro. Ao invés de o Viaduto conectar dois espaços equivalentes, apenas suas chegadas, uma de cada lado do Vale, as praças ganharam mais relevância espacial em relação a seus entornos imediatos e passaram a ter maior comunicação com toda sua margem oposta.

Além disso, o projeto do novo Viaduto contava com duas galerias subterrâneas que conectariam suas duas cabeceiras (Praça Ramos de Azevedo e Praça do Patriarca) com a cota inferior do Vale, estabelecendo novas relações espaciais entre os diferentes níveis do Vale e suas margens.

118- *ibidem*.  
Sobre o papel dos magazines de preço fixo e seu efeito no comportamento social, ver SENNET, Richard - *Op. Cit.* p. 180 e PADILHA, Márcia. *Op. Cit.*

119- Crônica escrita no Diário Popular à época da mudança do Mappin *In* ALVIM, Zuleika M. F.. *Op. Cit.*

120- TOLEDO, Benedito Lima de.-*Op. Cit.*, 1989. p. 186.

[90] Comparação entre a implantação do Viaduto do Chá de 1892 e de 1936. Notar como o deslocamento do eixo do Viaduto altera a relação entre seus dois ancoramentos - a Praça do Patriarca e a Praça Ramos de Azevedo.

[91] Esquema de ligação Norte-Sul através do vale do Anhangabaú em 1930 e após a implantação do Plano de Avenidas.



[90]



[91]

b – Novo Vale do Anhangabaú, remodelação da Praça do Patriarca e abertura da galeria subterrânea:

A introdução da escala metropolitana no espaço urbano de São Paulo teve como um de seus principais elementos as grandes vias de caráter expresso e a conseqüente adequação de todo o antigo tecido.

Como uma praça central, antes responsável por importantes ligações entre o Centro Velho e o novo e entre a região sul e a região norte, a Praça do Patriarca também sofreu alterações significativas; a abertura dessas vias, principalmente no Vale do Anhangabaú, para o trânsito, diminuiu a importância desses pontos de conexão de menor escala, como era o caso da Praça do Patriarca.

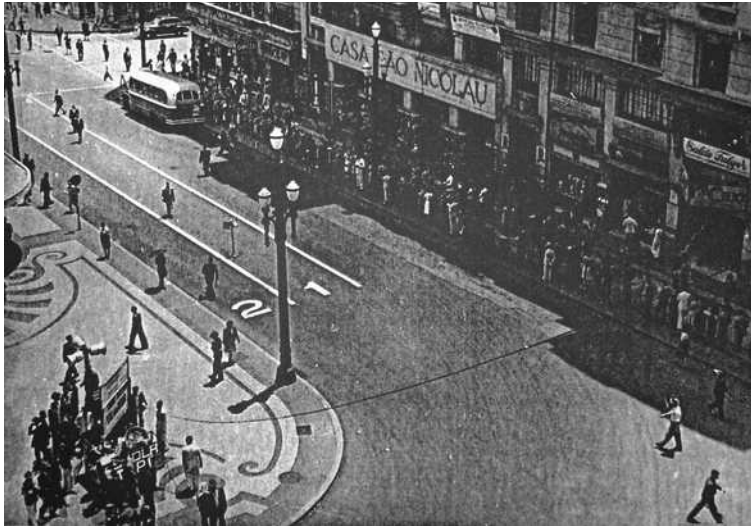
A nova estruturação viária que se propunha exigia a adequação de alguns pontos da antiga rede para que servissem como apoio ao sistema metropolitano. Em relação à Praça do Patriarca, foi necessária sua manutenção como importante parada do transporte coletivo e a manutenção da Rua Libero Badaró como via local paralela à ligação metropolitana Norte-Sul, realizando esta circulação apenas dentro da área do Centro Velho.

Na nova hierarquia viária e urbana em construção, a Praça não mais se encaixava como grande nó de articulação de fluxos. Para a função de conexão e distribuição do fluxo viário urbano, foram elaborados outros instrumentos e espaços, como a Praça da Bandeira. O papel dessa nova área do tecido urbano na estrutura viária metropolitana equivalia àquele que havia sido desempenhado

pela Praça do Patriarca em menor escala entre os dois centros; para a articulação do Sistema Y era fundamental a construção de um grande espaço capaz de organizar e separar os diferentes fluxos, justamente como havia acontecido ao antigo quarteirão do “Quatro Cantos”.

A inserção de equipamentos e espaços de alcance metropolitano (Avenida Anhangabaú e Praça da Bandeira) também representava um novo modo de ação e de possibilidades de ocupação do espaço urbano; acessos e conexões em diversos níveis, mais adequados à topografia do sítio urbano, e a interligação de diferentes pontos do tecido de modo a facilitar a circulação de pessoas e veículos foram responsáveis pela configuração dos novos espaços criados e pelas novas relações urbanas que se estabeleceram. A reforma da Praça do Patriarca ilustrou essa nova forma de construção do espaço urbano; o programa a ser atendido era o aumento da calha viária e a instalação da galeria de comunicação entre a Praça e o Vale do Anhangabaú que deveria aflorar no centro do quarteirão sob um abrigo coberto.

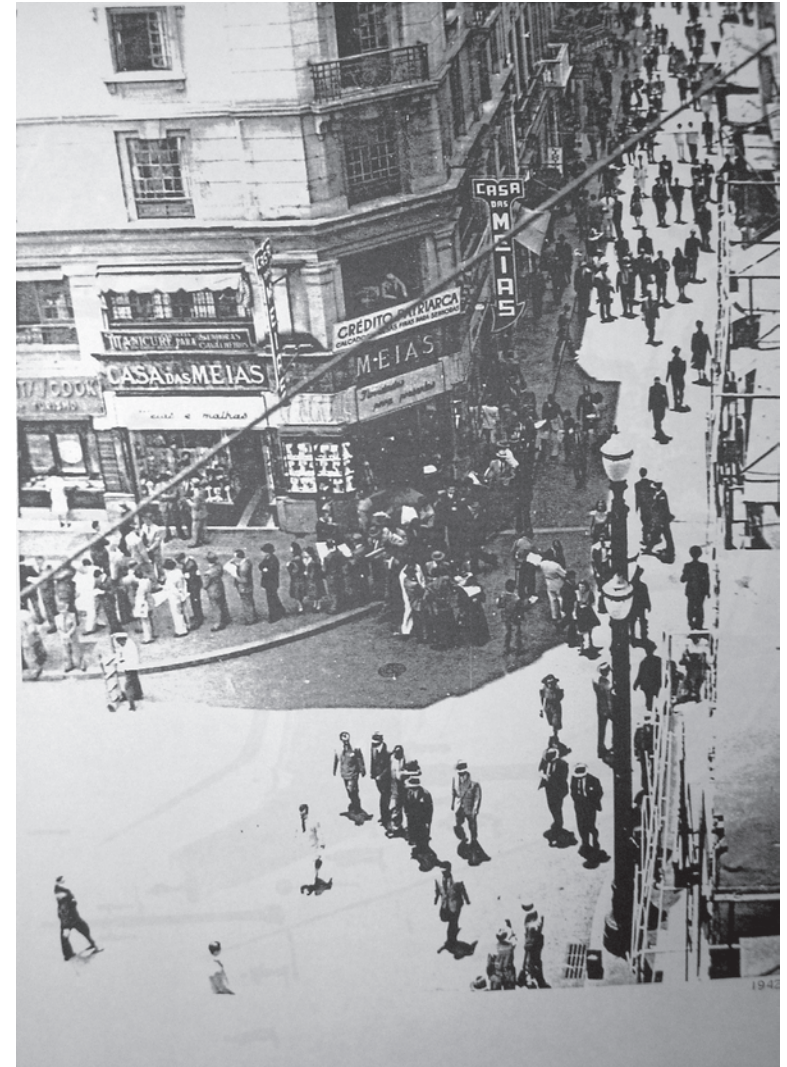
Sob a orientação do então prefeito, Prestes Maia, as mudanças na Praça obedeceram aos padrões estéticos modernos do Art-déco: a implantação da nova cobertura e a construção da galeria e seu acesso foram executados de linguagem totalmente diversa dos edifícios do entorno. Enquanto nos seus limites permaneciam exemplares da arquitetura eclética de inspiração francesa (Edifício Lutétia) e até da arquitetura colonial (Igreja de Santo Antonio), a Praça acompanhava o ritmo do progresso urbano da metrópole em desenvolvimento através de linhas racionais sem ornamentos.



[92]



[93]

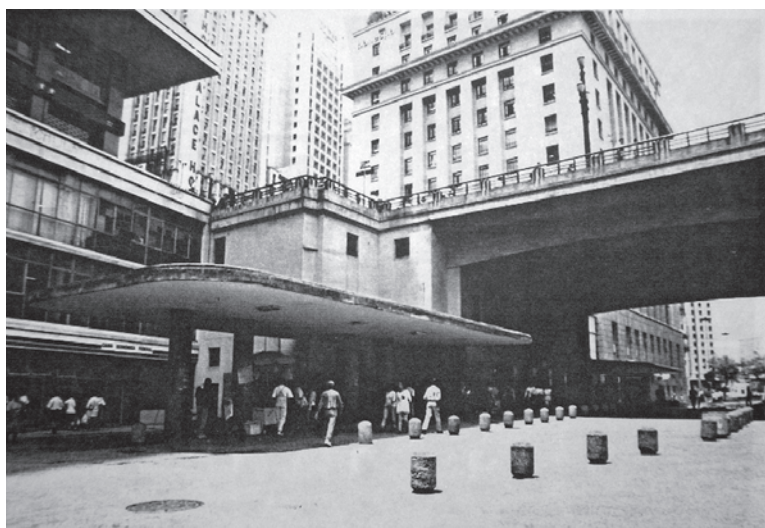


[94]

[92] Lado norte da Praça do Patriarca, 1948. Observar a fila à espera dos ônibus que tinham parada na Praça.

[93] Vista noturna da Praça do Patriarca a partir da Praça Ramos de Azevedo.

[94] Esquina da Praça do Patriarca com a Rua São Bento, 1948.



[95]



[97]



[96]



[98]

[95] Marquise sob o Viaduto do Chá, no Vale do Anhangabaú, ao lado do Edifício Conde de Prates.

[96] Praça do Patriarca na década de 1940. Apesar de todo o processo de expansão da mancha urbana e de deslocamento das atividades do Centro Velho, a Praça permaneceu como ponto referencial no espaço urbano devido a sua localização e a seu papel de articuladora de fluxos e percursos.

[97] Interior da galeria subterrânea Praça do Patriarca- acesso da Praça ao Vale do Anhangabaú.

[98] Praça do Patriarca, Viaduto do Chá e Praça Ramos de Azevedo. Notar a excentricidade da nova cobertura em relação ao eixo dado pelo Viaduto do Chá.





[99] Praça do Patriarca com a localização dos novos edifícios do entorno.

[100] Viaduto do Chá, Palacete Prates e Edifício Conde de Prates em construção. Ao fundo, os edifícios Saldanha Marinho e BANESPA

[99]



[100]

Apesar da alteração da conformação espacial da Praça causada pela instalação da cobertura do acesso e da diminuição da área pedestrianizada, a principal mudança foi a abertura do acesso ao Vale do Anhangabaú; ao contrário da galeria equivalente entre a Praça Ramos de Azevedo e o Vale, que nunca foi utilizada, a galeria da Praça do Patriarca foi determinante nas novas relações urbanas que se estabeleceram. A nova Avenida Anhangabaú, comportando o tráfego norte/ sul da cidade, necessitava da conexão direta com a colina histórica, afirmando a galeria como novo equipamento necessário ao funcionamento metropolitano e, então, inserindo a Praça do Patriarca na estrutura da metrópole.

Logo após sua abertura, uma galeria de arte foi ali instalada, reforçando a Praça ponto importante no cotidiano urbano da elite paulistana. Assim, apesar da saída do Mappin, a Praça permaneceu como importante ponto de encontro do centro, tanto por sua localização quanto pela presença da galeria:

*“Os artistas plásticos de São Paulo passaram a contar, a partir de 1940, com a galeria para exposições denominada ‘Almeida Júnior’, localizada sob o novo Viaduto do Chá, na passagem subterrânea que comunica a Praça do Patriarca com o Vale do Anhangabaú.”*<sup>121</sup>

c - novos edifícios do entorno:

Através da comparação das plantas de 1930 e de 1950 podemos observar a transformação de alguns edifícios do entorno da Praça. O deslocamento da atividade comercial em direção ao Centro Novo,

como havia preconizado a mudança do Mappin, abriu espaço, como em todo o Centro Velho, para a ampliação e consolidação do setor de serviços. A substituição dos edifícios em torno da Praça do Patriarca acompanhou esse movimento; as ilustres casas comerciais que haviam feito da Praça ponto referencial do comércio elegante de São Paulo deram lugar aos mais modernos edifícios de escritórios e serviços.

A antiga construção que abrigava o Mappin finalmente deu lugar, em 1956, ao Edifício Barão de Iguape dos arquitetos Jacques Pilon e Giancarlo Gasperini e passou a funcionar como sede do Banco Unibanco; a esquina das ruas Libero Badaró e Dr. Falcão deu lugar ao Hotel Othon; em 1938, com a nova implantação do Viaduto do Chá surgiu o Edifício Matarazzo, projeto do arquiteto italiano Marcello Piacentini, como sede das indústrias Matarazzo e logo em seguida, em 1947, como o Banco do Estado de São Paulo. Na planta há a marcação do lote onde estava sendo erguido o Edifício Conde de Prates.

Analisando os novos edifícios, podemos notar a maior complexidade conferida ao espaço urbano, a suas funções e atividades; as novas construções, com diversos acessos em diferentes níveis, demonstram a sofisticação e a especialização das novas obras e o desenvolvimento da atividade terciária sobre o comércio nesta área do centro, dialogando com a escala pretendida ao Vale do Anhangabaú e seu entorno.

1\_ Edifício das Indústrias Reunidas Matarazzo, projeto de Marcello Piacentini (1938) com acesso pelo Vale do Anhangabaú e pela Rua Dr. Falcão e Viaduto do Chá. A sede das indústrias

121- BRUNO, Ernani Silva. *Op. Cit.*, 1954. p.1379.



[101]

[101] Edifício Matarazzo ao centro e o prédio da Companhia Paulista de Seguros ao fundo, na Rua Libero Badaró.

[102] Edifício Conde de Prates a partir do Viaduto do Chá.

[103] Anúncios de elementos e insumos para construção divulgando o Edifício Conde de Prates como símbolo de modernização e eficiência técnica.

[104] Edifício Barão de Iguape.



[102]



— Turbinas  
— Registros  
— Aparelhos  
para  
instalações do  
Edifício  
"Conde de  
Prates" foram  
fornecidos  
pela

**METALÚRGICA ALBION S. A.**

Fábrica e Escritório:  
RUA ALBION, 202 — FONES: 5-6421 e 5-6283  
END. TELEGRÁFICO "ALBION" - S. PAULO

O JARDIM SUSPENSO  
do Edifício "Conde de Prates"

Int executado pelo  
**FLORICULTURA CENTENÁRIO**  
JOÃO RECKERS

Escritório e Chácara:  
RUA JOÃO LOURENÇO, 700 — FONE: 8-1202  
SAO PAULO

No Edifício  
"Conde de  
Prates" foram  
instaladas as  
atômicas

**VALVULAS "HYDRA"**

**METALÚRGICA MAR S. A.**  
SÃO PAULO: AV. ENGEL FERTANA, 188/188  
Tel.: 24-4175 (Rede interna) - End. Teleg.: "MARHYDRA"  
RIO DE JANEIRO: RUA FRIE CANECA, 55  
FONE: 22-6026

[103]



[104]



Matarazzo foi construída por ocasião da substituição do Viaduto do Chá. A liberação de uma faixa de terreno em área tão nobre, onde antes aportava a velha ligação, despertou a atenção do Grupo Matarazzo que contratou o arquiteto italiano para projetar o “maior edifício em mármore travertino do mundo”. Cravado na encosta do Vale, o Edifício aproveitou-se da sua localização para abrigar os três acessos já citados, em cotas diferentes. Apesar de identificado com os padrões modernos da década de 1930, o edifício tem proporções totalmente diversas de seus vizinhos; enquanto as novas construções que se seguiriam tinham a torre norte-americana como modelo, o Edifício Matarazzo ainda lembrava as construções do início do século por seu modesto gabarito e pelo grande embasamento.

(A partir de 1947, o Edifício passou a abrigar o Banco do estado de São Paulo – BANESPA).

2\_ Edifício Conde de Prates, projeto do arquiteto Giancarlo Palanti. O local que abrigava o antigo Automóvel Clube, no Palacete Prates, cedeu lugar ao edifício de 36 pavimentos com acessos pelo Vale do Anhangabaú, por um terraço sobre o Vale a partir do Viaduto do Chá e pela Rua Libero Badaró. Assim como Edifício Matarazzo, o Conde de Prates utilizava-se da localização na encosta do Anhangabaú para promover os três acessos distintos, por cotas diferentes.

Com o Edifício CBI- Esplanada, nos limites da Praça Ramos de Azevedo, o Conde de Prates foi responsável por dar ao Vale do Anhangabaú e à Praça do Patriarca nova escala. O conjunto das grandes avenidas implantadas no Vale e dos novos arranha-céus modernos concretizavam o potencial da metrópole em formação e

passaram a caracterizar o antigo Parque do Anhangabaú, não mais como um espaço paulistano, mas como o reflexo do desenvolvimento industrial e financeiro regional.

Prova disso, é a quantidade de anúncios que se seguiram à conclusão da execução do Conde de Prates; periódicos da década de 1950 anunciavam freqüentemente toda sorte de produtos que haviam sido utilizados na construção do edifício - de bombas hidráulicas a cortinas - tudo era reconhecido como o grau máximo da modernização e da industrialização urbanas.

3\_ Edifício Othon Palace Hotel, inaugurado em 1954, incrementou a atividade de serviços estabelecida na Praça do Patriarca e reafirmou-a como lugar de uso da elite paulistana.

4\_ O Edifício Barão de Iguape surgiu logo após o Conde de Prates, também dando nova configuração espacial à Praça e às relações espaciais com seu entorno através do acesso distribuído entre as duas entradas da Rua Direita e outra pela Rua da Quitanda e o elevador gabarito de quase cem metros de altura (33 pavimentos).

O local que havia sido primeiramente ocupado com o Sobrado do Barão de Iguape e depois com o edifício projetado por Ramos de Azevedo que abrigou o Mappin Stores permaneceu algum tempo - entre a saída do Mappin (1939) e o início da década de 1950 - vazio, como se esperasse a definição espacial do entorno. O projeto executado dos arquitetos Jacques Pillon e Giancarlo Gasperini, em 1956, para a nova sede do Grupo Unibanco dava nova configuração ao eixo formado pela Rua Barão de Itapetininga, Viaduto do Chá e Praça do Patriarca. A inserção da torre de 33 pavimentos no limite

[105] Intenso fluxo de carros e pedestres em direção à Praça do Patriarca. À esquerda, os tapumes da construção do Edifício Conde de Prates e à direita, o Hotel Othon também em construção. Observar a utilização do antigo edifício do Mappin Stores como propaganda.



leste da Praça finalizava o eixo de ligação entre as duas margens do Anhangabaú e dava nova escala à Praça do Patriarca.

Com a transformação de seu entorno, evidentemente, a Praça do Patriarca teve seu papel original no tecido urbano alterado. Antes importante ponto comercial e principal articulação de fluxos na área central, nesse período, passou a se caracterizar pelo uso predominante de serviços, acompanhando o movimento em todo o Centro Velho. Em relação ao funcionamento e aos fluxos urbanos, perdeu importância para pontos de desafogo de maior capacidade como a Praça da Bandeira ou a Avenida Anhangabaú, ficando responsável apenas pelas conexões dentro do centro e não mais pelos deslocamentos que atravessavam o território urbano.

No entanto, a inserção da escala metropolitana não extinguiu a escala regional intermediária sobre a qual a Praça atuava no espaço urbano; sua privilegiada localização e a diversidade de atividades presentes em seu entorno continuaram a determinar seu caráter de relevante ponto de encontro de pessoas e fluxos no espaço urbano central. A instalação da Galeria Prestes Maia teve papel importante na consolidação da Praça como espaço referencial no centro e no cotidiano urbanos, destacando-se como importante ponto de encontro, manifestações e debates, como atestam os depoimentos a seguir:

*“Foi a minha praça favorita, porque lá eu encontrava os amigos e os meus ídolos da época que eram os jogadores de futebol do time que eu torço, o São Paulo Futebol Clube. O encontro se dava na banca de jornais do Nando, junto a entrada da Galeria*

*Prestes Maia. Vários jogadores do São Paulo eram assíduos frequentadores da banca, pois, o Nando era são-paulino, e eu ainda menor de idade ficava ouvindo o bate-papo deles por horas. Os mais assíduos eram: Bauer, Mauro, Canhotoiro.*

*Depois de algum tempo, todos se dirigiam a um bar bem no início da rua da Quitanda, enorme, mas com pouca iluminação, lá tomavam cafézinhos, e depois retornavam à praça para mais uma rodada de bate-papo!”*<sup>122</sup>

*“Entre em contato com os anarquistas quando morava no Belém. Eu trabalhava num jornal, no centro da cidade e, na época, política se discutia em praça pública. Havia um centro de debates localizado na Galeria Prestes Maia, na Praça do Patriarca, onde comparecia o pessoal do Partido Comunista, do Partido Socialista, o pessoal anarquista, o pessoal sindicalista sem partido e até integralistas apareciam lá, para expor seus pontos de vista. Se discutia tudo. No fundo, era incrível essa Galeria Prestes Maia, tinha um papel de universidade. Era no meio da rua, tinha a Galeria e junto à Galeria se reuniam os grupos e se formavam centros de debates políticos. (...) Em geral, essa a forma de lazer do pessoal, depois do trabalho, aos sábados, domingos.”*<sup>123</sup>

122- BEL, Turan. *Praça do Patriarca década de 50*. [online] Disponível na Internet via <http://www.saopaulominhacidade.com.br/list.asp?ID=288>.

[Mauro e Canhotoiro integraram o time Campeão Paulista de 1957 do São Paulo Futebol Clube, que também contava com De Sordi, Poy, Sarará, Riberto, Vítor, Maurinho, Amauri, Gino, Zizinho e com o técnico Bella Guttman; Bauer já jogava no clube durante a década de 1940 ao lado de Leônidas da Silva]

13- TRAGTENBERG, Maurício. *Memórias de um autodidata no Brasil*. Organizado por Sonia Alem Marrach. São Paulo: Escuta, FAPESP, UNESP, 1999. p. 36.



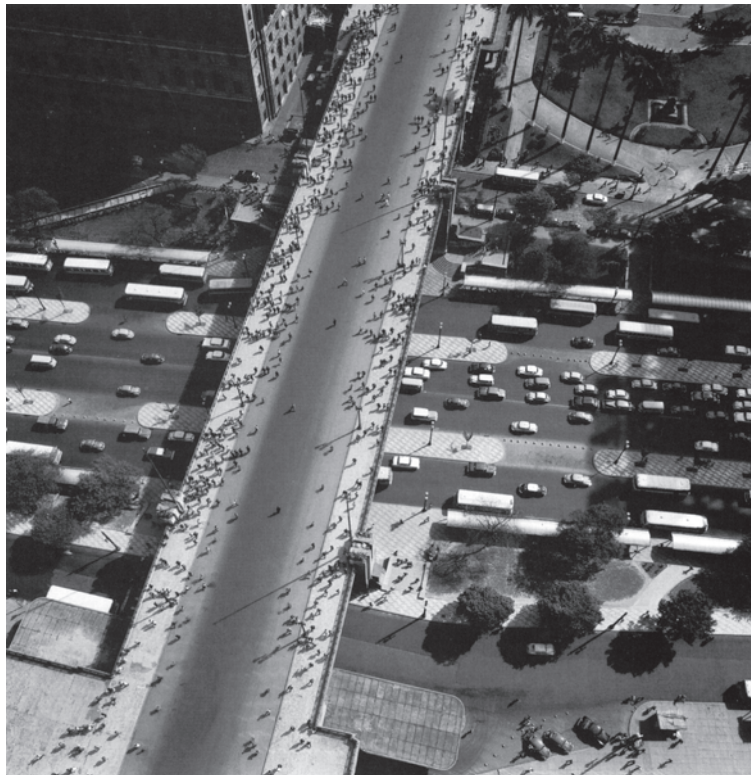
Levantamento Aerofotogramétrico  
 GEGRAN, 1972.  
 Praça do Patriarca e área central de São  
 Paulo  
 escala 1:5.000



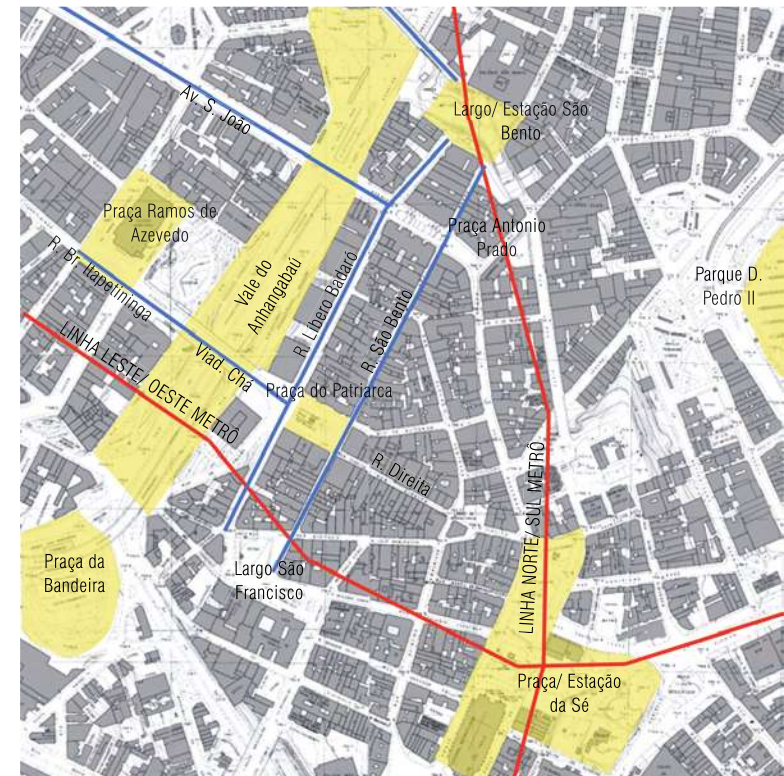


[106] Viaduto do Chá e Vale do Anhangabaú, década de 1960. A partir da implantação do Plano de Avenidas de Prestes Maia, o centro da cidade havia se tornado o grande nó dos fluxos viários metropolitanos.

[107] Croqui sobre a base GEGRAN indicando os principais espaços públicos do entorno que exercem ou sofrem influência da Praça do Patriarca. Observar a inserção das linhas e estações do metrô.



[106]



[107]

## 2.3 - A Praça do Patriarca nas décadas de 1960 a 1990

O surgimento de novas centralidades e a decadência das atividades e dos espaços urbanos centrais

### 2.3.1 – O entorno da Praça do Patriarca e as transformações da área central

Assim como no período anterior, o desenvolvimento metropolitano, neste caso caracterizado pelo predomínio da atividade terciária e pelo esgotamento da estrutura física da cidade, também redefiniu relações espaciais e funcionais no território; mais uma vez, então, houve alteração na base de análise do entorno da Praça do Patriarca. Nas décadas anteriores, o deslocamento do centro para oeste e a obsolência dos espaços religiosos traduziam o novo cotidiano urbano; nesse período, a definitiva inserção da escala metropolitana no território e nas suas atividades caracterizaram as alterações no modo de vida urbano e na configuração espacial observados no centro.

Nesse período de análise, podemos notar a fragmentação da área central, um micro-zoneamento no qual algumas áreas continuaram privilegiadas e outras foram preteridas em função do desenvolvimento de outras regiões da cidade, transformando significativamente o papel do centro histórico em relação à metrópole. Enquanto alguns pontos da área central assistiam a redução de suas atividades, outros alcançavam a escala metropolitana e regional; como exemplo, podemos citar a decadência assistida pelos antigos cinemas e pelo comércio antes bastante movimentado ao longo da Avenida

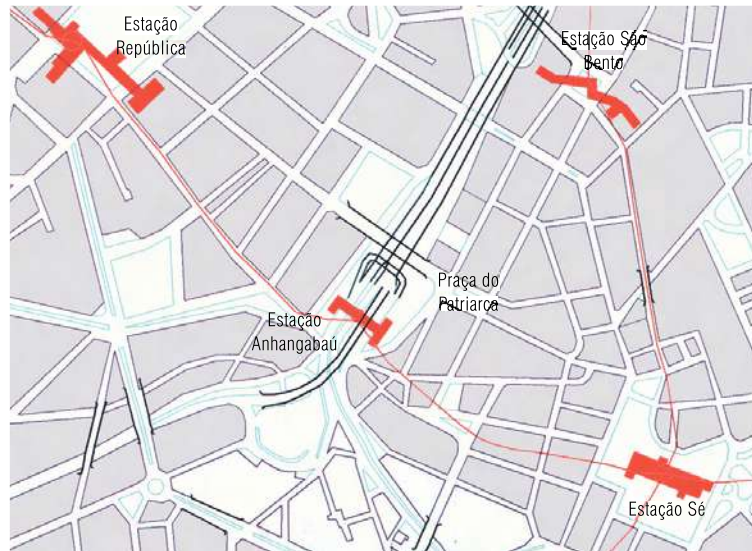
São João que foram desaparecendo aos poucos, enquanto o pólo financeiro da Rua Boa Vista e Praça Antonio Prado manteve-se como importante referência bancária regional; também as atividades do comércio atacadista e varejista no entorno da Rua 25 de Março firmaram-se com alcance inter-estadual.

Procurando restringir a análise ao entorno da Praça do Patriarca, serão consideradas apenas algumas mudanças do processo de consolidação da escala metropolitana do centro de São Paulo:

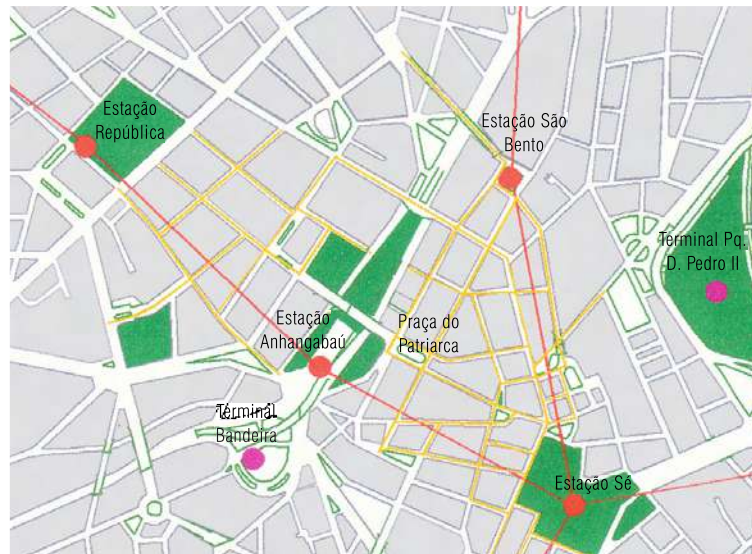
- consolidação da área central como ponto de convergência da rede viária radioconcêntrica implantada no período anterior e intensificação da verticalização da área central:

Paradoxalmente, a facilidade de acesso ao centro e dele para a periferia, acabou sufocando o modelo viário ao seu redor; o crescente fluxo de veículos congestionou as vias que não mais comportavam o acelerado crescimento da cidade. O Centro tornou-se o grande “nó” da articulação viária metropolitana sem capacidade para tal.

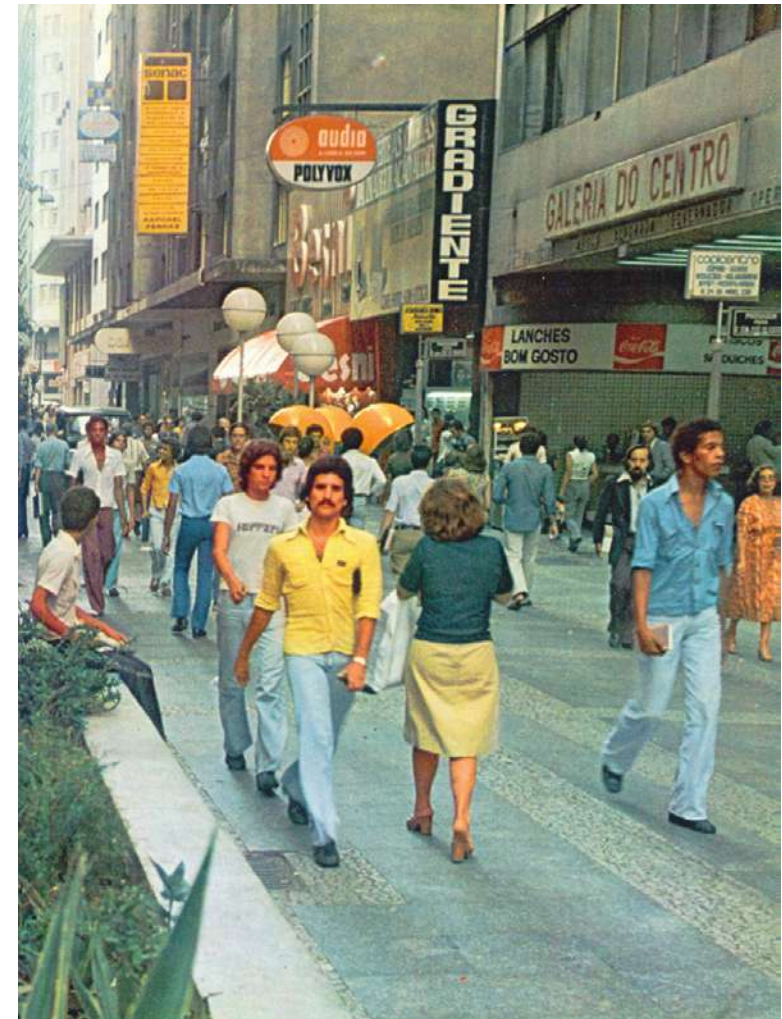
Como a área da cidade com maior concentração de atividades, o centro acompanhou o crescimento urbano com uma brutal e acelerada verticalização desde a década de 1950. Os primeiros arranha-céus do período anterior não mais se destacavam na



[108]



[109]



[110]

[108] Mapa com a localização das estações do Metrô e seus acessos no entorno da Praça do Patriarca. base: GEOLOG

[109] Calçadas e Terminais de Ônibus na área central no final da década de 1980. Notar como os principais pontos modais são conectados por vias exclusivas de pedestres. base: GEOLOG

[110] Calçada na área central no final da década de 1970.

paisagem, transformada numa vasta coleção de grandes edifícios.

- implantação da rede metroviária (Linha Norte/ Sul em 1975 e Linha Leste/ Oeste em 1979):

Apesar de estruturais, as mudanças ocorridas no espaço físico do centro nesse período não foram tão visíveis (salvo em alguns casos específicos, como na Praça da Sé e no Largo São Bento) como as mudanças do período de análise anterior. Enquanto a implantação do Plano de Avenidas deixava evidentes as transformações da vida urbana em São Paulo, nesse segundo momento, as alterações em curso tornaram-se mais perceptíveis quando observados os usos e as atividades realizadas em cada trecho da malha urbana.

As grandes obras viárias realizadas para, mais uma vez, adequar a cidade ao seu crescimento foram mais visíveis fora do perímetro do centro; em sua maioria procuravam resolver os acessos em larga escala da periferia (em todas as direções) ao centro, por isso, seus efeitos, dentro do perímetro central, não eram tão perceptíveis a partir das estruturas físicas; eram seus efeitos no uso do espaço e nas atividades centrais que as caracterizavam. O trecho da reportagem a seguir demonstra como as intervenções desse período, em especial a instalação do metrô, influíram na dinâmica metropolitana e nas atividades realizadas na cidade:

*“A partir do momento em que a linha Norte-Sul começou a funcionar, o movimento de vendas no centro antigo elevou-se espetaculosamente, em prejuízo dos setores que não contavam com infra-estrutura adequada e dependiam apenas do fator distância para promover suas vendas, como Santana. Reduzindo a distância, o metrô não apenas condenou os setores despreparados*

*como começa a restabelecer a prosperidade da área que foi o coração da antiga cidade.”*<sup>124</sup>

Em todos os pontos onde foram instaladas as estações do metrô houve, em maior ou menor grau, alteração física do entorno; no caso dos espaços públicos, as mudanças espaciais e nas atividades ali realizadas foram mais visíveis pois obedeciam ao processo generalizado de conversão dos espaços públicos em infra-estrutura de apoio ao sistema de transporte metropolitano.

Sobre os pontos mais próximos à Praça do Patriarca, a implantação das estações do metrô alterou significativamente percursos até então consagrados: entre o Largo São Bento e a Rua Xavier de Toledo, por exemplo, agora se poderia seguir ou pela Rua Libero Badaró, Praça do Patriarca e Viaduto do Chá, ou bastava uma baldeação de linhas do metrô sem precisar cruzar a pé o centro histórico, o que acabou modificando algumas relações espaciais consolidadas ao mesmo tempo em que sugeria novas possibilidades de relações entre os diversos pontos da malha central; o acesso às estações e o desenho da rede metroviária confirmaram também a possibilidade de aproveitamento do subsolo central para deslocamento ou até mesmo para a atividade comercial, como havia preconizado a Galeria Prestes Maia na década de 1940.

- implantação do sistema de calçadas na área central e do sistema de terminais de ônibus:

Além da transformação dos consolidados percursos de pedestres por todo o centro devido à instalação da rede de metrô, a implantação do sistema de calçadas e dos terminais de ônibus urbanos também

124- ESTADO DE SÃO PAULO. *Voltando ao Velho Centro*. 09/11/1975 [Arquivo Municipal de São Paulo]



[111]

[111] Planta do Vale do Anhangabaú antes da reforma de 1992, indicando a localização da nova linha do metrô Leste/Oeste.

[112] Corte do Vale do Anhangabaú em direção norte, indicando a implantação da Estação Anhangabaú do metrô. Notar como os desníveis do Vale são incorporados pela nova estação que possibilita outros percursos para o pedestre na área central.



[112]

deslocaram os principais pólos de atração para pedestres na área central e seus percursos, criando uma nova hierarquia entre os espaços centrais.

- reforma do Vale do Anhangabaú:

Como mais um efeito do acúmulo de veículos e fluxos pelo centro da cidade, na década de 1970, foram elaboradas diversas propostas para uma nova adequação do Vale do Anhangabaú. Vencedor do concurso de 1981, o projeto da equipe coordenada pelos arquitetos Jorge Wilhelm e Rosa Kliass foi implantado apenas no início da década de 1990 e concluído em 1992. O projeto consistia no rebaixamento da calha viária entre o Viaduto do Chá e o Viaduto Santa Efigênia e a construção de uma grande laje sobre o Vale, segundo os autores, uma grande praça.

a - Viaduto do Chá / Vale do Anhangabaú/ Praça Ramos de Azevedo:

Viaduto do Chá:

Apesar de toda a transformação nos fluxos do centro a partir da implantação do metrô e, posteriormente, dos terminais de ônibus, o Viaduto do Chá manteve-se como a principal ligação entre o Centro Velho e o Centro Novo, por onde, ainda hoje, passam aproximadamente um milhão de pessoas diariamente.

Apesar das intensas transformações de seu entorno, o Viaduto não sofreu nenhuma alteração em seu desenho original; apenas,

durante a década de 1970, devido ao grande tráfego viário da Avenida Anhangabaú e a dificuldade de sua transposição em nível pelos pedestres, foi instalada sob o eixo do Viaduto uma passarela que permitia a travessia direta sobre o Vale, procurando minimizar os então freqüentes acidentes de trânsito.

Somente após a pedestrianização do Vale, em 1992, a passarela foi removida.

Vale do Anhangabaú:

O acúmulo de pedestres e veículos que se utilizavam da principal ligação Norte-Sul da cidade acabou determinando sua obsolescência já na década de 1960, o que tornou o local alvo de inúmeras propostas e de um concurso de arquitetura.<sup>125</sup> Como um dos principais e mais significativos espaços centrais da metrópole, o Vale do Anhangabaú não poderia deixar de protagonizar as experiências e os debates urbanísticos durante todo o período analisado. Não cabe, aqui, nos debruçarmos sobre a complexidade e diversidade dos pontos e propostas levantados para o Vale; indicaremos apenas os efeitos das mudanças estruturais na área central.

A primeira intervenção foi a partir da implantação da linha leste-oeste do metrô com a execução da Estação Anhangabaú. A inserção do metrô no centro de São Paulo alterou, também, todo o sistema de circulação de ônibus; o Anhangabaú, como a principal via central, abrigava inúmeros pontos e terminais de ônibus em seu percurso; com a implantação do metrô, todo o sistema de ônibus foi

125- Para um estudo mais detalhado sobre as propostas para o Vale do Anhangabaú nesse período, ver: RICCA JUNIOR, Jorge. *Anhangabaú: construção e memória*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2003.

[113] Foto aérea do Vale do Anhangabaú,  
Viaduto do Chá e Praça do Patriarca,  
2000.



[113]

[114] Vale do Anhangabaú e Viaduto do  
Chá após 1992.



[114]

revisto, diminuindo sensivelmente o número de veículos e paradas por toda a área central.

A localização dos acessos do metrô, conectando as ruas Formosa, Xavier de Toledo, Anhangabaú e Dr. Falcão deslocou para o subsolo parte do fluxo entre as duas margens do Vale e incrementou o fluxo de pessoas nessas vias e seus entornos. No entanto, apenas a implantação da estação de metrô não foi suficiente para descongestionar o Vale e facilitar a travessia de pedestres; um concurso para um projeto para o Vale do Anhangabaú foi realizado em 1981, e teve como vencedor o projeto da equipe comandada pelos arquitetos Jorge Wilhelm e Rosa Kliass cujas obras foram concluídas apenas em 1992.

O projeto vencedor propôs o retorno do Vale do Anhangabaú como principal espaço público do centro; para tanto, seu leito viário seria rebaixado e coberto por uma grande laje pedestrianizada ao longo do trecho entre os viadutos do Chá e Santa Efigênia. No entanto, a recuperação do Vale para o passeio e o pedestre não tiveram os efeitos desejados; a apropriação do Vale não se realizou como previa o projeto e o Anhangabaú perdeu a vitalidade e a importância espacial no tecido urbano central; alguns estudiosos atribuem ao insucesso do projeto a ausência de conexões em desnível entre os diversos pontos das duas margens do Vale e a cota na qual foi implantada a nova praça.

Apenas o cruzamento do novo Anhangabaú com a Avenida São João, foi realizado em nível, suprimindo o antigo “Buraco do Adhemar” (passagem subterrânea para veículos da Avenida São João que atravessavam a antiga Avenida Anhangabaú); até mesmo

as galerias existentes no Viaduto do Chá, que poderiam contribuir para a conexão das diferentes cotas, permaneceram fechadas durante anos.

É interessante notarmos o esforço empreendido na conversão do uso e dos aspectos espaciais do Vale do Anhangabaú; o saturamento da infra-estrutura urbana cuja matriz inicial era o modelo rodoviarista implantado por Prestes Maia exigiu do poder público a procura por outras alternativas nos padrões de construção do espaço urbano. Ainda que a intervenção no Vale do Anhangabaú não possa ser considerada parte de um plano de alcance metropolitano ou regional, a transformação daquela que foi a principal artéria viária da cidade em uma grande praça apontava novas possibilidades de solução para os problemas estruturais da cidade.

Após a conclusão das obras do novo Anhangabaú, em 1992, durante a gestão da prefeita Luiza Erundina, o poder público municipal passou a investir na divulgação do centro como opção de lazer e passeio, promovendo shows e eventos culturais no Vale, como forma, também, de incrementar a apropriação do novo espaço. O projeto “Venha ao Vale”, elaborado pela Secretaria Municipal de Cultura, realizava shows musicais aos sábados, no Anhangabaú, com importantes nomes da música brasileira, procurando democratizar e diversificar a apropriação do centro.<sup>126</sup>

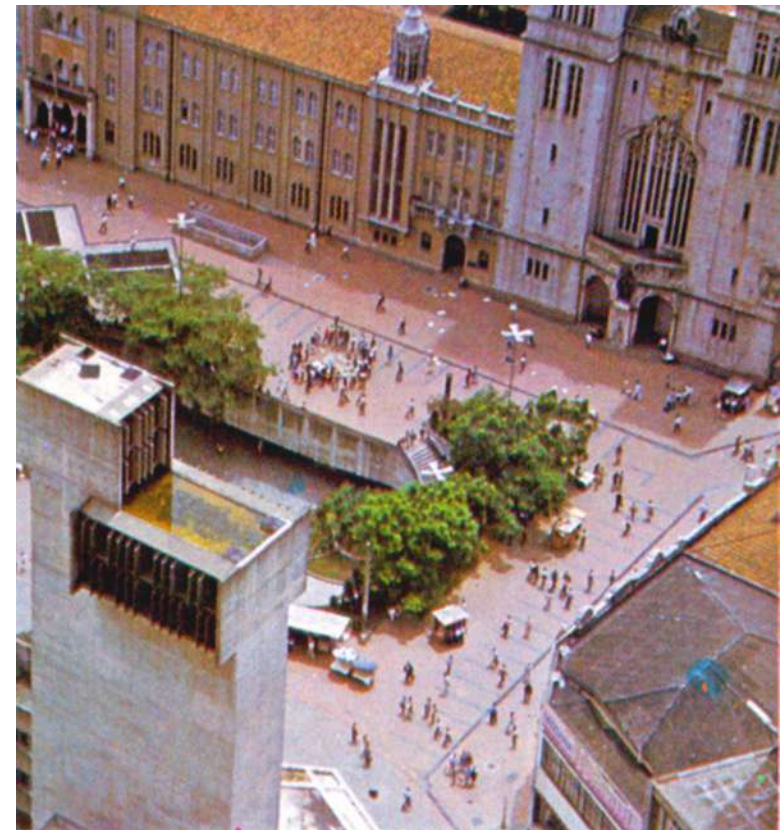
*“A proposta de atrair a população ao centro (aos finais de semana) para assistir aos shows musicais, de certa forma alcança seu objetivo de atrair uma gama diversificada de pessoas. Ainda que o evento cultural pudesse ser considerado um produto adaptado ao consumo de massas, foi levada à praça uma música*

126- Para saber mais, ver: ALVES, Glória da Anunciação. *Op. Cit.*





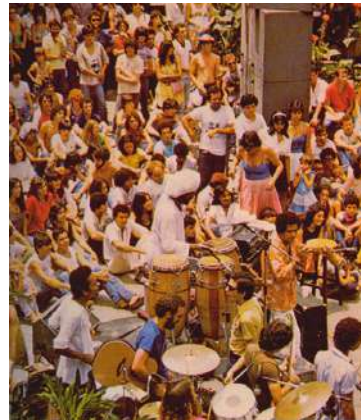
[115]



[118]



[116]



[117]

[115] Mapa do Largo São Bento e dos acessos à Estação de Metrô. base: GEÓLOG

[116] e [117] Estação do metrô São Bento durante a década de 1980.

[118] Largo São Bento após a implantação da estação do metrô.

*considerada de boa qualidade por uma classe possuidora de um melhor poder aquisitivo, que também comparecia ao evento. Deste modo, no Vale, podiam-se encontrar pessoas das mais diversas camadas da população.”*<sup>127</sup>

Assim, ainda que o projeto realizado no Anhangabaú tenha sido implantado de maneira equivocada, o poder público esforçava-se em reafirmar o centro tradicional como local de convívio e reunião públicos.

Praça Ramos de Azevedo:

Ao contrário de alguns pontos da área central que tiveram sua configuração espacial bastante alterada com a implantação da rede metroviária e do incremento na verticalização, como na Praça da Sé ou no Largo São Bento, a Praça Ramos de Azevedo não teve sua configuração espacial herdada do período anterior alterada significativamente.

Além disso, apesar do surgimento das novas centralidades mais especializadas e do deslocamento do comércio de luxo para outros pontos da malha urbana, o entorno da Praça Ramos de Azevedo manteve-se como um dos mais importantes pontos comerciais da cidade, provavelmente incrementado pela facilidade de acesso pelo metrô, como afirma Cordeiro:

*“O ponto-pico do Centro Principal Metropolitano de São Paulo, o ponto máximo de rendimento comercial por metro quadrado de área, a esquina de maior valor imobiliário, de maior concentração de pedestres e de maior movimento de trânsito na*

*Metrópole é o cruzamento da rua Xavier de Toledo com a Praça Ramos de Azevedo, na desembocadura do Viaduto do Chá, ponto obrigatório de passagem entre os Centros Tradicional e Novo, sendo o Mappin a loja de maior rendimento comercial da Metrópole.”*<sup>128</sup>

Por este trecho podemos perceber a relevância comercial das Lojas Mappin, que protagonizavam o comércio varejista paulistano desde o início do século XX até seu fechamento no final da década de 1990. Ainda como sinal de sua vitalidade comercial, em meados da década de 1990, a Praça Ramos de Azevedo assistiu a conversão do Edifício Alexander Mackenzie em um shopping center e a substituição do antigo Mappin pelo supermercado Extra.

b - Estação/ Largo São Bento – Rua Líbero Badaró e Rua São Bento:

Não seria exagero afirmar que, depois da Praça da Sé, o Largo São Bento foi o local da colina central mais alterado pela implantação do metrô. Após ver sua importância como espaço referencial no centro ser diminuída em função do surgimento e desenvolvimento de outros pontos, a partir da implantação do metrô, transformou-se na segunda maior estação em circulação de pessoas do centro.

Mais uma vez, o uso religioso perdeu importância para o modo de vida metropolitano e a circulação de pessoas passou a ser a principal característica do Largo São Bento. A sua nova relevância no sistema de transportes metropolitano contribuiu para a intensificação do movimento de pedestres e para a diversificação das atividades

127- ALVES, Glória da Anunciação. *Op. Cit.* p. 116.

128- CORDEIRO, Helena Kohn. *Op. Cit.* p.64.



[119]



[121]



[120]



[122]

[119] Praça da Sé durante as reformas para implantação da estação de metrô.

[120] Vista noturna da Praça da Sé, no início da década de 1980.

[121] Manifestação pelas Diretas-Já na Praça da Sé, década de 1980.

[122] Praça da Sé, final da década de 1980.

realizadas em seu espaço, que passou a abrigar bares, restaurantes e manifestações artísticas em função do intenso fluxo de pessoas e da sua nova configuração espacial.

Vale ressaltar, ainda, a relação direta entre o acesso pelo metrô e o comércio de grande escala realizado na Rua 25 de Março e suas proximidades.

Com a implantação da Estação São Bento, no antigo Largo foi aberto um grande vazio central limitado pelo Mosteiro São Bento e pela via de acesso entre a Rua Boa Vista e a Rua Libero Badaró. Apesar de ter desconfigurado espacialmente o Largo, essa intervenção abriu a possibilidade de uso do subsolo e procurou relacionar o nível subterrâneo do metrô com o nível da rua, numa tentativa de integrar ao máximo a infra-estrutura metropolitana à escala do pedestre.

A distribuição dos acessos da Estação em torno do Largo, ao mesmo tempo que fomentou as atividades pré-existentes, deu novo fôlego a uma área do centro que assistia a sua decadência em privilégio de outras áreas da cidade. A partir da localização destes acessos, como se pode observar em planta, as ruas Libero Badaró e São Bento também foram favorecidas pelo grande fluxo de pedestres, o que depois seria constatado e incentivado pela pedestrianização da Rua São Bento.

c - Praça da Sé/ Estação da Sé:

Em 1978 com a inauguração da Estação Sé do metrô, foi

inaugurada também a nova Praça da Sé. A caracterização do local da Praça como grande nó de circulação (tanto de veículos, quanto de pessoas) confirmou-se com a escolha da Sé como entroncamento das duas primeiras linhas de metrô de São Paulo, com expectativa de passagem de um milhão de pessoas todos os dias.

Além de ser fundamental no sistema de circulação metropolitano, consolidou-se também como espaço preferencial de manifestações políticas e religiosas na Grande São Paulo cujo exemplo clássico foi o grande comício pelas Diretas-Já no início da década de 1980. A presença de importantes edifícios do Sistema Judiciário aliada à consolidação do entorno da Sé como espaço religioso (Catedral Metropolitana, Igreja de São Gonçalo, Igreja do Carmo) acabou determinando uma mescla de usos incomum, que só fez reforçar a Praça como espaço referencial na metrópole.

No cotidiano urbano do centro, a Praça da Sé permaneceu como local privilegiado para as atividades de comércio varejista e de serviços ainda que alguns de seus edifícios mais significativos como o Palacete Santa Helena e o Edifício Mendes Caldeira tenham sido destruídos na sua ampliação. Helena Cordeiro confirma o novo papel da Praça da Sé após a implantação da estação de metrô:

*“(...) Esse conjunto do Poder Judiciário e a presença do Poder religioso com a Catedral da Sé e a Cúria Metropolitana mantém na nova praça da Sé a Cité metropolitana de São Paulo. A estação metropolitana, contudo, agora é o fato principal, roubando-lhes o destaque.”*<sup>129</sup>

A incorporação da Praça Clóvis Beviláqua, garantiu à nova Praça da Sé a pretendida escala metropolitana. Com dimensões inéditas

129- *ibidem*. p.140.



[123]

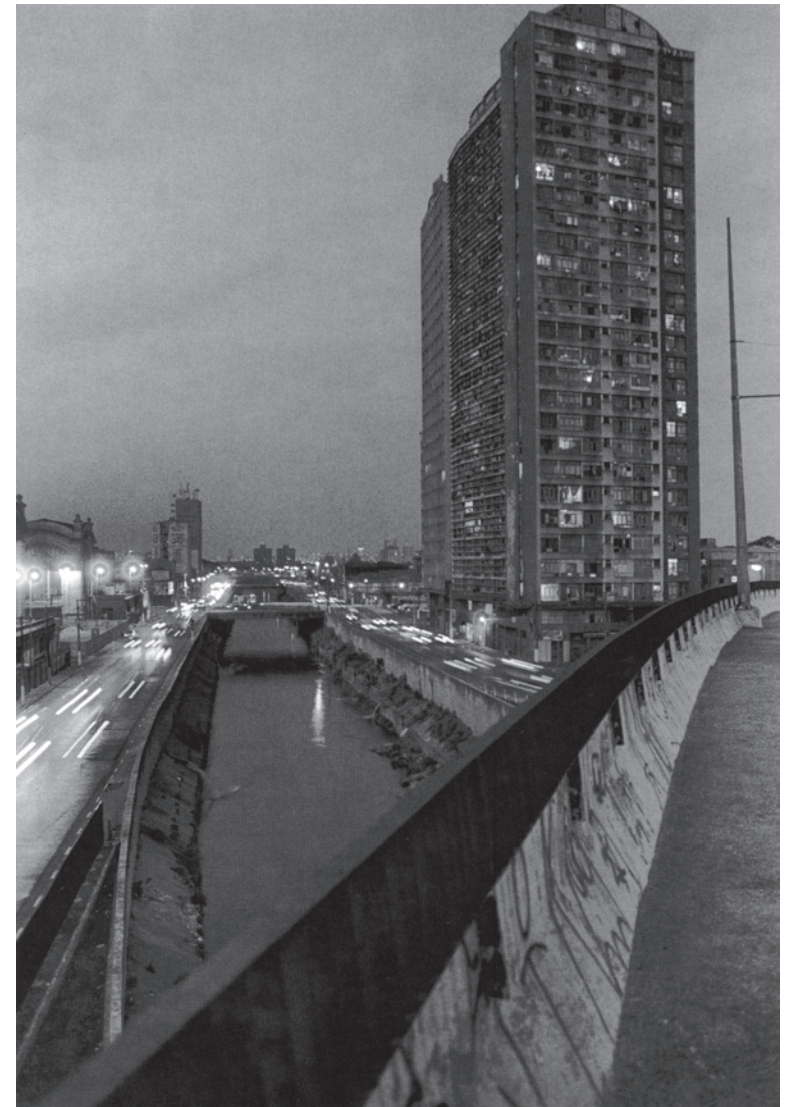


[124]

[123] Praça da Bandeira durante a década de 1970, antes da instalação do terminal.

[124] Parque D. Pedro II e Palácio das Indústrias, 2000.

[125] Rio Tamanduateí, Edifício São Vito e Mercado Municipal- entorno do Parque D. Pedro II, 2003.



[125]

para uma praça em São Paulo, a Sé foi totalmente recomposta assim como parte de seu entorno. A demolição de edifícios representativos do modo de construir e viver do período anterior, como o Palacete Santa Helena, ilustra a transformação levada a cabo na Sé, pouco preocupada com a preservação de seus edifícios históricos.

Até o momento de sua reforma e da implantação do metrô, nenhum ponto do centro havia sido alterado tão bruscamente. Mais edifícios modernos passaram a ocupar seu entorno, enquanto os acessos do metrô e a própria estação eram responsáveis pela inserção do nível subterrâneo na Praça.

#### d - Praça da Bandeira:

Em 1969, a Praça da Bandeira finalmente recebeu o uso cívico e administrativo proposto por Prestes Maia. Com a implantação da Câmara de Vereadores de São Paulo no terreno entre a Rua Maria Paula e a Praça da Bandeira, o local escolhido pelo antigo prefeito ganhou mais destaque no tecido urbano. No entanto, a relevância da Praça da Bandeira não foi dada pelo edifício administrativo, tampouco pelo seu eventual uso como praça cívica; as transformações viárias e o sistema de transportes coletivos acabaram sendo predominantes na ocupação da Praça nesse período. A instalação do Terminal de Ônibus Bandeira, na entrada do centro, próximo à rede metrorviária, consolidou a Praça como importante ponto modal metropolitano no qual passaram a circular milhares de pessoas todos os dias.

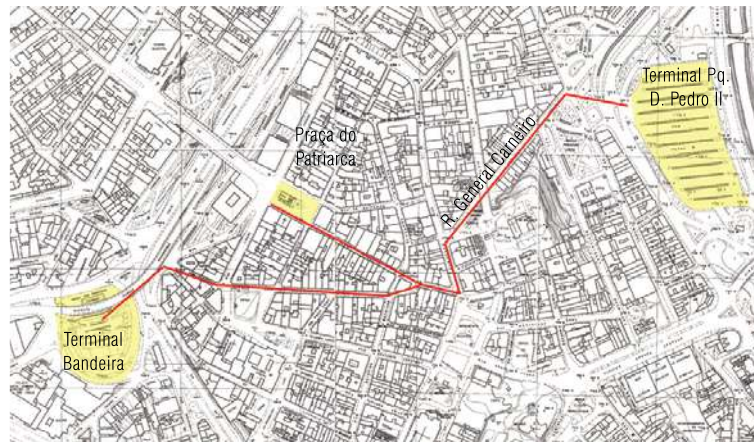
A localização da Praça, na várzea formada pelo encontro dos três córregos centrais – Saracura, Anhangabaú e Itororó e limitada pelas colinas adjacentes, determinou a construção de várias alças de acesso viário e passarelas para acomodar os usuários do terminal em direção ao centro.

e – Terminal, Estação e Parque D. Pedro II:

*“No início dos anos 50 o Parque Dom Pedro conservava seu caráter original. Dez anos depois, começou a ser aproveitado como terminal de linhas de ônibus que ligavam São Paulo às cidades industriais periféricas, dispostas a montante do Rio Tamanduateí. Vinte anos depois, o parque estava totalmente destruído, transformado em um novo de pistas e uma gigantesca área de estacionamento.”*<sup>130</sup>

O Terminal, a Estação e o Parque D. Pedro II passaram a integrar a análise do entorno da Praça do Patriarca pois durante as décadas de 1970 e 80 consolidaram-se como pontos importantes da articulação do fluxo centro- periferia, a partir dos quais milhares de pessoas percorrem diariamente a vertente leste da colina histórica em direção ao centro e a outros pontos modais, com destinos ainda mais distantes. A desintegração do complexo sistema de transportes em São Paulo acabou obrigando, nesse período, viagens a pé entre a Estação Bresser (trem e metrô), a Estação D. Pedro II, o terminal de ônibus D. Pedro II (reformado em 1996) e os outros terminais centrais, inchando ainda mais o fluxo de pedestres no centro histórico.

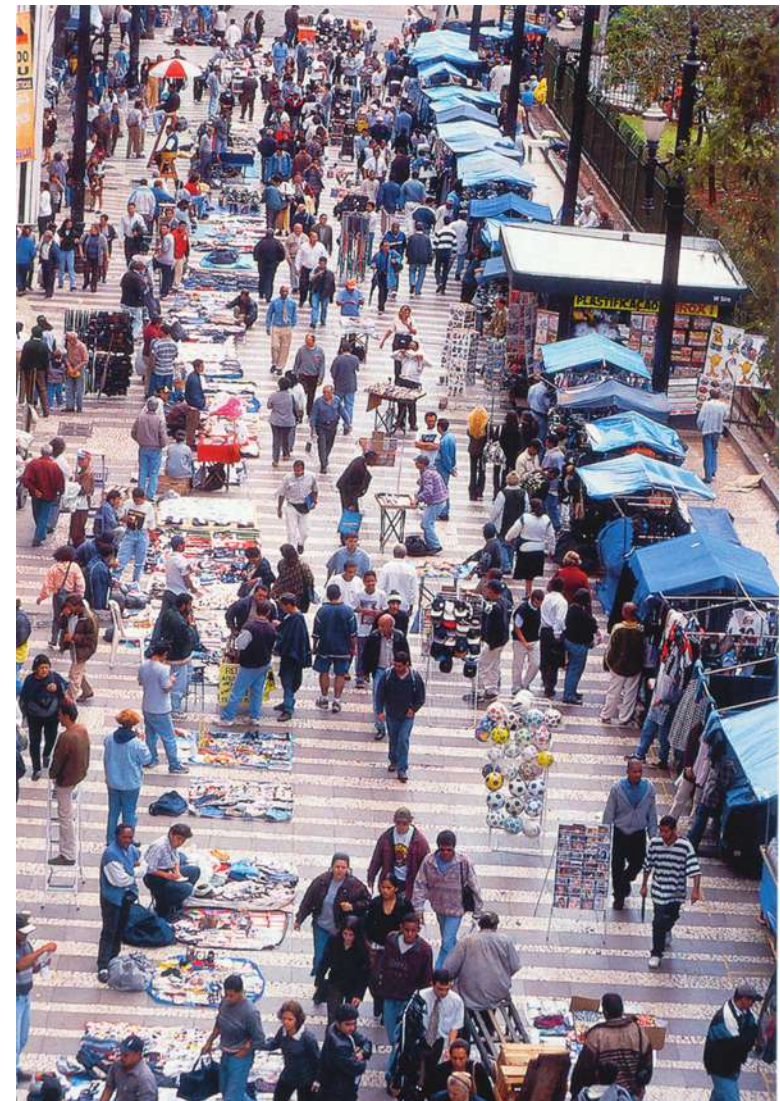
130- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Op. Cit.* p. 211.



[126]



[127]



[128]

[126] Planta da área central indicando os terminais de ônibus Bandeira e Parque D. Pedro II e a Praça do Patriarca.

[127] Praça do Patriarca, 1978.

[128] Rua General Carneiro, 2000. Percurso entre o Terminal D. Pedro II, o Terminal Bandeira e os demais pontos modais da área central.

O Parque implantado na década de 1920 foi perdendo importância como espaço público de lazer em função do surgimento de outras áreas espalhadas pela mancha urbana e da implantação do sistema viário que acabou desconfigurando seu entorno. Como tentativa de reverter o abandono da área, no programa de recuperação de toda a área central, a Prefeitura Municipal encomendou à arquiteta Lina Bo Bardi um projeto para o Parque, prevendo a instalação da Prefeitura no antigo Palácio das Indústrias<sup>131</sup>, a construção de mais edifícios administrativos e a adequação do entorno.

Em 1992, a Prefeitura Municipal transferiu-se para o Palácio das Indústrias assumindo o esforço na revalorização da área central, sem que o projeto elaborado, no entanto, fosse completamente executado e sem que outras ações para recuperação e uso do entorno também fossem realizadas; assim, o Parque D. Pedro II, apesar de abrigar o Poder Municipal, não conseguiu reverter seu processo de degradação como espaço público na região central, servindo apenas como mais uma engrenagem de funcionamento do sistema metropolitano.

De uma maneira geral, podemos dizer que o entorno, além dos limites da colina histórica, serviu, predominantemente, à estruturação da circulação viária, como é o caso mais notável, a Praça da Bandeira.

Dentro do perímetro da antiga colina, a partir da Praça do Patriarca, há o surgimento de um novo eixo de serviços, composto pelas ruas Líbero Badaró e São Bento, até o Largo São Bento,

atravessando o pólo financeiro da Praça Antonio Prado e Rua Boa Vista.

Como decorrência da situação encontrada no período anterior, nos limites da Praça Ramos de Azevedo há o incremento e consolidação da atividade comercial varejista.

### 2.3.2 - A Praça do Patriarca e a área central

Enquanto a Praça do Patriarca, como toda a área central, apresentava os sinais da saturação de seu espaço, exigindo reformas que a adequassem às novas necessidades metropolitanas, outros órgãos públicos, o CONDEPHAAT e o CONPRESP<sup>132</sup>, atestavam-lhe importância histórica como um dos principais pontos do tecido urbano central; o tombamento, a nível estadual, da Igreja de Santo Antonio, em 1969, e, a nível municipal, da Praça do Patriarca como área envoltória do Vale do Anhangabaú a ser protegida, em 1991<sup>133</sup>, se não significava a iniciativa de alguma intervenção de recuperação da Praça, por outro lado, conferia-lhe o reconhecimento oficial por seu significado urbano.

Como quase todo espaço livre da cidade de São Paulo, a Praça do Patriarca também sofreu os impactos das transformações espaciais a partir da década de 1960. As diversas intervenções urbanas realizadas na cidade procuravam, quase exclusivamente, dar conta do sempre crescente fluxo de veículos e pessoas; qualquer preocupação urbanística foi abolida da mesa de decisões para um funcionamento mais eficiente da metrópole que passou a usar seus

131- Construído na década de 1910 sob o projeto de Dominiano Rossi com colaboração do arquiteto Ramos de Azevedo, o Palácio das Indústrias foi projetado para abrigar exposições industriais e agrícolas na área da Várzea do Carmo então em transformação com a construção do Parque Dom Pedro II. Entre 1947 e 1968, o edifício abrigou a Assembléia Legislativa do Estado, quando esta transferiu-se para o Palácio 9 de Julho no Parque do Ibirapuera.

132- CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo, criado pela Lei no 10.247, de 22.10.1968; CONPRESP - Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo, criado pela Lei No 10.032, de 27.12.1985.

133- A Igreja de Santo Antonio foi inscrita no Livro do Tombo Histórico no.1, como monumento histórico-religioso, a partir da resolução 15.08.1969. A Praça do Patriarca foi tombada como logradouro público em área envoltória ao Vale do Anhangabaú, segundo a resolução no37/92, como bem de excepcional histórico, arquitetônico ou paisagístico.





[129]



[131]

[129] a [131] Praça do Patriarca em 1978.

[132] Praça do Patriarca no início da década de 1990.



[130]



[132]

grandes espaços livres públicos como abrigo para a infra-estrutura do sistema de transportes, como confirmavam as reformas na Praça da Sé, no Largo São Bento ou na Praça da Bandeira.

Em 1979, na gestão do Prefeito Olavo Setúbal, foi concluída a segunda grande reforma na Praça; acompanhando as adequações à implantação da rede do metrô, dos terminais de ônibus urbanos e dos calçadões, a Praça do Patriarca foi adequada para abrigar diversos pontos finais de ônibus; a cobertura de acesso à Galeria, que abrigava algumas instituições públicas administrativas, sanitários e serviços técnicos, também foi modificada para comportar o fluxo de pessoas que utilizavam a conexão do Centro Velho com a Avenida Anhangabaú, uma vez que o sistema de transportes exigia viagens a pé por todo o centro, onde a Praça do Patriarca era um dos principais destinos e pontos de dispersão dos percursos.

Assim, os usos e atividades realizados nos limites da Praça foram, aos poucos, direcionando-se para o público de passagem; a Praça e suas atividades já não mais atraíam a população como no período anterior; agora, era sua principal função original de transição e articulação de fluxos e percursos que a caracterizava. O antigo ponto de encontro, de debates e manifestações políticas foi abandonado pela população cujo cotidiano urbano não mais permitia esse tipo de apropriação dos espaços públicos.

Portanto, se por um lado, o tombamento da Praça e de seu entorno assinalava uma preocupação do poder público com os espaços urbanos mais significativos, por outro, as efetivas políticas e iniciativas urbanísticas não promoviam a apropriação espontânea dos espaços públicos, salvo se condicionada à promoção oficial e

organizada de eventos culturais e políticos.

Já na década de 1980 e no início de 1990, como já discutido, as iniciativas de recuperação dos espaços públicos centrais tiveram forte impacto na Praça do Patriarca através da reforma do Vale do Anhangabaú; a pedestrianização do Vale e, principalmente, a retirada dos antigos pontos de ônibus tiveram forte impacto na ligação realizada pela Galeria Prestes Maia; ao invés de conectar as duas cotas (do Vale e da Praça do Patriarca) com funções definidas, uma de suas chegadas perdeu o sentido; se o Vale havia se transformado em local de passeio e estar, a conexão eficiente e rápida não fazia mais sentido e foi sendo abandonada até ser fechada em meados da década de 1990.

Com a reforma do Anhangabaú, a relação de dependência da Praça do Patriarca com seu entorno ficou nítida; a mudança no uso do Vale exigia também uma adequação da Praça do Patriarca e da Galeria Prestes Maia. Prova disso foi a iniciativa de recuperar a Praça a partir de um projeto encomendado ao arquiteto Paulo Mendes da Rocha em 1992 como a primeira de uma série de intervenções propostas pela Associação Viva o Centro para revitalização do Centro de São Paulo a partir da década de 1990, que seria acompanhada de um projeto para a reabertura da Galeria Prestes Maia, pelo arquiteto Eduardo de Almeida.

## **Capítulo 3**

### **A nova Praça do Patriarca**

### 3.1 - A revitalização do centro histórico de São Paulo Intervenções recentes e a reforma na Praça do Patriarca

No início da década de 1990, a difusão do padrão de reprodução do espaço urbano sobre a revitalização das áreas urbanas degradadas chegou a São Paulo e teve como dois dos seus principais agentes e promotores um órgão ligado ao poder executivo municipal, o PROCENTRO, e o outro, uma organização da sociedade civil, chamada Associação Viva o Centro.

A Associação Viva o Centro, fundada em 11 de outubro de 1991, por representantes de instituições e empresas localizadas na área central, nasceu como resultado da tomada de consciência das mais significativas entidades e empresas sediadas ou vinculadas ao Centro de São Paulo do seu papel de sujeitos e agentes do desenvolvimento urbano, tendo como objetivo o desenvolvimento da Área Central de São Paulo, em seus aspectos urbanísticos, culturais, funcionais, sociais e econômicos, de forma a transformá-la num grande, forte e eficiente Centro Metropolitano, que contribua eficazmente para o equilíbrio econômico e social da Metrópole, para o pleno acesso à cidadania e ao bem-estar por toda a população.<sup>134</sup>

No momento em que muitas instituições migravam do centro histórico para outros pontos dispersos pelo território metropolitano, ou ameaçavam fazê-lo, outras instituições como a Bolsa de Valores, a Bolsa de Mercadorias e Futuros, bancos e escritórios de grande porte uniram-se para conter o esvaziamento da área central e sua

possível estagnação imobiliária. O exemplo vindo de outros países e cidades de como recuperar os centros degradados pelos diversos processos de metropolização através da iniciativa privada serviu para alavancar a mesma marcha em São Paulo.

As ações anteriores, iniciadas nas décadas de 1970 e 1980, procurando viabilizar intervenções em pequena escala em parceria com a iniciativa privada cujo maior exemplo eram as Operações Urbanas, abriram caminho para a organização e reclamação da sociedade civil sobre os problemas urbanos do centro de São Paulo. Nesse percurso, a Associação Viva o Centro soube se colocar junto ao poder público e à sociedade em geral como representante legítima dos anseios e expectativas em torno da recuperação do espaço central. Assim, empenhou-se em encomendar estudos, diagnósticos e propostas relativos aos diversos problemas da área central que subsidiassem suas iniciativas e justificassem a cooperação do poder público em sua atuação. Reuniram-se então profissionais e os representantes das instituições e do poder público para o início de uma grande discussão sobre os problemas e as seguintes propostas para o centro da cidade.

A primeira publicação da Associação Viva o Centro<sup>135</sup>, que trazia sua apresentação e os objetivos de sua atuação na área central, definiu como ações a serem patrocinadas pela iniciativa privada a

134- ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO. *Quem Somos*. [online] Disponível na internet via <http://www.vivaocentro.org.br/vivaocentro/index.htm>. 12 de outubro de 2006.

135- Documento Viva o Centro, n.1, jan. 1993.

reurbanização da Praça do Patriarca, a recuperação do Viaduto do Chá e a restauração da Estação Júlio Prestes, além da publicação de material informativo e de divulgação turística do centro de São Paulo e da promoção de eventos culturais.<sup>136</sup>

Entretanto, tais propostas necessitavam do aval do poder público para serem implementadas; muitas delas em áreas exclusivamente públicas não podiam contar com o apoio apenas da iniciativa privada; além disso, a legislação existente também não possibilitava muitas aberturas quanto ao alcance de algumas intervenções. Seguindo, então, o modelo estrangeiro de cooperação entre as esferas públicas e privadas, a Associação passou a pressionar o poder público municipal buscando o aval necessário para a implantação do plano de recuperação de toda a área central e de valorização da região. Outro obstáculo à ação sobre o centro da cidade era sua estrutura fundiária; como a mais antiga região da cidade que passou por diversas reestruturações, a propriedade e o parcelamento do solo sempre se apresentaram como uma barreira complexa sobre a qual apenas o poder municipal pôde intervir.

Assim, foi criado o PROCENTRO, Programa de Requalificação Urbana e Funcional do Centro de São Paulo, em 1993, na gestão do Prefeito Paulo Maluf, atendendo a reivindicação da Associação Viva o Centro pela existência de um órgão ligado ao gabinete municipal com jurisdição sobre a área central. A criação do PROCENTRO configurou-se como uma das primeiras iniciativas do poder público para facilitar a transformação da área central através da anuência e da colaboração para a efetivação das propostas da iniciativa privada. O trecho do decreto que institui seu funcionamento atesta seus

objetivos:

*“O objetivo do programa é impedir a instauração de um processo de declínio do Centro da Cidade de São Paulo, através da requalificação do seu espaço público e privado, de forma a resguardar seus atributos essenciais de centro metropolitano, conjugando esforços públicos e privados que considerem a diversidade de funções e interesses ali presentes.”<sup>137</sup>*

O programa do PROCENTRO tinha como premissa básica criar mecanismos de gestão democrática para implementar as propostas do Plano Reconstruir o Centro<sup>138</sup> cuja maior parte das ações são estudadas, analisadas e por fim, encampadas pela associação civil Viva o Centro. Inicialmente, a criação do PROCENTRO procurava viabilizar três principais projetos requisitados pela Associação Viva o Centro: o Plano de Acessibilidade que procurava permitir maior uso do sistema viário para automóveis na área central, adequando as ruas de pedestres; o Projeto Patriarca que previa a reforma da Praça e a reorganização do sistema de transporte coletivo do entorno, e, finalmente, o Projeto Fachadas, para recuperar ou alterar as fachadas dos edifícios em mau estado de conservação. Grande parte dos trabalhos sobre a decadência dos centros históricos e suas revitalizações apontam o grande fluxo de veículos como uma das principais causas de degradação do espaço urbano e, ao contrário, sua pedestrianização como uma das maneiras de reversão deste quadro. Curiosamente, em São Paulo, uma das primeiras propostas para a os problemas do centro foi a abertura de algumas vias de pedestres ao trânsito de veículos.

O PROCENTRO surgiu, então, como elo entre a sociedade civil

136- *ibidem*. p. 54.

137- Diário Oficial do Município de São Paulo, no. 131, 15/07/1993.

138- PREFEITURA DE SÃO PAULO. Plano de Reconstrução do Centro. [online] Disponível na internet via [http://portal.prefeitura.sp.gov.br/guia/urbanismo/reconstruir\\_centro/0010](http://portal.prefeitura.sp.gov.br/guia/urbanismo/reconstruir_centro/0010). 9 de outubro de 2006.

O órgão administrativo PROCENTRO foi extinto em 2004, mas os programas de requalificação, revitalização e reabilitação da área central permanecem na pauta dos poderes executivos municipal e estadual; assim, a extinção administrativa, na prática, não significou uma grande inflexão nos propósitos originais.

organizada pela Associação Viva o Centro e os trâmites burocráticos necessários para as pretendidas intervenções a serem realizadas; assim, os principais papéis do novo órgão eram a observância das novas ações sobre o espaço central e a eventual acomodação da legislação que se fizesse necessária para a efetiva implementação dos projetos em andamento. Outra publicação da Associação Viva o Centro<sup>139</sup> noticia a criação do PROCENTRO como uma ação conjunta entre a própria Associação e a Prefeitura Municipal.

A criação de um órgão administrativo de interlocução com a sociedade civil ligado ao Poder Executivo ilustra a transformação do modelo de ação sobre o espaço urbano. Com exceção de suas primeiras décadas, o século XX, em São Paulo, foi marcado pela efetiva presença e atuação do poder público e do Estado no provimento da infra-estrutura metropolitana; tanto o planejamento quanto o investimento necessário, a partir das intervenções comandadas por Prestes Maia, foram responsabilidade exclusiva do Estado; neste momento, o poder público, de certa forma, abre mão das decisões sobre o espaço urbano central e apenas acata algumas das propostas apresentadas pela iniciativa privada.

Vale ressaltar que a presença e o fortalecimento dessas duas instituições - PROCENTRO e Associação Viva o Centro - mantinham-se apesar da alternância do poder político instituído; a eventual descontinuidade política e administrativa, em relação ao centro da cidade, passou a ser camuflada pela presença dessas instituições que, como surgidas da reclamação legítima da sociedade civil, tinham direito de dar prosseguimento a seus trabalhos e propostas.

Contando, então, com o respaldo e o apoio do poder público, a quem a imagem de um centro revitalizado também interessava, a Associação Viva o Centro passou a formular inúmeros projetos para a área central. A primeira dessas iniciativas seria realizada na Praça do Patriarca. Em 1992, a Associação Viva o Centro encomendou o projeto de reforma da Praça ao arquiteto Paulo Mendes da Rocha que deveria responder ao seguinte programa de necessidades:

- reorganização do trajeto e das paradas de ônibus e veículos particulares realizados na Praça;

- nova cobertura para o acesso à Galeria Prestes Maia e para o Vale do Anhangabaú;

- recuperação do piso original da Praça em mosaico português e pedestrianização de toda a sua área;

- local exclusivo para paradas temporárias de veículos em serviço ou ônibus turísticos;

- execução de novo mobiliário urbano para a Praça.

A confrontação dos resultados obtidos através da análise histórica da Praça do Patriarca com o programa proposto levanta algumas questões que devem ser consideradas:

- a reorganização do fluxo viário na Praça é necessária à medida em que a implantação dos pontos finais de ônibus descaracterizou seu espaço original e não era capaz de atender satisfatoriamente às necessidades da população; as reduzidas dimensões da Praça, adequadas à cidade do início do século XX, não comportavam o trânsito e a parada das mais de dez linhas que circulavam pela área e a movimentação de transeuntes e ambulantes em função do sistema

139- Boletim Viva o Centro, n.6, jul. 1993.

viário.

Tal reorganização deveria, portanto, ser cuidadosa lembrando que umas das funções vitais da Praça desde a sua implantação é justamente o papel de articulação entre as várias vias que nela aportam e entre o Centro Velho e o Centro Novo.

- a substituição da cobertura de acesso à Galeria Prestes Maia inevitavelmente interfere na configuração espacial da Praça e poderia, de acordo com a solução adotada, alterar também as relações urbanas entre a Praça, a Galeria e o Vale do Anhangabaú.

Com a cobertura original da década de 1940, a Praça possuía um ponto central a partir do qual se desenhavam todas as demais relações espaciais e visuais; com a sua transformação, deve-se levar em conta que toda a percepção espacial da Praça e de seu entorno será alterada.

- a pedestrianização da Praça está relacionada com o rearranjo do fluxo viário; em uma cidade onde os espaços livres de circulação para pedestres são sistematicamente reduzidos, a exclusividade a pedestres sempre parece uma boa solução, especialmente quando relacionada a outras intervenções que procuram organizar todo o trânsito de uma área; isto, no entanto, não garante a apropriação total do espaço, como é notório o caso do Parque do Anhangabaú reformulado em 1992.

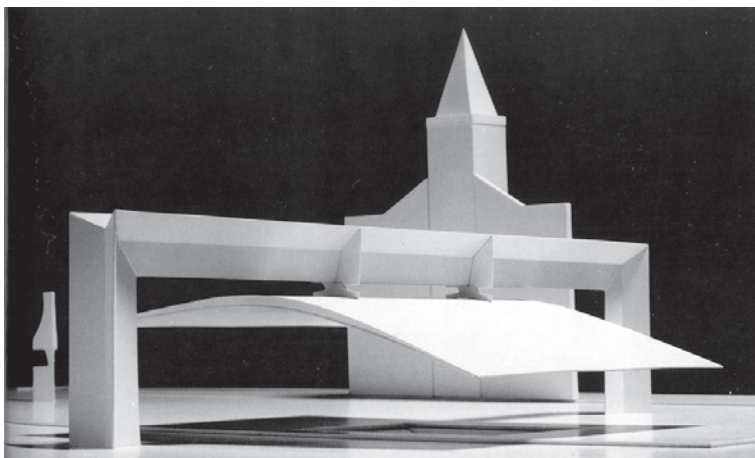
O projeto contratado propôs o deslocamento dos pontos finais de ônibus para o Viaduto do Chá [que deveria receber uma cobertura translúcida] e uma nova cobertura para a Galeria. Nas palavras do próprio arquiteto:

*“O projeto para a Praça do Patriarca e o Viaduto do Chá insere-se no conjunto de iniciativas que a Associação Viva o Centro está promovendo para revitalizar as estruturas urbanas do centro histórico de São Paulo. O projeto propõe basicamente reorganizar o trajeto de veículos e as paradas de ônibus – atualmente na área da pequena praça – utilizando o Viaduto do Chá, em sua extensão de 240m, como terminal, abrigado por uma leve cobertura de aço e cristal (já sugerida em 1989 pela Câmara Municipal, ainda para o antigo viaduto). A Praça do Patriarca, assim, terá seu piso original restaurado, onde estrategicamente se propõe relocar a escultura de Ceschiatti e construir uma nova cobertura para o acesso à Galeria Prestes Maia, localizada sob a praça. Este artefato arquitetônico, a nova cobertura, é a peça mais importante do conjunto de propostas, uma vez que dialoga com a dimensão da cidade antiga, realizando a praça na escala do pedestre. Como um portal para a praça e, em sentido inverso, moldura as perspectivas visuais e espaços abertos, imagina-se uma cobertura suspensa, que não toca o chão, e uma arquitrave que a sustenta, com formas leves, brancas e de aparência um tanto instável, convocando sensações imprevistas. O contraponto com a igreja de Santo Antonio foi idealizado com agradáveis proporções – um diálogo entre culto e festa.”*<sup>140</sup>

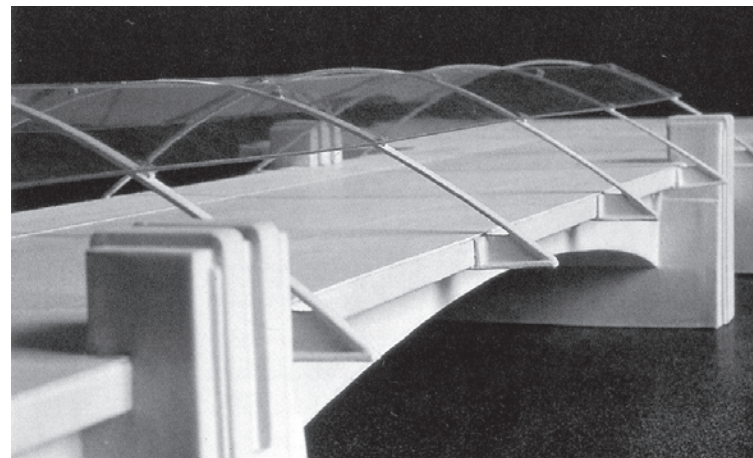
A proposta inicial do projeto previa a interferência no Viaduto do Chá, apresentando a Praça do Patriarca como elemento indissociável do entorno no qual está inserida. Com o deslocamento das paradas de ônibus para o Viaduto do Chá, este teria sua função de conexão reforçada, enquanto a Praça seria enfatizada como a chegada ao Centro Velho da cidade. Nessa praça de chegada, seria instalado o pórtico monumental também responsável por cobrir o acesso à

140- ARTIGAS, R.; MENDES DA ROCHA, P.; WISNIK, G.. *Paulo Mendes da Rocha - Memórias dos Projetos*. São Paulo: Cosac & Naify, 2000. p. 214.

[133] e [134] Fotos da maquete do projeto de Paulo Mendes da Rocha para a reforma da Praça do Patriarca. Na primeira imagem observa-se a nova cobertura a ser executada sobre o acesso à Galeria Prrestes Maia e sua relação com a Igreja de Santo Antonio ao fundo. Em seguida, o Viaduto do Chá que deveria receber uma cobertura de cristal para abrigar os pontos finais e paradas de ônibus antes existentes na Praça do Patriarca.

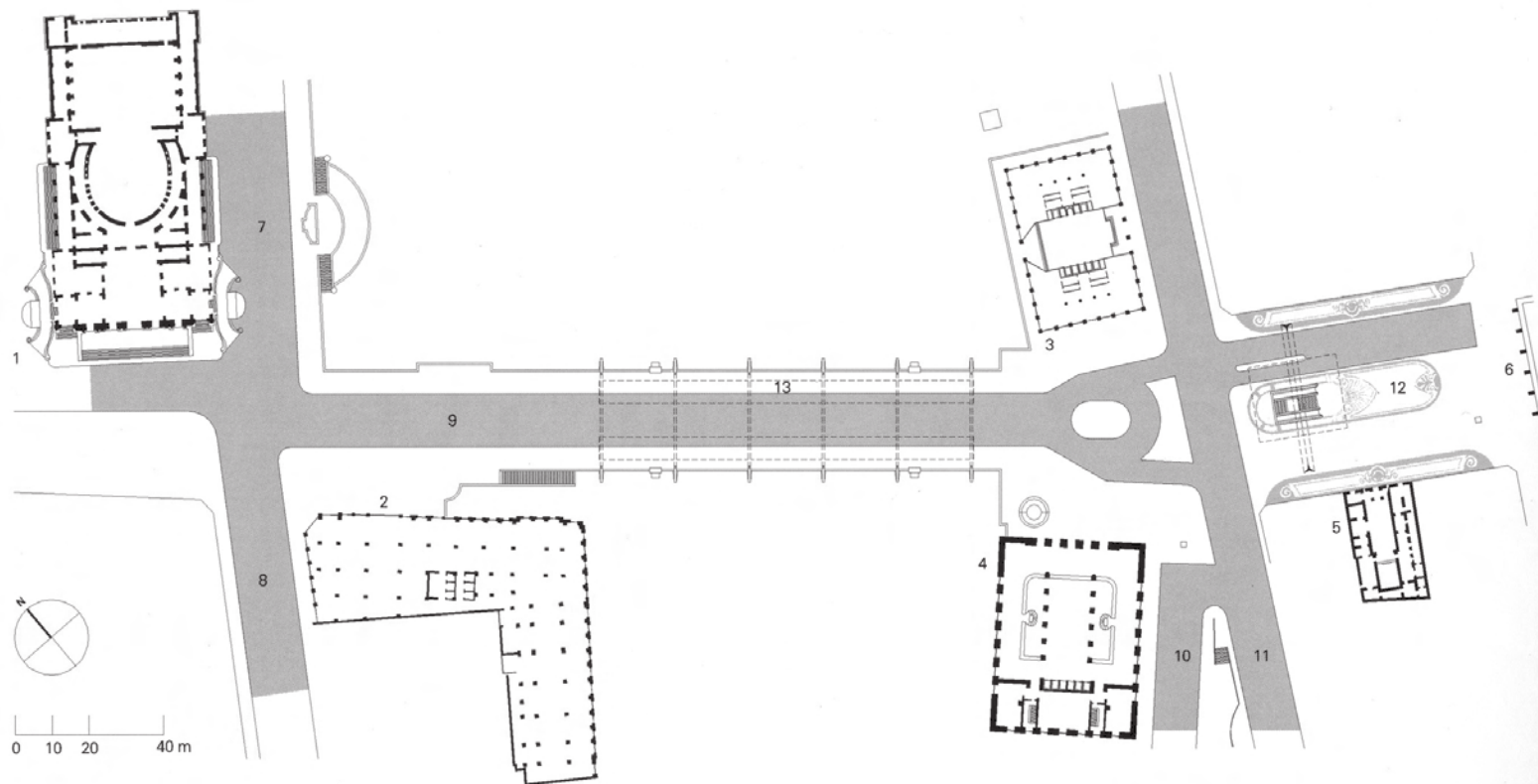


[133]



[134]





[135] Implantação do projeto de reforma da Praça do Patriarca incluindo a intervenção a ser realizada no Viaduto do Chá.

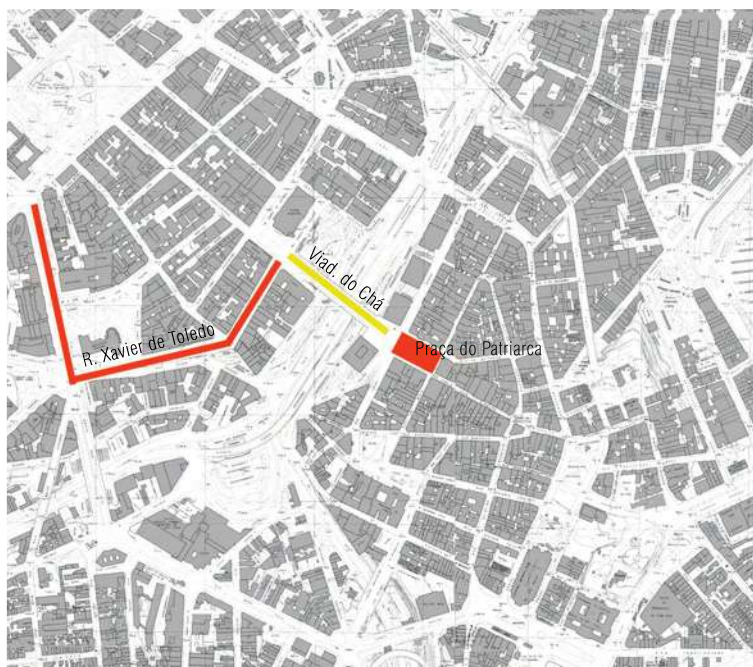
Vale notar como a transposição dos pontos finais de ônibus para o Viaduto, sobre o Vale do Anhangabaú, poderia ser capaz de alterar o uso e as atividades realizadas no próprio Parque do Anhangabaú; reforçando a Praça do Patriarca (acesso à Galeria Prestes Maia) e o Viaduto do Chá como nós do fluxo de pedestres e de veículos, o trecho do Parque do Anhangabaú sob o Viaduto e sob a Praça sofreria os efeitos da alteração da circulação entre as duas margens do Vale, passando a abrigar o percurso realizado através das vias existentes no entorno do Parque do Anhangabaú.

- 1\_ Teatro Municipal
- 2\_ Edifício Alexander Mackenzie 3\_ Edifício Conde Prates
- 4\_ Edifício Banespa
- 5\_ Igreja de Santo Antonio
- 6\_ Edifício Unibanco
- 7\_ Praça Ramos de Azevedo
- 8\_ Rua Xavier de Toledo
- 9\_ Viaduto do Chá
- 10\_ Rua Dr. Falcão
- 11\_ Rua Libero Badaró
- 12\_ Praça do Patriarca
- 13\_ projeção da cobertura proposta

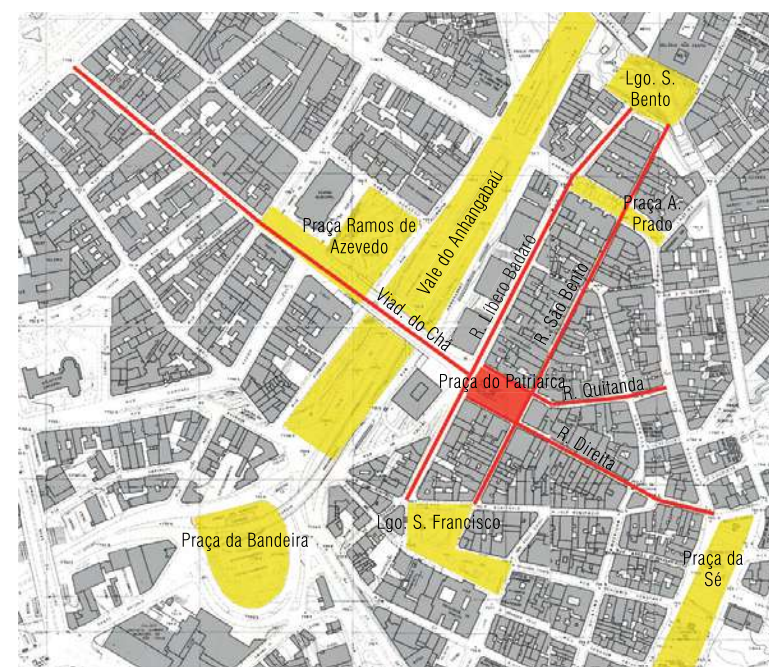
[135]

[136] Croqui sobre a base GEGRAN indicando a localização da Praça do Patriarca e da Rua Xavier de Toledo, para onde foram deslocados os pontos finais da Praça do Patriarca e o Viaduto do Chá, que, segundo a proposta original deveria abrigar as paradas de ônibus.

[137] Croqui sobre a base GEGRAN com a localização da Praça do Patriarca e dos pontos cuja recuperação seria incentivada pela reforma.



[136]



[137]

Galeria Prestes Maia; por sua vez, a passagem subterrânea entre a Praça e o Vale do Anhangabaú seria reforçada como percurso e marcada na paisagem da margem leste do Vale, readquirindo parte da relevância dos tempos da Avenida Anhangabaú.

A pedestrianização da Praça e a consequente restauração do piso original seriam efeito do remanejamento do fluxo viário; em contrapartida à retirada dos veículos da Praça, ela seria integralmente destinada aos pedestres que, podendo percorrer todo o seu espaço, teriam as visuais do Novo Centro enquadradas pela moldura do pórtico de apoio da cobertura.

O raciocínio lógico, forjado sobre poucos elementos, que procurava dar conta das inúmeras questões espaciais e urbanas que contornam a Praça do Patriarca acabou esbarrando nos limites impostos pelos entraves políticos e financeiros que permitiram a execução de apenas uma parte do projeto.

Depois de quase uma década de negociações, o projeto começou a ser executado sem a intervenção prevista no Viaduto do Chá.

Sem a intervenção no Viaduto, a proposta perdeu seu encaminhamento coerente e apoiou-se na instalação do pórtico/cobertura e na pedestrianização da Praça. As treze linhas de ônibus que passavam ou tinham ponto final na Praça do Patriarca tiveram seus percursos alterados e os pontos finais foram transferidos para a Rua Xavier de Toledo<sup>141</sup>, no lado oposto do Vale do Anhangabaú.

Antes de analisarmos o resultado da intervenção após sua execução, vale determo-nos um pouco mais sobre as implicações da exclusão do entorno como parte da intervenção na Praça do

Patriarca.

A opção pela intervenção pontual na Praça é reflexo do modelo de ação sobre o espaço urbano que tem como um de seus pilares a revitalização de áreas centrais, nas quais intervenções pontuais e fragmentadas são capazes de reverter a deterioração de seu entorno; no caso em estudo, não seria necessária uma intervenção em todo o entorno da Praça do Patriarca, bastaria uma ação pontual capaz de promovê-la como símbolo do processo de reversão.

A intenção da transformação do centro a partir de pontos ou pólos de intervenção capazes de desencadear o mesmo processo no seu entorno exige um planejamento detalhado das etapas e dos locais onde tais operações são e serão feitas. Não é aleatório ou apenas circunstancial o fato de ter sido escolhida a Praça do Patriarca como a primeira de uma série de propostas e intervenções a serem realizadas após a reforma do Anhangabaú. A localização da Praça e sua relevância urbana na malha central conferiam-lhe a visibilidade e a repercussão necessárias para a primeira iniciativa do “ciclo de renascimento” do centro da cidade.

*“A Praça do Patriarca foi escolhida como pólo inicial dos trabalhos, dada sua importância estratégica e a importância da Galeria Prestes Maia. Será a primeira grande intervenção central. A meta é torná-la um modelo de concepção de reorganização dos espaços públicos do Centro com a participação direta da iniciativa privada e do Poder Público.”<sup>142</sup>*

Como um dos mais significativos espaços da transição entre o Centro Velho e o Centro Novo e como uma das âncoras do principal e mais movimentado viaduto da cidade, o Viaduto do Chá, a Praça

141 - Informe VIVA O CENTRO, no183, mar. 2002.

142 - Boletim Viva o Centro, n. 6, jul. 1993. p.5.

do Patriarca seria capaz de induzir transformações espaciais em todo seu entorno e nas duas margens do Vale do Anhangabaú.

A partir de sua reforma, podemos pensar em intervenções no Vale do Anhangabaú (passagem pela Galeria Prestes Maia), Viaduto do Chá, Praça Ramos de Azevedo e toda a margem do Vale e seu entorno, como atesta reportagem da revista URBS com o título “Presença Indutora”<sup>143</sup> que descreve a reforma da Praça do Patriarca como fundamental no processo de revitalização do centro e como pólo irradiador de qualidade urbana. A revista URBS, editada pela Associação Viva o Centro publicou diversas reportagens demonstrando tal potencial:

*“Ao idealizar o Projeto Patriarca, há quase dez anos, a Associação Viva o Centro já havia percebido o extraordinário potencial do logradouro como elemento articulador das duas partes do centro e irradiador de qualidade urbana e estética para outros pontos.”*<sup>144</sup>

Outro documento da Associação Viva o Centro atesta os objetivos totalizantes que alavancam as intervenções executadas pontualmente e que procuram infligir ao centro e seus espaços uma outra realidade:

*“O Projeto Patriarca como denominamos o conjunto da intervenção proposta, tem para além de suas características e qualidades inerentes, como já expusemos, um efeito indutor. Através de uma intervenção bem-sucedida, embora pontual, tanto o poder público quanto a iniciativa privada estarão aptos a avançar de forma global. Enfatizamos, portanto, que a meta mais almejada pela Associação é chegar a um projeto/plano integral. As ações pontuais, expediente de intervenção*

*inexorável e em alguns casos, até mesmo desejável, deverão estar permanentemente balizadas por um programa conceitual e pragmático que restitua ao centro suas características únicas na metrópole e afaste de forma eficiente a ameaça de declínio.”*<sup>145</sup>

Se a Praça do Patriarca foi o local escolhido para inaugurar a transformação da área central a partir da indução por intervenções fragmentadas, sua relação com o entorno é evidente para os promotores de sua reforma. Ao longo de seu percurso histórico, consolidou-se reconhecidamente como elemento fundamental na articulação e na dinâmica das relações urbanas de seu entorno e da área central, o que acabou se tornando sua principal característica dentro do contexto urbano no qual está inserida.

Justamente esta característica- que lhe rendeu a primazia entre tantos locais da área central carentes de recuperação no início da década de 1990- acabou desconsiderada no momento em que se optou pela execução da reforma apenas da Praça.

Deve-se lembrar que, durante a década de 1980 e nos primeiros anos da década de 1990, as tentativas de impedir o avanço da degradação urbana no centro através de intervenções no espaço urbano foram encampadas e patrocinadas pelo Município. A principal iniciativa - a reforma do Vale do Anhangabaú, apesar de executada exclusivamente pelo Estado, já indicava a necessidade da participação da iniciativa privada no processo de recuperação central a partir da criação da Operação Urbana Anhangabaú. Assim, a idéia da reforma já contava com o encadeamento de outras ações que seriam estimuladas pela transformação daquele que se pretendia o espaço mais significativo do centro de São Paulo. É precisamente

143- URBS, n. 29, dez. 2002/ jan. 2003.

144- URBS, n. 16, mar./ abr. 2000.  
Patriarca, saindo do papel. p. 28- 31.

145- ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO. *O Coração da Cidade de Cara Nova*, seção: “Patriarca, Pórtico, Praça, Galeria”. mimeo. s/ d. (Arquivo Empresa Municipal de Urbanização – EMURB).

após o início das obras no Anhangabaú que a Associação Viva o Centro passa a atuar de forma mais efetiva na elaboração de diagnósticos e propostas para a região; não por acaso, foi escolhida a Praça do Patriarca como primeiro alvo das propostas da Associação a ser financiada pela iniciativa privada; a transformação do Anhangabaú admitia, no caminho inverso, a intervenção em seu acesso pela Galeria Prestes Maia e, conseqüentemente, na Praça do Patriarca. A cabeceira do Viaduto do Chá que mais havia sofrido os impactos do descuido do espaço público por parte do poder público transformou-se em uma grande possibilidade de renovação que acompanhava o caminho inaugurado pelo novo Anhangabaú. A pedestrianização do Vale e a retirada dos pontos de ônibus de seu leito alteraram a relação da passagem da Galeria Prestes Maia; antes intensamente utilizada pelo movimento de pedestres que buscavam o acesso às duas cotas distintas, com a reforma, deveria ter essa função urbana revista.

No entanto, com o atraso no início da execução do projeto, o processo a ser desencadeado pela intervenção na Praça do Patriarca acabou se concretizando a partir de outras iniciativas de mesmo tipo ao longo de toda a década de 1990, concluídas no início da década de 2000.

Durante a década de 1990, diversas iniciativas de recuperação de edifícios e logradouros públicos foram encampadas confirmando o movimento de “revitalização do centro” através da restauração ou intervenção em antigas construções e da sua conversão, em geral, em uso cultural.

No entorno mais próximo da Praça podemos citar algumas intervenções pontuais que, em seu conjunto, procuraram promover tal revitalização; são algumas delas:

- Reforma do edifício Alexander Mackenzie para a instalação do Shopping Light, inaugurado em novembro de 1999;

- Projeto para transformação do edifício dos Correios no Vale do Anhangabaú, esquina com a Avenida São João, no Centro Cultural dos Correios;

- Inauguração do Centro Cultural Banco do Brasil, no antigo edifício do mesmo banco, em abril de 2001;

- Restauração e reforma do Mercado Municipal localizado na Rua Cantareira, transformando-o em pólo gastronômico da área central – agosto de 2004;

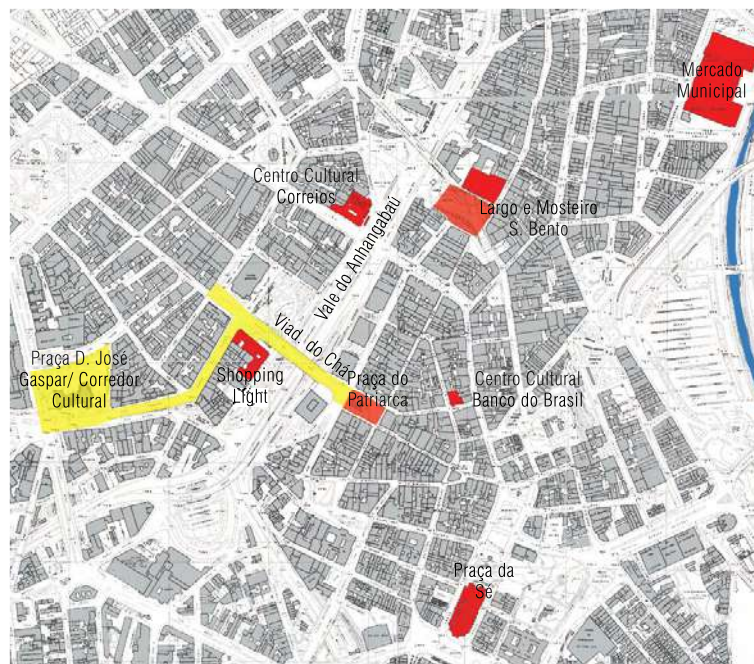
- Restauração da Catedral da Sé concluída em setembro de 2002;

- Restauração, iluminação e reforma do conjunto do Largo e do Mosteiro São Bento;

- Inauguração da filial MASP Centro na Galeria Prestes Maia em setembro de 2000, data da entrega da obra de restauração do Viaduto do Chá.

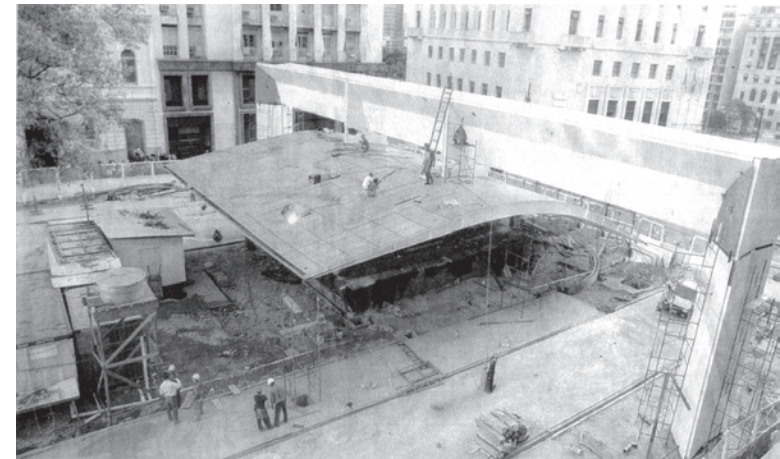
- Restauração do Viaduto Santa Efigênia – 1999

No início da década de 2000 foi elaborado o Plano Diretor da Subprefeitura da Sé que prevê uma série de ações por toda a área central tendo como premissa a valorização cultural de edifícios ou logradouros públicos. Uma das ações previstas no Plano é o “Corredor Cultural”, iniciativa definida pelo plano como um

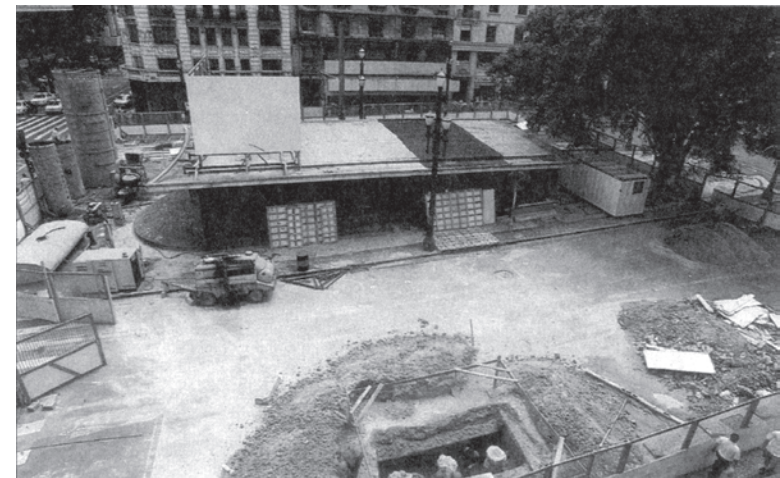


[138]

[138] Croqui com a localização das intervenções pontuais realizadas no centro de São Paulo.



[139]



[140]

[139] e [140] Praça do Patriarca em obras.

“projeto de ação estratégica“ capaz de responder pela revitalização urbana e recuperação física do espaço determinado pela Praça Dom José Gaspar [Biblioteca Mário de Andrade], Rua Xavier de Toledo, Praça Ramos de Azevedo, Viaduto do Chá e Praça do Patriarca:

*“Posteriormente a EMURB decidiu integrar este projeto ao chamado Corredor Cultural, projeto composto por um conjunto de intervenções urbanas, no corredor que liga a Praça D. José Gaspar à Praça do Patriarca, incluindo a troca de piso nas calçadas e criação de galeria técnica, nivelamento do leito carroçável, remodelação do mobiliário urbano, reordenação de faixas e linhas de ônibus e alargamento das calçadas na rua Xavier de Toledo.”<sup>146</sup>*

### Capítulo III

#### *Dos Instrumentos de Gestão Urbana Ambiental*

#### *Seção V – Dos Projetos Estratégicos e das Áreas de Intervenção Urbana*

*Parágrafo único: Os procedimentos de implantação das diretrizes estabelecidas para as Áreas de Intervenção Urbana – AIU, de que trata este artigo, serão regulamentados por ato do Executivo.*

*Art. 36 – Ficam definidos por este Plano Regional Estratégico os Projetos de Intervenção Estratégica:*

*I. PIE – 01: Programa Monumenta Luz compreendendo ação conjunta da Prefeitura do Município de São Paulo com o Governo do Estado de São Paulo para execução do restauro dos edifícios de interesse histórico, artístico e arquitetônico, a requalificação dos espaços públicos, estimulando os proprietários de imóveis a realizarem a reabilitação de edifícios contidos*

*no perímetro de intervenção, bem como ações sociais e reforço institucional;*

*II. PIE – 02: Programa Ação Centro compreendendo conjunto de ações de intervenções urbanas com inclusão social, de reabilitação e qualificação dos espaços públicos, de ampliação do uso habitacional e de atuação sistemática para a redução da violência, coordenadas pelo Executivo Municipal, com financiamento do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento com prioridade para ações de zeladoria nos seguintes espaços públicos:*

*a) quadrilátero: Rua 7 de Abril, Rua Conselheiro Crispiniano, Avenida São João, Avenida Ipiranga até encontrar a Rua 7 de abril;*

*b) triângulo histórico: Rua Floriano Peixoto, Rua Direita, Rua São Bento, Viaduto Boa Vista, Pátio do Colégio;*

*c) corredor cultural: Praça Dom José Gaspar, Rua Xavier de Toledo, Praça Ramos de Azevedo, Viaduto do Chá e Praça Patriarca;*

*d) parque Dom Pedro II: Rua Antônio de Sá, Rua da Figueira, Avenida Mercúrio, Rua Santa Rosa, Largo do Pari, Avenida do Estado até a Rua Paula Souza, Avenida do Estado até a Rua General Carneiro, Parque Dom Pedro II, Avenida Prefeito Passos até encontrar a Rua Antônio de Sá;*

*e) zona cerealista – rua 25 de Março: Avenida Mercúrio, Avenida Senador Queirós, Rua Florêncio de Abreu, Rua Boa Vista, Viaduto Boa Vista, Rua General Carneiro até encontrar a Avenida Mercúrio;*

*f) Praça da Sé e Praça João Mendes: Praça João Mendes, Rua Anita Garibaldi, Rua do Carmo, Rua Roberto Simonsen,*

146- ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO. *Nossas conquistas*. [online] Disponível na internet via <http://www.vivaocentro.org.br/vivaocentro/conquistas.htm>. 10 de outubro de 2006 - sobre a conclusão da obra da Praça do Patriarca.



[141]



[143]

[141] Praça do Patriarca a partir da Rua Líbero Badaró.

[142] Nova Praça do Patriarca e o novo acesso à Galeria Prestes Maia.

[143] Nova Praça do Patriarca a partir da chegada da Rua Dr. Falcão.

[144] Vista aérea na nova Praça e o Edifício Matarazzo - Sede da Prefeitura de São Paulo ao fundo. Observar o intenso fluxo de pessoas no eixo Viaduto do Chá - Rua Direita.

Notar como a implantação da nova cobertura transformou as relações espaciais da Praça, ainda que ao nível do solo tenha permanecido permeável e sem obstáculos.



[142]



[144]



*Praça Clóvis Bevilacqua, Praça da Sé até a Praça João Mendes.*

*III. PIE – 03: Programa Bela Vista – Corredor Cultural e Gastronômico;*

*IV. PIE – 04: Foz do Tamanduateí (Favela do Gato).<sup>147</sup>*

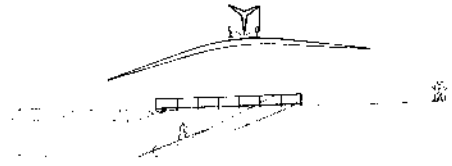
Esse modo de ação sobre o espaço urbano exige intervenções afirmativas o bastante para que se consiga sua própria reprodução. A instalação do pórtico/ cobertura na Praça do Patriarca, sem dúvida, é suficientemente significativa para tal; não se trata de uma artificial e disfarçada restauração. Indica uma nova apropriação do espaço da cidade, em especial de seu centro histórico, pelos agentes que determinam a produção do espaço urbano.

A intervenção na Praça do Patriarca, apesar de ser peça fundamental no novo modo de ação sobre o espaço urbano central, deveria obedecer à fragmentação das iniciativas seguintes e não tocar no entorno a ser transformado quase espontaneamente. A análise da Praça como espaço urbano após a iniciativa de sua recuperação, ao contrário daquela realizada para os períodos anteriores, foi feita sem considerar as características de seu entorno e apoiou-se sobre dois pontos principais: a instalação do pórtico/ cobertura, sua relação com o acesso subterrâneo e a Galeria Prestes Maia e a pedestrianização da Praça.

A ausência do entorno da Praça do Patriarca após a recente intervenção ilustra como pretendem ser transformados os espaços e as relações urbanas no centro de São Paulo. Antes, indissociável da caracterização de seu entorno, recorrentemente sofrendo os efeitos de suas atividades ou alterações espaciais, neste momento, a

Praça do Patriarca, passa a protagonizar o processo de reprodução do espaço central, irradiando os resultados da nova forma de ação sobre o centro da cidade.

147- PREFEITURA DE SÃO PAULO. Plano Diretor Subprefeitura Sé- Título III: Do uso e ocupação do solo, Capítulo III. [online] Disponível na Internet via [http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/planejamento/plano\\_diretor\\_regional/0002/portal/subprefeitura/se/planodiretor/tituloiii-dousoocupacaodosolo/aiu03.htm](http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/planejamento/plano_diretor_regional/0002/portal/subprefeitura/se/planodiretor/tituloiii-dousoocupacaodosolo/aiu03.htm). 2 de março de 2005.



[145]

[145] Corte longitudinal do novo acesso à Galeria Prestes Maia e da nova cobertura.

[146] Planta da nova Praça do Patriarca segundo o projeto de Paulo Mendes da Rocha.

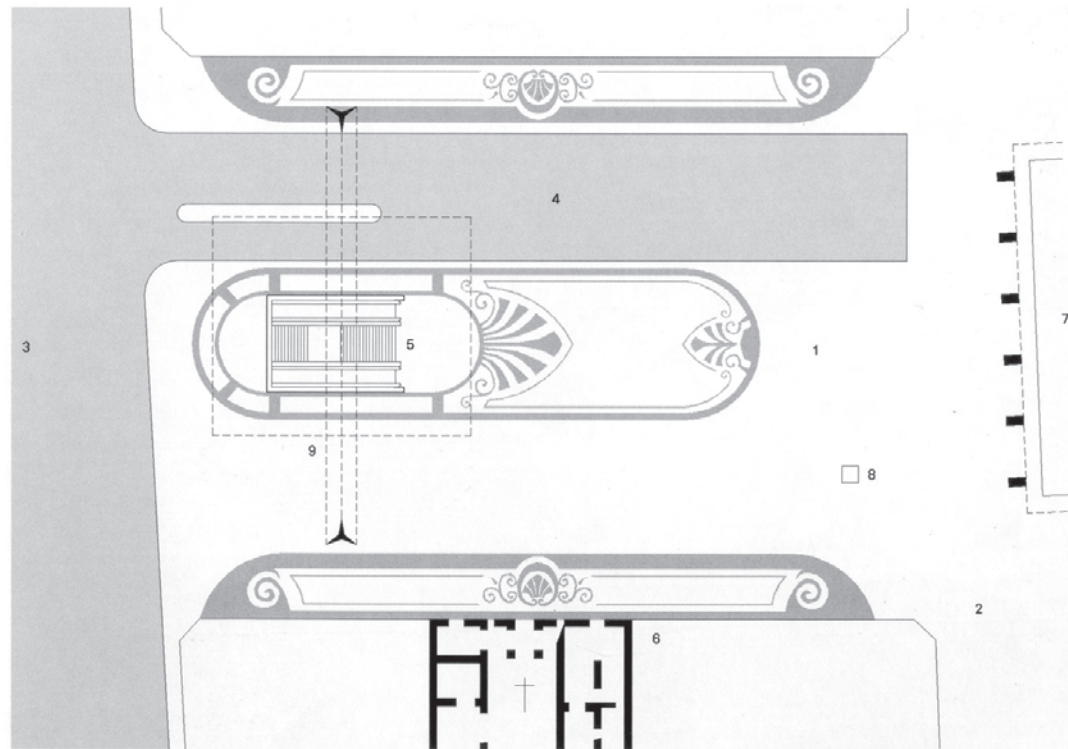
A exclusão do Viaduto do Chá na execução da proposta reduziu a intervenção a uma simples reforma no espaço da Praça. A aproximação de escala da planta mostra apenas o edifício da Igreja de Santo Antonio e o limite imposto pelo edifício Barão de Iguape na face leste.

- 1\_ Praça do Patriarca
- 2\_ Rua São Bento
- 3\_ Rua Libero Badaró
- 4\_ estacionamento
- 5\_ acesso à Galeria Prestes Maia
- 6\_ Igreja Santo Antonio
- 7\_ Edifício Unibanco
- 8\_ escultura de Ceschiatti
- 9\_ projeção da cobertura proposta

[146]



0 5 10 m



## 3.2 - A nova Praça do Patriarca

Analisando a nova planta da Praça, o primeiro efeito da proposta que se percebe é a sobreposição de dois eixos perpendiculares: o primeiro, longitudinal, é dado pelo desenho do piso de mosaico português, reforçando a profundidade da Praça que se encerra na barreira formada pelo edifício Barão de Iguape e o eixo de circulação da passagem subterrânea; o outro, paralelo à direção norte/ sul e conformado pela implantação do pórtico sobre o acesso à Galeria, parece fortalecer os limites já estabelecidos pelo conjunto de edifícios nos dois lados.

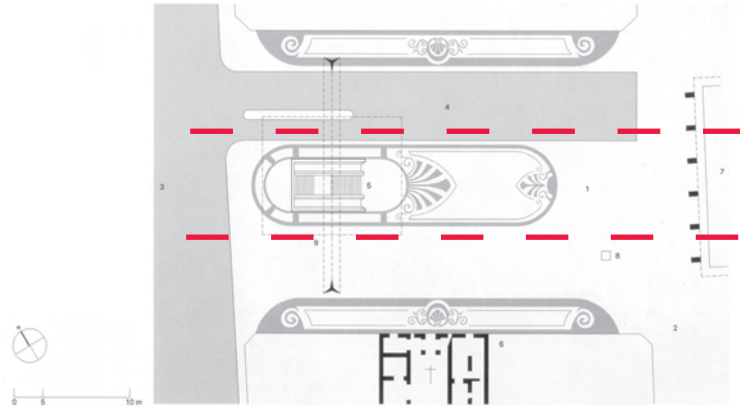
Longitudinalmente, a Praça pode ser dividida em três faixas distintas; a primeira, na porção norte, é destinada à parada ocasional de veículos de serviço ou ônibus turísticos; ao centro, a faixa delimitada pelo desenho do piso e pela circulação vertical das escadas rolantes de acesso à galeria subterrânea; por último, o trecho plano e totalmente pedestrianizado que encontra limite na fachada também composta pela Igreja de Santo Antonio e onde foi relocada a escultura de Ceschiatti, o Patriarca.

Tal “zoneamento” da planta indica a compreensão pelo projeto das diferentes características do entorno imediato. O conjunto de edifícios a norte, que abriga atividades de serviços e escritórios demanda maior fluxo de carga e de serviços; aí é implantada a via local. A faixa central possui forte conexão longitudinal com todo o eixo formado pelo Viaduto do Chá e pelo acesso à Galeria Prestes

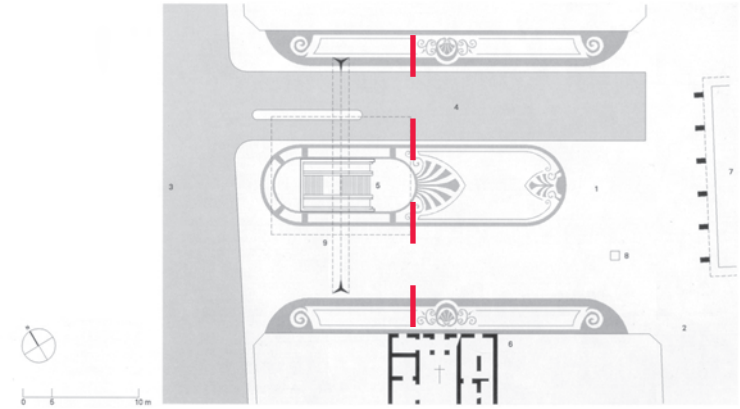
Maia- aí é recuperado o desenho do antigo piso que reforça a ligação leste-oeste da Praça. A porção sul abriga a Igreja tombada pelo Patrimônio Histórico que, desde a cidade imperial, está localizada no alinhamento da calçada, junto à escala do pedestre, causando-lhe grata surpresa- é onde o novo desenho da Praça se destina ao pedestre, característica reforçada pela nova implantação da escultura.

No outro sentido, paralelo ao Vale do Anhangabaú, a implantação da cobertura secciona a planta retangular, diminuindo o espaço livre da Praça, ainda que ao nível do solo só existam os dois pilares de apoio. É evidente que a instalação de uma cobertura em um espaço livre altera sua conformação espacial; a impressão que se tem em planta, apenas com o apoio do pórtico não é real para o observador situado na Praça. A presença da estrutura de 9 metros, ainda que permeável, favorece a leitura seccionada do espaço e, de certa forma, limita a compreensão da localização geográfica da Praça como espaço de transição entre dois tecidos urbanos distintos.

Por outro lado, a localização do pórtico e da cobertura na porção leste da Praça é compatível com a leitura do espaço urbano que se obtém a partir do Centro Novo. A maior dimensão dos espaços da ocupação mais recente na margem oposta do Vale encontra um contraponto no ancoramento leste do Viaduto do Chá. O trecho leste, por sua vez, tem suas proporções alteradas, tornando-se mais



[147]



[148]

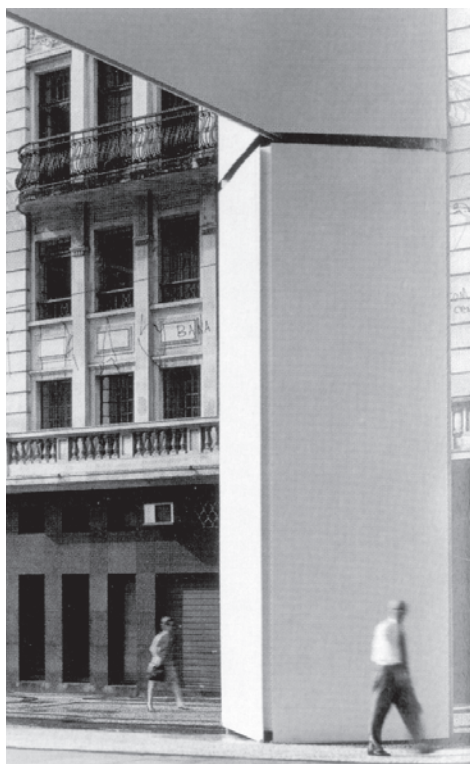


[149]

[147] Croqui sobre a planta da proposta para a Praça do Patriarca indicando o novo zoneamento do espaço.

[148] Praça do Patriarca em direção às ruas São Bento e da Quitanda.

[149] Fluxo de pedestres no eixo da Rua da Quitanda.



[150]



[151]



[152]

[150] a [152] Lado Norte da Praça do Patriarca

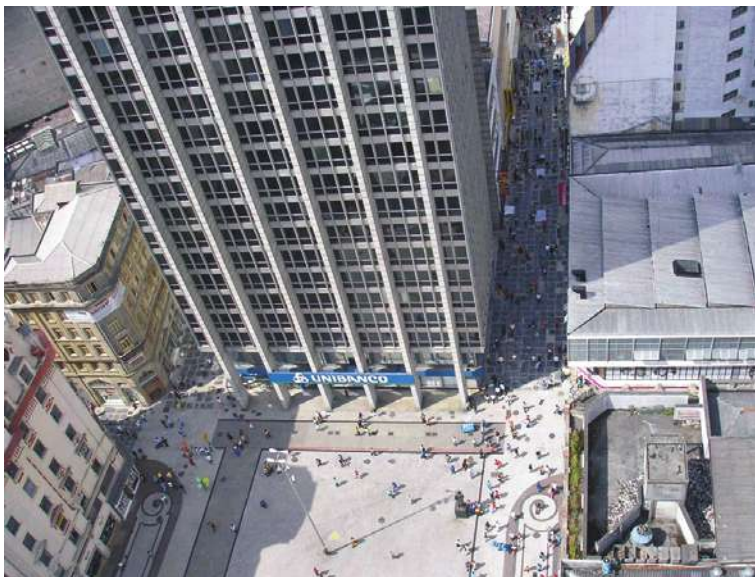


[153]



[155]

[153] Nova Praça do Patriarca a partir do Viaduto do Chá. Observar o alinhamento da nova estrutura com o eixo central da praça e sua implantação, tal como a praça, excêntrica ao Viaduto do Chá.



[154]

[154] Vista aérea do encontro da Rua Direita com a rua São Bento, onde está locada a escultura. Notar o intenso movimento de pessoas em torno do monumento.

[155] Vista aérea do pórtico e da nova cobertura.

[156] Lado Norte da Praça do Patriarca e o pórtico.



[156]

próximo dos espaços livres do Centro Velho, com dimensões mais reduzidas.

Segundo o próprio arquiteto, o desenho da estrutura permite a leitura do espaço de transição entre os dois lados do Vale do Anhangabaú que a Praça do Patriarca realiza. Para o observador situado no centro antigo, o pórtico emoldura as visuais a oeste, reforçando o aspecto de “mirante” do espaço da Praça sobre o Vale do Anhangabaú; para o observador na margem oposta e no Viaduto do Chá, marca a entrada na colina histórica como um portal de chegada.

Além disso, ao reforçar o acesso subterrâneo ao Vale do Anhangabaú, agora com destaque na paisagem, convida o pedestre a descobrir novos percursos e espaços na área central.

Os limites imediatos da Praça formados pelos conjuntos de edifícios a norte, sul e oeste têm parte de sua leitura obstruída pelo pórtico, o que causou, à época de sua construção, grande polêmica e destaque na mídia em torno da preservação da configuração original da Praça. Muito alardeada foi a relação da estrutura com a Igreja Santo Antonio, tombada como patrimônio histórico em 1969. Como já dito, o espaço da Praça possui excepcional configuração dado o alinhamento dos edifícios a sua volta e é como um desses edifícios que deve ser tratada. Se a relação que o novo pórtico estabelece com ela é nociva, é também com seus demais edifícios.

Sobre a intervenção que executou parcialmente o projeto original, pode-se dizer que acabou repetindo a situação espacial do centro – sem clareza de intenção no desenho urbano, na qual apenas

edifícios de grande qualidade sobressaem na paisagem - a estrutura acaba chamando a atenção para sua própria realização.

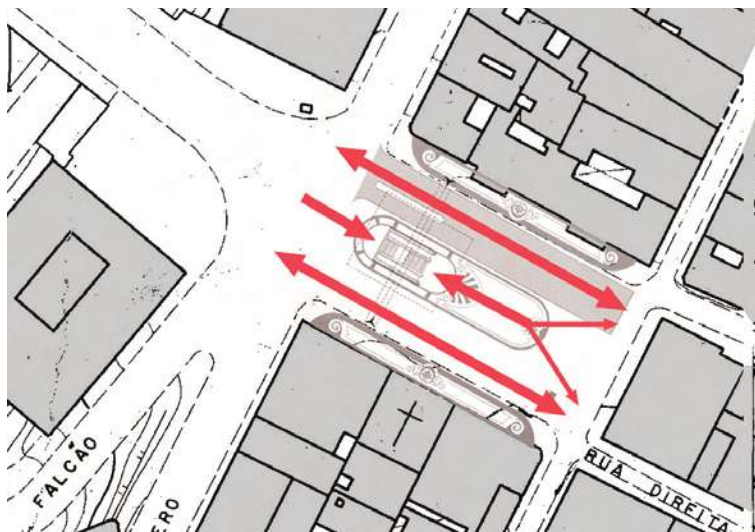
A transposição da análise de projeto para o espaço urbano resultante nos permite avaliar até que ponto as intenções presentes na proposta foram atingidas e quais alterações urbanas, na Praça e no seu entorno, foram encadeadas.

A instalação do pórtico no sentido transversal àquele desenhado pelo eixo do Viaduto do Chá reforçou a Praça como marco de chegada e como continuação do percurso de ligação entre o Centro Velho e o Novo. As duas laterais da Praça, desenhadas entre a cobertura e os pilares servem como via para o fluxo mais intenso de pedestres. A zona mais central, no eixo da circulação vertical da Galeria Prestes Maia, apesar de assinalar tal percurso, não tem o mesmo trânsito das laterais que sofrem influência das vias do antigo Triângulo.

Devido a essa alteração nos percursos da Praça, foi proposta a relocação da escultura O Patriarca do centro da planta para o ponto de maior movimento: o encontro do eixo dado pela Rua Direita com a Rua São Bento. Dessa forma, a escultura tornou-se ponto referencial no espaço servindo como ponto de encontro na Praça. Deslocando a atenção do ponto central, a escultura agora permite ao pedestre o olhar mais atento ao tecido urbano da colina histórica e seus edifícios.

A liberação do espaço central das praças é tema recorrente para seus estudiosos; entendendo o centro da praça como o espaço privilegiado dos fluxos e da aglomeração, seus equipamentos

[157] Croqui indicando os fluxos da Praça do Patriarca após a intervenção. Antes da reforma, a configuração espacial com um ponto central rodeado por pontos finais de ônibus dava à Praça o caráter de dispersão, na qual os fluxos que nela aportavam ou que dela se dispersavam tinham, prioritariamente, o sistema viário como foco.



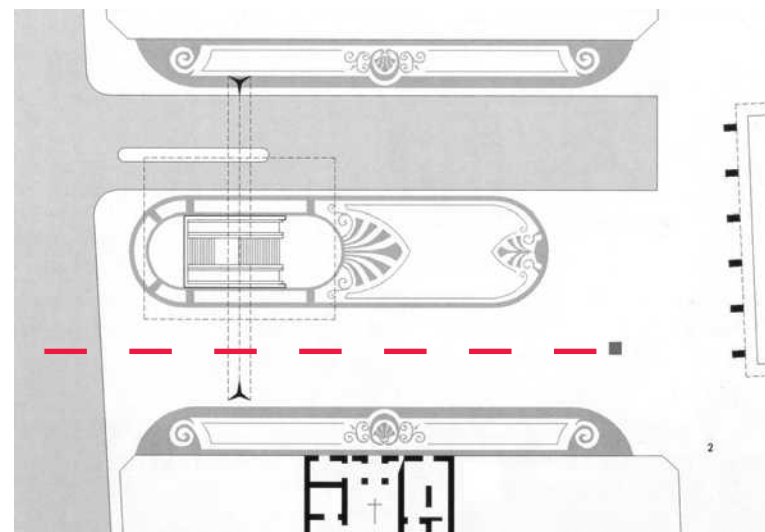
[157]

Após a intervenção, a retirada dos ônibus e a pedestrianização da Praça, o eixo longitudinal reforçado pelo Viaduto do Chá e pela implantação transversa do pórtico ganhou mais relevância e passou a caracterizar o fluxo predominante na Praça, entre o Centro Novo- Viaduto do Chá e o Centro Velho- ruas Direita, São Bento e da Quitanda.



[159]

[158] Planta da Praça indicando a localização da escultura no encontro dos eixos de maior fluxo de pedestres: Viaduto do Chá/ Rua Direita e Rua São Bento.



[158]

[159] a [161] Escultura O Patriarca. Após a nova localização o monumento tornou-se ponto de encontro e de manifestações na Praça.



[160]



[161]



deveriam ser instalados à sua margem, livrando o espaço para as imprevisíveis apropriações, lembrando que é exatamente nesses lugares intocados pelo tráfego é que se levantam os chafarizes e monumentos nas comunidades antigas.<sup>148</sup>

A reforma da Praça, além de reconfigurá-la espacialmente teve forte impacto no seu uso e nas atividades ali realizadas, como pretendiam seus promotores. O grande ponto de ônibus em que havia se convertido deu lugar ao espaço livre para os pedestres onde também são realizados eventos culturais patrocinados ou regulados pela Prefeitura Municipal.

Após a conclusão das obras, diversos edifícios do entorno tiveram seu uso transformado. O exemplo mais notável foi a transferência da sede da Prefeitura de São Paulo para o Edifício Matarazzo na comemoração dos 450 anos da cidade, demonstrando o esforço do poder público, na parceria com a iniciativa privada, para tornar eficazes as ações que vinham promovendo na área central.

Verificando os usos dos edifícios nos limites da Praça, é possível avaliar quanto a reforma transformou seu entorno. Consolidada como importante ponto comercial popular devido à presença das paradas e pontos finais de ônibus a partir da década de 1970, assistiu à substituição de muitos desses estabelecimentos que passaram a abrigar atividades de serviços mais ligadas ao fluxo exclusivo dos pedestres e de uso cultural, acompanhando o novo padrão de produção e ocupação do centro da cidade.

Consolidada como ponto comercial, principalmente após a década de 1970, devido à presença das paradas de ônibus da zona

central, assistiu à substituição de muitos desses estabelecimentos que passaram a abrigar atividades de serviço e cultural.

O levantamento sobre o uso do solo e as atividades realizadas na Praça após a reforma demonstra o número de novos estabelecimentos na Praça.

Com exceção dos edifícios Matarazzo e Lutétia, os demais edifícios não sofreram alterações significativas quanto ao uso. A quantidade de novos estabelecimentos e as mudanças descritas acima no público e no movimento das antigas lojas apontam como o espaço foi sendo transformado para atender uma população distinta daquela usuária do transporte coletivo. O esforço de transformação e revitalização do entorno foi em parte recompensado com tais alterações. Vale ressaltar, no entanto, que as mudanças devem-se mais à retirada do sistema de transportes na Praça e de seus usuários do que propriamente à conversão do uso dos edifícios que tem como maior efeito a publicidade em torno da revitalização central.

O fortalecimento do uso cultural na Praça- MASP Centro e Museu de Arte Brasileira/ FAAP- vai ao encontro da premissa das revitalizações de centros históricos nas mais diversas cidades. A inserção do uso cultural nos novos espaços recuperados é dada como a alavanca capaz de manter os benefícios da intervenção física. Evidentemente, o acesso ao universo cultural ofertado não é tão abrangente; seu uso obedece aos mesmos padrões impostos pela regulação do espaço que procura saná-lo de inconvenientes. Além de apresentar-se como um negócio bastante lucrativo e colocar-se como uma barreira que impede o trânsito da população indesejada,

148- SITTE, Camillo. *Op. Cit.* p.36.

[162] Sobreposição da planta da nova Praça do Patriarca à base Gegrán de 1972.

Estão indicados os edifícios que delimitam a Praça e que serviram de base para análise das alterações no uso do solo após a iniciativa de recuperação.

- 1\_ Praça do Patriarca
- 2\_ acesso à Galeria Prestes Maia
- 3\_ escultura O Patriarca de Alfredo Ceschiatti
- 4\_ via para trânsito ocasional de veículos
- 5\_ Edifício Barão de Iguape/ Banco Unibanco
- 6\_ comércio vestuário - Marisa & Família
- 7\_ comércio calçados - Hora 25
- 8\_ lanchonete - Master Lanches
- 9\_ Igreja Santo Antonio
- 10\_ Othon Hotel
- 11\_ Edifício Matarazzo - Sede da Prefeitura Municipal de São Paulo
- 12\_ comércio e serviços - Edifício Conde de Prates [acesso pelo Viaduto do Chá e pela Rua Líbero Badaró]
- 13\_ Edifício - Secretaria Municipal de Gestão Pública
- 14\_ uso cultural/ comércio e serviços - Edifício Lutétia
- 15\_ comércio e serviços

[levantamento realizado em abril, 2006]



Levantamento usos e atividades - Praça do Patriarca			
no. lote	atividade	há quanto tempo	alterações
2- Galeria Prestes Maia	Uso cultural – filial Museu de Arte da São Paulo/ passagem subterrânea Praça do Patriarca - Vale do Anhangabaú	Desde a inauguração da passagem subterrânea para o Vale do Anhangabaú, na década de 1940, a galeria abrigou espaços de exposições.	Inaugurada como a Galeria Almeida Júnior, na década de 1980 passou a funcionar apenas como passagem e alguma infra-estrutura urbana como banheiros e telefones públicos. Durante alguns períodos serviu como instalação de alguns órgãos públicos municipais provisoriamente. Em 2000 foi reinaugurada como museu, passando a abrigar a filial MASP Centro.
5- Edifício Barão de Iguape- Banco Unibanco	Serviços - Banco Unibanco	Desde 1956	Eventuais alterações no público e no movimento do banco são mais creditadas ao seu próprio desenvolvimento do que ao espaço em que está localizado.
6- comércio vestuário - Marisa & Família	Comércio - vestuário	Aproximadamente 50 anos	Alteração do público- público de maior poder aquisitivo - Mesmo faturamento
7- comércio calçados - Hora 25	Comércio - calçados	Aproximadamente 20 anos	Mesmo público - Faturamento pouco menor
8- lanchonete - Master Lanches	Serviços - lanchonete	3 anos	
9- Igreja Santo Antonio	Religioso	Desde o século XVIII	Público menor em função da retirada dos pontos de ônibus
10- Othon Hotel	Serviços- hotel	Desde 1954	Aumento da taxa de ocupação após a instalação da Prefeitura. Na inauguração da reforma, um acesso do Hotel à Praça foi aberto, mas logo depois voltou a ser fechado.
11- Edifício Matarazzo - Sede da Prefeitura Municipal de São Paulo	Gabinete Prefeitura Municipal de São Paulo	Janeiro 2004	O chamado “Banespinha” cedeu lugar à Prefeitura que inaugurou na Praça o uso político-administrativo
12- comércio e serviços - Edifício Conde de Prates [acesso pelo Viaduto do Chá e pela Rua Líbero Badaró]	Locação de salas Escritórios/ serviços	1952	Aumento na taxa de ocupação após a reforma da Praça. Instalação, no térreo, de empresas de financiamento e de serviços [4 financeiras no Viaduto do Chá, 1 loja de calçados e 1 cabelereiro]
13- no. 100 1 116 - Secretaria Municipal de Gestão Pública	Secretaria Municipal Gestão Pública	desde maio de 2005	O edifício de comércio e serviços até o início da década de 2000 cedeu seus 9 pavimentos ao uso administrativo após a transferência da Prefeitura para o Edifício Matarazzo.
14- uso cultural/ comércio e serviços Edifício Lutétia	Serviços- escritórios Centro Cultural FAAP – Museu de Arte Brasileira Térreo: Banco do Brasil, comércio vestuário	O edifício, construído na década de 1920 pelo arquiteto Ramos de Azevedo, sempre abrigou salas de escritórios e serviços e comércio no pavimento térreo. Das quatro lojas disponíveis no térreo, uma está sem locação, outra foi alugada para uma agência do Banco do Brasil em 2003. As outras duas lojas, de vestuário, estão no local há, aproximadamente, 50 anos.	Na data dos 450 anos da cidade de São Paulo, o terço do edifício [são três proprietários e três portarias – duas na Praça do Patriarca e uma na Rua São Bento] pertencente à Fundação Álvares Penteado passou a abrigar o Museu de Arte Brasileira e apartamentos para residência temporária de artistas convidados. As duas lojas de vestuário sofreram efeitos distintos desde a reinauguração da Praça e a retirada dos pontos de ônibus. A loja localizada na esquina da rua São Bento [Casa das Meias] viu seu faturamento cair bruscamente após a reforma. A outra [Lojas Colombo], com acesso exclusivo pela Praça, não sofreu impactos negativos com a reforma; apesar do menor movimento, o faturamento e a clientela continuam os mesmos.
15- no 162 - Rua da Quitanda comércio e serviços - Antiga Loja Casa Fretin	Serviços – escritórios, escolas, agências de financiamento	O edifício que abrigou de 1924 a 2001 a antiga Casa Fretin , passou a abrigar, a partir de então, pequenos estabelecimentos de serviços .	No térreo, em 2004, foi instalada uma agência de financiamento que tem uma rede de outras filiais na área central e o uso comercial foi substituído pelos serviços.



[163] Planta indicando os usos predominantes em torno da Praça do Patriarca de acordo com o levantamento. A comparação com os usos dos edifícios adjacentes antes da reforma aponta a inserção dos usos cultural e administrativo após a intervenção, de acordo com as premissas da revitalização do centro histórico.

incapaz de submeter-se aos códigos de sociabilidade requeridos, também, contribui para a promoção e divulgação do novo espaço como um lugar seguro que vale a pena ser visitado.

A instalação da Prefeitura no Edifício Matarazzo definiu a inserção do uso político no espaço da Praça que passou, depois de um longo intervalo, a presenciar manifestações políticas e protestos. A reportagem da Folha de São Paulo relata uma dessas manifestações:

*“A greve em São Paulo, aprovada por 90% dos 1.200 bancários presentes na assembléia da capital, deve se concentrar nos locais com maior número de trabalhadores -como centros administrativos. Hoje haverá passeata na capital, com saída da Praça do Patriarca e caminhada pelas ruas da região central.”*<sup>149</sup>

A mudança da Prefeitura inseriu-se em um conjunto de iniciativas do poder executivo para contribuir com a revitalização do centro; entre o final da década de 1990 e início da década de 2000, diversas secretarias municipais e estaduais transferiram-se para o centro da cidade.<sup>150</sup>

Ao mesmo tempo em que a transferência da Prefeitura para o Viaduto do Chá/ Praça do Patriarca conferiu maior notoriedade ao seu entorno e apresentava o poder público como grande incentivador da recuperação da área central, também afirmava o fortalecimento da ação estatal sobre o espaço. A, até então, principal bandeira da revitalização central, a reforma da Praça do Patriarca, ganhava os olhos atentos e vigilantes da presença do poder público que passou a limitar ou promover os eventos e manifestações na Praça conforme sua conveniência.

A instalação da Prefeitura no edifício cujo principal, e monumental, acesso está localizado no encontro do Viaduto do Chá com a Praça do Patriarca poderia alterar as relações espaciais e de uso no local. O espaço formado pelos alargamentos da faixa pedestrianizada da extremidade Leste do Viaduto, pela Praça e pelo térreo do Edifício Matarazzo poderia configurar-se como a área livre em torno do Paço Municipal, potencializando as relações espaciais e urbanas entre os edifícios e os espaços públicos contíguos.

No entanto, o acesso ao edifício da Prefeitura, para os pedestres que cruzam o Viaduto do Chá, é limitado e bastante vigiado; a idéia de que a Prefeitura Municipal pudesse contar com um espaço público contíguo capaz de abrigar simbolicamente a relação entre os cidadãos e seus representantes não foi considerada no projeto de sua instalação no edifício.

Se, por um lado, pretendia-se divulgar a recuperação do espaço público e sua oferta à população, por outro, essa ação deveria ser cuidadosamente engendrada para que a regulação do espaço parecesse natural aos olhos da população. Inúmeros eventos culturais são promovidos pela Prefeitura Municipal em parceria com os centros culturais vizinhos, notadamente o Centro Cultural Banco do Brasil, para que se crie na Praça um ambiente de distração e acomodação com a agenda cultural oferecida, evitando ações desvinculadas da regulação imposta tanto pelo poder público, quanto pela parcela da sociedade civil responsável pelos empreendimentos.

No entanto, como mesmo atesta a reportagem acima, o espaço público não é passível de vigilância integral. Ainda que se criem mecanismos para reprimir eventuais manifestações ou desacordos,

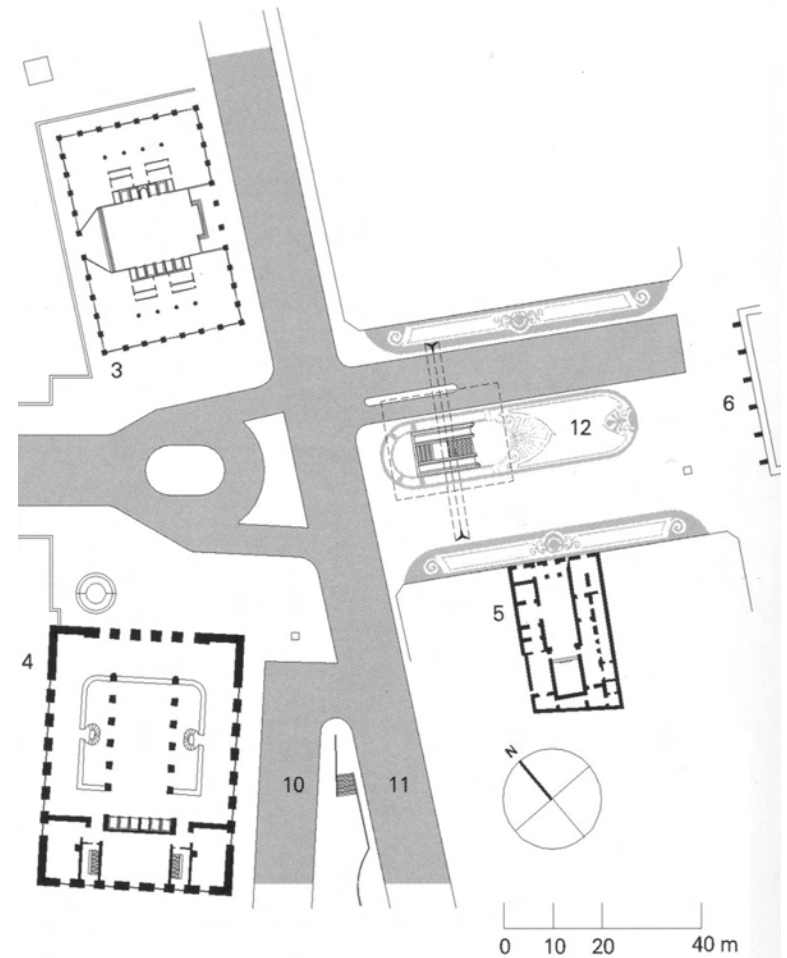
149- Folha de São Paulo- *Bancários entram em greve hoje no país*, 06/ 10/ 2005.

150- Em 2006, apenas cinco das vinte e uma secretarias municipais não se localizavam no centro histórico.



[164]

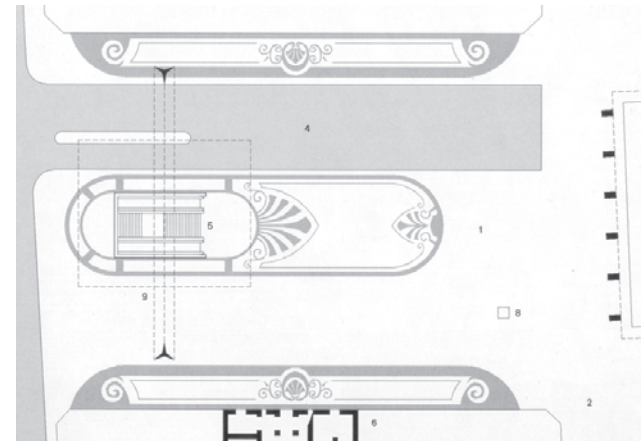
[164] Acesso ao Edifício Matarazzo, Sede da Prefeitura Municipal de São Paulo pelo Viaduto do Chá.



[165]

[165] Planta da nova Praça do Patriarca com o térreo dos edifícios Conde de Prates e Matarazzo.

a convivência ou o embate entre opiniões e situações divergentes é a premissa do sistema político em que este espaço existe e foi construído.



[167]

[166] Plantas Praça do Patriarca, 1930, 1952/59, 1972.

[167] Planta Praça do Patriarca, 2002.

[166]



### 3.3 - A relevância da nova Praça do Patriarca como espaço público no centro de São Paulo

Observando a história do espaço urbano de São Paulo, podemos dizer que o local ocupado pela Praça do Patriarca é dos espaços mais significativos e ilustrativos de sua ocupação urbana. As transformações ocorridas na Praça refletiram cada uma das grandes intervenções urbanísticas pelas quais a cidade passou e, também, as questões e interesses presentes em cada momento histórico.

A “bem-sucedida” inserção da Praça no consolidado tecido urbano central teve como consequência a profunda vinculação entre o espaço determinado pela Praça e aquele ocupado por seu entorno. O novo espaço criado foi rapidamente apropriado como parte da área central e, a não ser por seu desenho regular, não havia distinção entre as atividades aí realizadas e os usos ao redor. Sendo, então, parte do tecido urbano central, abrigando toda a variedade de usos e diversidade de pessoas e atividades característicos dos centros urbanos, a Praça do Patriarca era também sensível às oscilações das aspirações sociais e às mudanças que provocavam nas relações e no espaço urbano. Assim como demais pontos do centro histórico pôde abrigar as diversas pretensões e lutas que caracterizaram cada momento de seu percurso histórico. Esse fato, aliado à vinculação com o entorno, deu à Praça do Patriarca a possibilidade de refletir em seu espaço construído cada um dos processos urbanos pelos quais São Paulo passou no século XX. As maiores transformações

urbanas, desde a tentativa de construção de uma cidade sob o modelo estético europeu, do ideal norte-americano de vias expressas e grandes arranha-céus, até a explosão demográfica e a saturação das estruturas existentes puderam ser documentadas na construção espacial da Praça.

A análise histórica da Praça nos permite reconhecê-la como um espaço sempre ligado à transitoriedade no centro de São Paulo. Criada para facilitar a locomoção de pedestres e transportes no centro antigo e conectá-lo ao novo centro, tornou-se relevante no espaço urbano não só por este papel, mas, também, por ilustrar o avanço da expansão urbana para além da colina original. Ponto comum a inúmeros percursos, especialmente até meados do século XX, acabou se consolidando, então, como ponto de encontro e de manifestações públicas. A presença dos mais diversos usos e as várias possibilidades de apropriação que a Praça promovia [circulação, estar, manifestações, comércio, etc] confirmavam-na como o espaço público responsável pela transição entre a colina histórica e o Centro Novo.

A relevância de sua configuração espacial é dada pelo próprio alinhamento regular da praça, pela existência da Igreja de Santo Antonio, tombada em 1969 pelo CONDEPHAAT, pela permanência dos edifícios de escritórios do início do século XX no



[167]



[168]



[169]



[170]

[166] a [170] Praça do Patriarca nas décadas de 1920 e 1930.

seu lado norte e pela implantação e presença dos edifícios Conde de Prates, Barão de Iguape e Othon Palace Hotel que souberam inserir num espaço tão consolidado uma nova escala e um novo modo de apropriação e uso da cidade e do centro, assim como havia sido realizada a implantação da própria Praça. Além disso, a planta regular implantada nessa privilegiada localização geográfica – sobre o Vale do Anhangabaú, voltada para o Centro Novo- compõe um espaço único no tecido do Centro que alterou a irregularidade da trama da colina histórica `a medida em que se voltava para além de seus limites e assistia a adaptação a um novo modo de vida e de apropriação do espaço urbano.

O desenho da Praça, sua admirável implantação e o testemunho guardado pelos edifícios de seu alinhamento - construções que ilustram o modo de vida desde o século XVIII até os dias atuais- definem-na como um dos espaços mais representativos da história urbana de São Paulo. Poucos locais na cidade guardam tantos testemunhos de épocas diversas, formando um conjunto arquitetônico tão harmônico. Em uma cidade como São Paulo cujo patrimônio histórico é escolhido muito mais pela improvável permanência no espaço urbano do que por, propriamente, sua excelência artística, é fundamental atentarmos para os poucos trechos da mancha urbana que guardam o testemunho de seu desenvolvimento, como é o caso da Praça que ainda mantém edifícios remanescentes de diversos períodos da história de São Paulo.

A vinculação do espaço da Praça com seu entorno é fundamental para entendermos seu papel no espaço urbano; por isso, a análise da Praça do Patriarca foi realizada a partir de seu entorno, procurando

identificar no espaço pré-existente as origens de suas principais características que a determinaram como espaço tão relevante no conjunto das relações urbanas centrais.

No início da década de 1990, a importância da Praça do Patriarca como ponto de articulação espacial e como espaço significativo na trama urbana do centro foi reconhecida pelo poder público e pela iniciativa privada que, através de um conjunto de iniciativas para a revitalização do centro, propuseram como a primeira de uma série de intervenções a serem executadas, a reforma e a revitalização da Praça do Patriarca.

O principal efeito, na escala metropolitana, da reforma da Praça foi sua mudança como referencial urbano. Historicamente consolidada como ponto de articulação viária e de fluxos de pedestres, a partir da reforma executada, deixou de servir como referência do sistema de circulação metropolitano para se apresentar como exemplo do novo modo de produção do espaço urbano baseado na incorporação e revitalização de pontos significativos do tecido urbano; assim, a anterior vinculação com o entorno foi preterida, buscando na sua construção um novo modelo de espaço que redefinissem as relações urbanas a sua volta.

Com a perda da função no sistema de circulação, a Praça voltou-se para a escala do pedestre de passagem e apenas teve seu alcance metropolitano garantido pela promoção em torno de sua “revitalização”. Obedecendo ao atual padrão de transformação dos centros históricos, a Praça teve sua função original descartada em favor de uma aparência mais limpa que acabou determinando



[171]



[172]



[173]



[174]

[171] Praça do Patriarca, década de 1940.

[172] Praça do Patriarca, 1978.

[173] e [174] Praça do Patriarca após a reforma de 2002.

sua subordinação, em novas bases, a outros pontos relevantes do entorno; antes caracterizada como importante pólo de atração e dispersão na área central, passou, então, a apoio para a passagem de pedestres que não a têm como ponto de chegada ou partida.

Por outro lado, pode-se dizer que o centro recuperou mais um espaço público, antes tomado por ônibus e ambulantes. No entanto, a própria localização da Praça, próxima aos mais significativos espaços públicos da cidade, como o Vale do Anhangabaú, já é suficiente para atestar a necessidade de um espaço pedestrianizado que não pode ser efetivamente apropriado em função da regulação estabelecida pelo poder público e por seus promotores.

## **Considerações Finais**

No espaço público central vemos retratados inúmeros aspectos da vida urbana que abriga e promove; sua permanência por tempo indeterminado no tecido urbano permite que absorva as recorrentes transformações nas relações de produção, nas práticas sociais e, por fim, nos ideais urbanos responsáveis por sua configuração.

Se os elementos que constituem o espaço traduzem as pretensões, os limites e as possibilidades de cada momento histórico, podemos encontrar nesse espaço algumas características necessárias à compreensão da produção do espaço urbano em cada etapa definida.

A partir de uma praça significativa da ocupação territorial de São Paulo, a Praça do Patriarca, procuramos discutir a permanência e a relevância do espaço público central no processo de construção, reprodução e consolidação das relações urbanas; interessa-nos destacar quais elementos do espaço público central são considerados ou não nos momentos de transformação e até que ponto as relações estabelecidas entre ele e seu entorno são determinantes na definição das novas bases a serem propostas.

A Praça e seu entorno foram observados quanto à conformação espacial, ao desenho formal de seus edifícios e às possibilidades de uso e apropriação que permitia em cada período estudado. A esse levantamento, sobrepusemos referências históricas sobre a construção da cidade e seus distintos propósitos, procurando esclarecer as relações entre a conjuntura sócio-política e a consequente construção do espaço.

No entanto, verificamos que a partir da década de 1990, em São

Paulo, passa a predominar uma nova visão de cidade que, como em outras ocasiões ao longo do século XX, inicia um novo processo de transformação do espaço urbano, em especial, do espaço urbano central, que procura estabelecer outras relações econômicas e de produção entre seu espaço e as atividades nele desenvolvidas.

Enquanto a visão da cidade como exclusivo apoio material ao desenvolvimento das atividades econômico-financeiras é difundida em muitas metrópoles, alguns autores do campo das ciências sociais indicam nela o ambiente propício para a afirmação da decadência da esfera pública em relação à esfera privada. No entanto, ao contrário do que esse novo modo de ação sobre o espaço urbano possa sugerir, são os espaços públicos centrais o alvo preferencial das recentes transformações metropolitanas sob tal bandeira. É nesse contexto específico que procuramos compreender o papel do espaço público central nos processos de produção/ reprodução da cidade de São Paulo.

É certo que os espaços significativos do tecido urbano foram sempre construídos como símbolos dos momentos que lhe deram origem; é certo também, que, de acordo com as mudanças nas práticas sociais, no modo de vida e no cotidiano urbanos, algumas áreas ou alguns pontos desse tecido ganharam ou perderam importância ao longo do processo histórico, como é exemplo o caso do largo São Francisco no centro da cidade. Durante todo o período colonial, até a República, o Largo São Francisco era um ponto referencial tanto na conformação territorial da antiga vila, quanto em seu cotidiano; com as transformações econômicas, sociais e urbanas ao longo do século XX, o Largo deixou de ser referência fundamental na vida

urbana de São Paulo, salvo por seu passado histórico. Da mesma maneira, foi conferida à nova Praça do Patriarca a relevância de um espaço modelo a ser seguido, que nunca encontrou correspondência em sua história, nem mesmo na época de sua implantação.

Quando foi finalmente construída a Praça do Patriarca, apesar do sucesso de seu projeto, não era intenção propagar tal modelo de ação sobre a colina histórica; a decisão de reconstruir um trecho do tecido urbano e nele aplicar o pretendido modo de vida não poderia ser repetido indistintamente; o tecido consolidado do núcleo central tornava impeditiva qualquer intervenção mais incisiva sobre o espaço urbano, o que acabou contribuindo para o espraiamento a oeste da expansão urbana que tinha como modelo a Praça do Patriarca.

Devido à sua implantação sobre um tecido consolidado e ao programa que lhe foi proposto –a articulação dos fluxos e vias entre os dois centros, a Praça e suas atividades tornaram-se indissociáveis de seu entorno; qualquer alteração espacial ou de uso nas áreas contíguas da colina histórica e do Vale do Anhangabaú significava alguma alteração equivalente dentro de seus limites.

O novo espaço da Praça, definido após a mais recente intervenção, correspondeu à intensidade das alterações na visão de cidade que o determinou; a sua escolha como primeiro local a ser transformado sob o novo modelo de ações pontuais, aparentemente desconectadas, transformou-a como referencial urbano. Antes profundamente relacionada com seu entorno, passou a ser apresentada, principalmente através da mídia, como pólo irradiador das mudanças pretendidas, sem que isso se configurasse em alguma ação sobre a sua conexão com o entorno. Quando foi reformada

para promover às áreas adjacentes as recentes melhorias, sua relação com o entorno e o tecido urbano central foi reduzida.

A análise da recente intervenção na Praça do Patriarca, que pode ser estendida às contemporâneas iniciativas de recuperação dos espaços centrais, não pode deixar de considerar os estudos do alargamento da esfera privada sobre o espaço público e a onda de promoção e divulgação das características históricas dos centros urbanos. A presença eficiente e afirmativa de setores da sociedade civil e da iniciativa privada nas decisões sobre a produção do espaço urbano é reflexo da ampliação das competências da esfera privada, enquanto o domínio público, na mesma medida, perde atribuições e poder de discussão e juízo sobre um de seus principais produtos - a cidade.

Nesse momento, alguns dos fundamentais atributos do espaço público acompanham seu processo de redução, tornando sua materialização no espaço construído rara e dispersa; diversidade, sobreposição, visibilidade, acessibilidade, permanência e experimentação não constituem mais as premissas do espaço público construído; em seu lugar, a produção de um cenário histórico distante, muitas vezes inverossímil, pretende moldar o comportamento e o cotidiano urbanos de acordo com interesses construídos acima do debate público.

No caso da Praça do Patriarca, não é a mudança de seus referenciais, de sua conformação espacial ou de sua função urbana que são questionados no ato da intervenção; podemos transformar o espaço urbano tantas vezes e com os mais variados objetivos se creditarmos a cada uma dessas transformações a melhora de algum



aspecto na vida urbana.

Assim, a alardeada potencialização dos elementos e aspectos históricos presentes no espaço urbano construído não acontece antes de uma rigorosa revisão para que possam servir ao novo modo de produção das cidades; as particularidades históricas, as realidades superadas e os desacordos encontrados não são revelados; apenas o distante e herdado passado é apresentado como se nada do presente lhe fosse subordinado.

## **Referências Iconográficas e Bibliográficas**

## Imagens Utilizadas

Imagens 13, 92, 94, 95, 127, 129, 130, 131, 139, 140, 172. Fonte: EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO (EMURB)

Imagens 23, 31, 32, 38, 40, 51, 53. Fonte: FUNDAÇÃO ENERGIA E SANEAMENTO

Imagens 19, 113. Fonte: Levantamento Aerofotogramétrico RESOLO, 2000.

Imagem 21. Fonte: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo. São Paulo antigo: plantas da cidade. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, Serviço de Comemorações Culturais, 1954.

Imagens 72, 75, 76, 87, 169. Fonte: ALVIM, Zuleika M. F. *Mappin setenta anos*. São Paulo: Ex-Libris, 1985.

Imagem 77. Fonte: BRUNO, Ernani Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*. Prefácio de Gilberto Freyre. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954. V3.

Imagens 116, 117, 118, 119, 122. Fonte: COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO. *Quinze anos de Companhia do Metropolitano de São Paulo*. São Paulo: CMSP, 1983.

Imagens 111, 112. Fonte: COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO. *Leste Oeste: em busca de uma solução integrada*. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, Companhia do Metropolitano de São Paulo, 1979.

Imagens 18, 110. Fonte: EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO (EMURB). *Ruas de pedestres*. São Paulo: EMURB, 1979.

Imagens 5, 8, 26, 37, 39, 41, 42, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 54, 56, 62, 68, 69, 78, 79, 80, 85, 86, 89, 105, 168. Fonte: GERODETTI, João Emílio. *Lembranças de São Paulo: a capital paulista nos cartões-postais e álbuns de lembranças*. São Paulo: Studio Flash Produções Gráficas, 1999.

Imagens 6, 57, 58, 64, 74, 106, 123, 125, 167, 170. Fonte: INSTITUTO MOREIRA SALLES. São Paulo, 450 Anos. Série Cadernos de Fotografia Brasileira, n. 2. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2004.

Imagem 15. Fonte: INSTITUTO CULTURAL ITAÚ. *Bairro dos Campos Elíseos*. Cadernos da Cidade de São Paulo. São Paulo: Ici, 1994.

Imagens 66, 70, 73, 93, 97, 98, 171. Fonte: MAIA, Francisco Prestes. *Os melhoramentos de São Paulo*; palestra do engenheiro Francisco Prestes Maia, Prefeito Municipal. São Paulo, 1945 - 2. tiragem atualizada.

Imagem 100. Fonte: PORTA, Paula (org.). *História da cidade de São Paulo, v.3: a cidade na primeira metade do século XX*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

Imagens 1, 7, 11, 14, 27, 84, 101. Fonte: REIS FILHO, Nestor Goulart. *São Paulo: vila cidade metrópole*. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo: BankBoston, 2004.

Imagens 20, 114, 124, 128. Fonte: *São Paulo 2000*. fotos Gal Oppido; apresentação Helena Saia, Irineu Franco Perpétuo, Mario Sérgio Costella; legendas Walter Pires; tradução Lauro Machado Coelho, Jeanne Rangel. São Paulo: São Paulo Imagem Data, 1999.

Imagens 35, 36. SÃO PAULO (Cidade) - Secretaria de Cultura - Departamento do Patrimônio Histórico. *Paulicéias Perdidas*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1991.

Imagem 22. Fonte: TOLEDO, Benedito Lima de. *Álbum comparativo da cidade de São Paulo/1862-1887: Militão Augusto de Azevedo/Benedito Lima de Toledo, Boris Kossoy [e] Carlos Lemos*. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1981.

Imagens 3, 24, 28, 29, 30, 34, 63, 65, 88. Fonte: TOLEDO, Benedito Lima de. *Anhangabaú*. São Paulo: FIESP, 1989.

Imagens 9, 10, 12, 81, 82, 83. Fonte: TOLEDO, Benedito Lima de. *Prestes Maia e as origens do urbanismo moderno em São Paulo*. São Paulo: Empresa das Artes, 1996.

Imagens 2, 4, 33, 43, 44. Fonte: TOLEDO, Benedito Lima de. *São Paulo: três cidades em um século*. São Paulo: Cosac & Naify, Duas Cidades, 2004.

Imagem 17. Fonte: TOSCANO, João Walter. *João Walter Toscano*. São Paulo: UNESP, Instituto Takano de Projetos Culturais Educacionais e Sociais, 2002.

Imagem 16. Fonte: WALKER, José Roberto. *Sala São Paulo: café, ferrovia e a metrópole*. São Paulo: Arquivo do Estado, Secretaria de Estado da Cultura, 2001.

Imagens 102, 104. Fonte: XAVIER, Alberto; LEMOS, Carlos; CORONA, Eduardo. *Arquitetura moderna paulistana*. São Paulo: Pini, 1983.

Imagens 96, 132, 143. Fonte: URBS. São Paulo: Associação Viva o Centro, 1997-2005.

Imagem 103. Fonte: ACRÓPOLE, n. 217. São Paulo: Técnicas Brasileiras, 1956.

Quando não citada a fonte, a imagem pertence à autora.

## Bibliografia

- ABRAHÃO, Sérgio Luís. *O processo de significação do espaço público urbano como espaço público político*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2005.
- ALVES, Glória da Anunciação. *O Uso do Centro da Cidade de São Paulo e sua Possibilidade de Apropriação*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1999.
- ALVIM, Zuleika M. F. *Mappin setenta anos*. São Paulo: Ex-Libris, 1985.
- AMERICANO, Jorge. *São Paulo nesse tempo: 1915-1935*. São Paulo: Melhoramentos, 1962.
- ARANTES, Antonio Augusto. *Produzindo o passado – estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- ARANTES, Otilia B. F. *Urbanismo em fim de linha e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica*. São Paulo: EDUSP, 1998.
- \_\_\_\_\_. *A ideologia do “lugar público” na arquitetura contemporânea (um roteiro)*. In \_\_\_\_\_. *O lugar da arquitetura depois dos modernos*. São Paulo: EDUSP/ NOBEL/ FAPESP, 1993.
- ARANTES, O.; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos. *A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando Consensos*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- ARGAN, Giulio Carlo. *História da Arte como História da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- ARTIGAS, R.; MENDES DA ROCHA, P.; WISNIK, G. *Paulo Mendes da Rocha - memórias dos projetos*. São Paulo: Cosac & Naify, 2000.
- ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO. *São Paulo centro XXI: entre história e projeto*. São Paulo: Associação Viva o Centro, 1994.
- \_\_\_\_\_. *O Coração da Cidade de Cara Nova*. São Paulo: mimeo, s/ d.
- BEI, Turan. *Praça do Patriarca década de 50*. [online] Disponível na Internet via <http://www.saopaulominhacidade.com.br/list.asp?ID=288>.
- BORJA, Jordi. *As cidades e o planejamento estratégico: uma reflexão européia e latino-americana*. In Fischer, Tânia. *Gestão contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. *Efeitos do Lugar*. In *A Miséria do Mundo*, 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 159-166.

- \_\_\_\_\_. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BRUNO, Ernani Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*. Prefácio de Gilberto Freyre. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954. V3.
- \_\_\_\_\_. *Memória da cidade de São Paulo*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico – Prefeitura de São Paulo, 1981.
- CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 2003.
- CARLOS, Ana Fani. *Espaço-Tempo na Metrópole: a Fragmentação da Vida Cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2001.
- CASTRO, Sônia Rabello. *O Estado na Preservação de Bens Culturais: o Tombamento*. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.
- CHAUÍ, Marilena. *O Espaço Público e Democracia*. mimeo, Seminário Espaços Urbanos e Exclusão Social. São Paulo, 1998.
- CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade, UNESP, 2001.
- CIAM (International Congress for Modern Architecture); ROGERS, E. N.; SERT, J. L. ; TYRWHITT, J. *Il Cuore della città: per una vita umana della comunità*. Milano: Hoepli, 1954.
- COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO. *Quinze anos de Companhia do Metropolitano de São Paulo*. São Paulo: CMSP, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Leste Oeste: em busca de uma solução integrada*. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, Companhia do Metropolitano de São Paulo, 1979.
- CORDEIRO, Helena Kohn. *Centro da metrópole paulistana: expansão recente*. São Paulo: Instituto de Geografia da Usp, 1980.
- CORONA, Eduardo. *Aberrações arquitetônicas desorientam o paulistano*. In Acrópole n. 217, nov. 1956.
- DEL RIO, Vicente Eduardo. *Desenho urbano e revitalização na área portuária do Rio de Janeiro: a contribuição do estudo da percepção ambiental*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1991.
- ELETROPAULO, Departamento de Patrimônio Histórico. *A Cidade da Light: 1899-1930*. São Paulo: Eletropaulo, 1990.
- EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO (EMURB). *Ruas de pedestres*. São Paulo: EMURB, 1979.

- \_\_\_\_\_. *O Resgate da Área Central*. São Paulo: EMURB, 1991.
- FERREIRA, Barros. *O nobre e antigo bairro da Sé* - Série história dos bairros de São Paulo: 10. São Paulo, 1971.
- FRÚGOLI JR., Heitor. *São Paulo: espaços públicos e interação social*. São Paulo: Marco Zero, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Centralidade em São Paulo trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo: Cortez/EDUSP, 2000.
- GERODETTI, João Emílio. *Lembranças de São Paulo: a capital paulista nos cartões-postais e álbuns de lembranças*. São Paulo: Studio Flash Produções Gráficas, 1999.
- HABERMAS, Jurgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- HERTZBERGER, Herman. *Lições de arquitetura*; [Trad] Carlos Eduardo Lima Machado. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- HOBSBAWN, E.; Ranger, T. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HUET, Bernard e outros. *Os Centros das Metrôpoles: Reflexões e Propostas para a Cidade Democrática do Século XXI*. São Paulo: Ed. Terceiro Nome, Viva o Centro, Imprensa Oficial do Estado, 2001.
- INSTITUTO CULTURAL ITAÚ. *Praça do Patriarca/ Viaduto do Chá, Praça Ramos/ Viaduto do Chá*. Cadernos da Cidade de São Paulo. São Paulo: Ici, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Praça da Sé*. Cadernos da Cidade de São Paulo. São Paulo: Ici, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Largo São Francisco*. Cadernos da Cidade de São Paulo. São Paulo: Ici, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Bairro dos Campos Elíseos*. Cadernos da Cidade de São Paulo. São Paulo: Ici, 1994.
- INSTITUTO MOREIRA SALLES. *São Paulo, 450 Anos*. Série Cadernos de Fotografia Brasileira, n. 2. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2004.
- JEUDY, Henri-Pierre. *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.
- KLIASS, Rosa Grena. *Parques urbanos de São Paulo e sua evolução na cidade*. São Paulo: Pini, 1993.
- KOSSOY, Boris. *Álbun de photographias do estado de São Paulo, 1892: estudo crítico*. São Paulo: Kosmos, 1984.
- \_\_\_\_\_. *São Paulo, 1900. Imagens de Guilherme Gaensly*. São Paulo: Kosmos: CBPO, 1988.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Documentos, 1969.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo: UNICAMP, 1990.

LEME, Maria Cristina da Silva. *Revisão do Plano de Avenidas: um estudo sobre planejamento urbano, 1930*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1990.

\_\_\_\_\_. *Formação do pensamento urbanístico em São Paulo, no início do século XX*. In Espaço e Debates, v.11, n.34, 1991. p.64-70.

LE MOS, Carlos. *O que é patrimônio histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MAIA, Francisco Prestes. *Estudo de um plano de avenidas para a cidade de São Paulo*. São Paulo: Melhoramentos, 1930.

\_\_\_\_\_. *Os melhoramentos de São Paulo*; palestra do engenheiro Francisco Prestes Maia, Prefeito Municipal. São Paulo, 1945 - 2. tiragem atualizada.

MARX, Murillo. *Breve percurso pela cidade no Brasil*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1980.

\_\_\_\_\_. *Cidade brasileira*. São Paulo: Edições Melhoramentos, Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

\_\_\_\_\_. *Nosso chão: do sagrado ao profano*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

MUNFORD, Lewis. *Cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965.

PADILHA, Márcia. *A Cidade como Espetáculo: Publicidade e Vida Urbana na São Paulo dos Anos 20*. São Paulo: Annablume, 2001.

PALLAMIN, Vera Maria(org.). *Cidade e cultura: esfera pública e transformação urbana*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

PORTA, Paula (org.). *História da cidade de São Paulo, v.3: a cidade na primeira metade do século XX*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. *Reconstruir o Centro*. São Paulo: Procentro, AR-Sé, 2001.

\_\_\_\_\_. *O Direito à Memória, Patrimônio Histórico e Cidadania*. São Paulo: DPH, 1992.

\_\_\_\_\_. *Plano Diretor Subprefeitura Sé*. [online] Disponível na Internet via [http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/planejamento/plano\\_diretor\\_regional/0002/portal/subprefeitura/se/planodiretor/tituloiii-dousoeocupacaodosolo/aiu03.htm](http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/planejamento/plano_diretor_regional/0002/portal/subprefeitura/se/planodiretor/tituloiii-dousoeocupacaodosolo/aiu03.htm). 2 de março de 2005.

QUEIROGA, Eugênio Fernandes. *A megalópole e a praça: o espaço entre a razão de dominação e a ação comunicativa*. Tese de Doutorado apresentada



à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2001.

RICCA JUNIOR, Jorge. *Anhangabaú: construção e memória*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2003.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *São Paulo: vila cidade metrópole*. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo: BankBoston, 2004.

\_\_\_\_\_. *São Paulo e outras cidades: Produção social e degradação dos espaços urbanos*. São Paulo: Hucitec, 1994.

ROSSI, Aldo. *A Arquitetura da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987

\_\_\_\_\_. *Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SÃO PAULO - Secretaria de Cultura - Departamento do Patrimônio Histórico. *Programa de valorização I, área central, setor I - Largo São Bento / Rua Florêncio de Abreu*. São Paulo: Dph, 1986.

SÃO PAULO - Secretaria de Cultura - Departamento do Patrimônio Histórico. *Paulicéias Perdidas*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1991.

SÃO PAULO - Secretaria Municipal de Planejamento. *Evolução do uso do solo nos anos 90*. São Paulo, 2000.

*São Paulo 2000*. fotos Gal Oppido; apresentação Helena Saia, Irineu Franco Perpétuo, Mario Sérgio Costella; legendas Walter Pires; tradução Lauro Machado Coelho, Jeanne Rangel. São Paulo: São Paulo Imagem Data, 1999.

SASSEN, Saskia. *As Cidades na Economia Mundial*. São Paulo: Nobel, 1998.

SCHORSKE, Carl. *Viena fin-de-siècle*. Campinas, São Paulo: Ed. da Unicamp, Companhia das Letras, 1990.

SEGAWA, Hugo. *Prelúdio da metrópole: arquitetura e urbanismo em São Paulo na passagem do século XIX ao XX*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

SENNET, Richard. *O Declínio do homem Público*. São Paulo: Companhia das Letras, 1983.

SIMÕES JÚNIOR, José Geraldo. *Revitalização de centros urbanos*. São Paulo: Pólis, 1994.

\_\_\_\_\_. *Anhangabaú - história e urbanismo*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1995.

SITTE, Camillo. *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. São Paulo: Atica, 1992. [Apres] Carlos Roberto Monteiro de Andrade; [Trad] Ricardo Ferreira Henrique.

SPOSITO, Maria E. B. *O Centro e as Formas de Expressão da Centralidade Urbana*. In Revista de Geografia v.10, Presidente Prudente, UNESP, 1991. p. 1-18.

TOLEDO, Benedito Lima de. *São Paulo: três cidades em um século*. São Paulo: Cosac & Naify, Duas Cidades, 2004.

\_\_\_\_\_. *Álbum comparativo da cidade de São Paulo/1862-1887: Militão Augusto de Azevedo/Benedito Lima de Toledo, Boris Kossy [e] Carlos Lemos*. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1981.

\_\_\_\_\_. *Anhangabaú*. São Paulo: FIESP, 1989.

\_\_\_\_\_. *Prestes Maia e as origens do urbanismo moderno em São Paulo*. São Paulo: Empresa das Artes, 1996.

\_\_\_\_\_. *Monumento e Ideologia* In Jornal da Usp, p.2, 06 nov. 1993.

TOSCANO, João Walter. *João Walter Toscano*. São Paulo: UNESP, Instituto Takano de Projetos Culturais Educacionais e Sociais, 2002.

TRAGTENBERG, Maurício. *Memórias de um autodidata no Brasil*. Organizado por Sonia Alem Marrach. São Paulo: Escuta, FADESP, UNESP, 1999.

WALKER, José Roberto. *Sala São Paulo: café, ferrovia e a metrópole*. São Paulo: Arquivo do Estado, Secretaria de Estado da Cultura, 2001.

XAVIER, Alberto; LEMOS, Carlos; CORONA, Eduardo. *Arquitetura moderna paulistana*. São Paulo: Pini, 1983.

VILLACA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

\_\_\_\_\_. *A produção e o uso da imagem do centro da cidade: o caso de São Paulo*. Texto de estudo, não publicado, 1993. [online] Disponível na Internet via [http://www.flaviovillaca.arq.br/artigos01\\_a\\_p1.html](http://www.flaviovillaca.arq.br/artigos01_a_p1.html). 15 de outubro de 2006.

\_\_\_\_\_. *A responsabilidade das elites e a decadência dos centros de São Paulo e Rio*. Texto de estudo, não publicado, 1993. [online] Disponível na Internet via [http://www.flaviovillaca.arq.br/artigos01\\_a\\_p1.html](http://www.flaviovillaca.arq.br/artigos01_a_p1.html). 15 de outubro de 2006.

ZANETTI, Valdir Zonta. *Planos e projetos ausentes: desafios e perspectivas da requalificação das áreas centrais de São Paulo*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2005.

ZUCKER, Paul. *Town and square from the agora to the village green*. New York: Columbia University Press, 1959.

## Periódicos

ACRÓPOLE, n. 217. São Paulo: Técnicas Brasileiras, 1956.

ARC DESIGN, Suplemento Especial Arc Design, n. 39, nov./ dez. 2004. *Mestres da Arquitetura: Paulo Mendes da Rocha*. Barueri: Quadrifoglio, 2004.

AU – ARQUITETURA E URBANISMO, n. 60, jun./ jul. 1995. São Paulo: Pini, 1995.

BOLETIM VIVA O CENTRO, n.4, dez. 1992. São Paulo: Associação Viva o Centro, 1992.

\_\_\_\_\_, n.6, jul. 1993. São Paulo: Associação Viva o Centro, 1993.

CASABELLA, n. 720, mar. 2004. *Mendes da Rocha – Sistemazione di Praça do Patriarca*. p. 6-11. Milano: Editoriale Donus, 2004.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO

FOLHA DE SÃO PAULO

JORNAL ARQUITECTOS, n. 210, mar./ abr. 2003. *Praça do Patriarca, Paulo Mendes da Rocha- dossier fotográfico Bebete Viégas*. Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2003.

PROJETO/ DESIGN, n. 220, maio 1998. São Paulo: Arco e Editorial, 1998.

\_\_\_\_\_, n. 273, nov. 2002. *No tabuleiro da cidade, jogadas precisas dão xeque-mate na degradação*. p.36- 43. São Paulo: Arco e Editorial, 2002.

URBS, n. 1, ago. 1997. *Imagens inéditas de Thomaz Farkas*. p.26-30. São Paulo: Associação Viva o Centro, 1997.

\_\_\_\_\_, n. 16, mar./ abr. 2000. *Patriarca, saindo do papel*. p. 28- 31. São Paulo: Associação Viva o Centro, 2000.

\_\_\_\_\_, n. 23, out./ nov. 2001. *Um projeto de São Paulo a partir do centro*. p. 36- 42. São Paulo: Associação Viva o Centro, 2001.

\_\_\_\_\_, n. 26, maio/ jun. 2002. *Patriarca em obras*. p.12- 15. São Paulo: Associação Viva o Centro, 2002.

\_\_\_\_\_, n. 28, out. / nov. 2002. *Promessa: começam já as obras do MASP centro*. p. 8- 11; *Patriarca reinaugurada*. p. 13; *A difícil equação de tombar e preservar*. p. 24- 29. São Paulo: Associação Viva o Centro, 2002.

- \_\_\_\_\_, n. 29, dez. 2002/ jan. 2003. *Presença Indutora*. p. 12- 15. São Paulo: Associação Viva o Centro, 2002.
- \_\_\_\_\_, n. 30, abr./ maio 2003. *Retrofit, alternativa para valorizar o imóvel*. p. 38-42. São Paulo: Associação Viva o Centro, 2003.
- \_\_\_\_\_, n. 32, out./ nov. 2003. *Vale do Anhangabaú: em busca de um novo perfil*. p. 30- 37. São Paulo: Associação Viva o Centro, 2003.
- \_\_\_\_\_, n. 35, ago./ set. 2004. *Na Boca da Urna*. p.14- 17. São Paulo: Associação Viva o Centro, 2004.
- \_\_\_\_\_, n. 36, jan./ fev. 2005. *Anhangabaú: um portal para o Centro*. p. 14- 18. São Paulo: Associação Viva o Centro, 2005.
- VIVA O CENTRO NA IMPRENSA, ano XI , 2002. São Paulo: Associação Viva o Centro, 2002.
- DOCUMENTO VIVA O CENTRO, n.1, jan. 1993. São Paulo: Associação Viva o Centro, 1993.

## Sites Consultados

ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO - <http://www.vivaocentro.org.br>

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO - <http://www.saopaulo.sp.gov.br>

HISTÓRIA DAS RUAS DE SÃO PAULO - <http://www.dicionarioderuas.com.br>

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - <http://www.capital.sp.gov.br>

SÃO PAULO, MINHA CIDADE - <http://www.saopaulominhacidade.com.br>

## Bases, Mapas e Plantas da Cidade de São Paulo

Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo. São Paulo antigo: plantas da cidade. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, Serviço de Comemorações Culturais, 1954.

Levantamento SARA BRASIL – 1930

Levantamento Aerofotogramétrico VASP – 1952/59

Levantamento Aerofotogramétrico GEGRAN - 1972

Base Cartográfica Digital do Município de São Paulo GEOLOG - 1981

Levantamento Aerofotogramétrico RESOLO - 2000

## Arquivos Consultados

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL

BIBLIOTECA DA FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO (EMURB)

FUNDAÇÃO ENERGIA E SANEAMENTO

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)